



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 008 – QUINTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihelessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE JANEIRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 10/2004, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.082, de 2003, do Senador Romeu Tuma..... 01591

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 18/2004, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 638, de 2003, do Senador Arthur Virgílio..... 01591

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003..... 01591

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2002 (nº 1.672/2002, na Câmara dos Deputados). 01591

1.2.4 – Parecer

Nº 98, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº 3/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”..... 01592

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº 3/2003, na Casa de origem), cujo parecer foi lido anteriormente. 01596

1.2.6 – Ofícios

Nº 5/2004, de 27 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 161, de 2004..... 01596

Nºs 73, 78 e 83/2004, de 28 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a analisar as Medidas Provisórias nº 152, 161 e 163, de 2004, respectivamente..... 01596

Nº 1/2004, de 27 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Temporária Externa destinada a visitar a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. 01597

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Suspensão do crédito de custeio agrícola pelo Banco do Brasil no Estado do Piauí. Descaso do governo federal com as enchentes no Piauí. 01598

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, como Líder – Avaliação, pela OAB, dos cursos jurídicos existentes do País, parabenizando a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre. Repúdio contra a formação, em Cruzeiro do Sul-AC, de cartel para fornecimento de botijão de gás. Instalação de um equipamento de segurança no aeroporto de Rio Branco. Rigor na atuação da Anatel em relação às rádios comunitárias, estranhando sua omissão no controle da qualidade dos serviços prestados pelas empresas de serviço de telefonia no Acre. 01601

SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder – Ausência de prioridade do governo na questão da recriação da Sudene. Descaso do governo federal com os efeitos das chuvas na Região Nordeste. 01602

SENADORA IDELI SALVATTI – Chegada ao território nacional de brasileiros que estavam presos nos EUA, saudando a participação dos Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella no processo de negociação. Posição firme do governo brasileiro nas questões internacionais. .. 01603

SENADOR RODOLPHO TOURINHO, como Líder – Considerações acerca da Medida Provisória nº 161. 01607

SENADOR GERSON CAMATA, como Líder – Saudações aos novos arcebispos brasileiros. 01608

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Votos de saúde ao Governador Paulo Hartung. Cobranças para que o Presidente da Câmara dos Deputados cumpra os acordos para a votação das matérias da convocação extraordinária. Defesa do Vice-Presidente da República no episódio do INCA. 01609

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Participação do Congresso Nacional na demarcação das terras indígenas. 01611

SENADOR PAULO PAIM – Apuração de assassinato de auditores fiscais em Minas Gerais... 01612

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Considerações acerca do modelo universitário brasileiro. 01615

SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Congratulações ao Senador Cristovam Buarque. Importância da renovação da malha ferroviária nacional. 01617

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Retorno, no dia de hoje, de imigrantes ilegais dos Estados Unidos. Ineficiência do modelo do PT na geração de empregos..... 01619

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores..... 01620

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização..... 01621

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social..... 01623

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir entre as receitas desse

fundo linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). 01625

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais. 01628

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 29, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Empresário brasileiro Nestor Herculano de Paula, tendo usado da palavra o Sr. Antonio Carlos Magalhães. 01630

Nº 30, de 2004, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jurista Caio Mário da Silva Pereira, ocorrido dia 27.01.2004, tendo usado da palavra o Sr. Almeida Lima. 01630

Nº 31, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Maguito Vilela e Romeu Tuma, solicitando Voto de Louvor à equipe de direção do filme brasileiro “Cidade de Deus”, pelo recebimento de 4 (quatro) indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood – EUA, tendo usado da palavra o Senador Maguito Vilela. 01631

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Arquivamento do Requerimento nº 1.191, de 2003, em virtude da aprovação da emenda substitutiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003..... 01632

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 136, de 2003, que acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica. **Apreciação sobrestada**, por não haver acordo de lideranças. 01632

Item 2

Medida Provisória nº 137, de 2003, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**. 01632

Item 3

Medida Provisória nº 138, de 2003, que altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de

Benefícios da Previdência Social. Apreciação sobrestada......

01632

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000. **Apreciação sobrestada.**.....

01632

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001. **Apreciação sobrestada.**.....

01632

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003. **Apreciação sobrestada.**.....

01632

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque. Questionamentos sobre a tramitação da “PEC paralela”. Estranheza sobre as declarações do Presidente Lula com relação aos exportadores brasileiros. Contrário à edição da Medida Provisória nº 163, de 2004, que cria 2.797 postos de trabalho sem concurso público.

01632

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Preocupação com as invasões indígenas em terras particulares ocorridas nos municípios de Japorã e Iguatemi, no Estado de Mato Grosso do Sul.

01638

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Comentários a artigo do jornalista Villas Boas Correia, do Jornal do Brasil de hoje, intitulado “O governo não olha para o céu”. Ausência do governo na questão das enchentes que atingem várias regiões no país. Relato das ações do governo da Paraíba no enfrentamento das enchentes no Estado. Decisão da Executiva do PFL em ingressar com ação direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 163, de 2004.

01641

SENADOR RAMEZ TEBET – Considerações sobre a reportagem da revista Veja, desta semana, intitulada “Por que o Brasil não é primeiro mundo?” .

01650

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Avaliação positiva da Medida Provisória nº 163, de 2004, que trata da reforma ministerial. Artigo do Professor francês Philippe Van Parijs, parabenizando o Governo Brasileiro pela adoção do programa de Renda Mínima.

01652

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Necessidade de melhoria na política de saúde brasileira.

01666

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 32, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pai do Deputado José Carlos Aleluia, Nivaldo Lins da Costa, ocorrido hoje, tendo usado da palavra os Srs. Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy.

01667

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre entrevista publicada na Revista Veja, edição de 12 de novembro último, concedida pelo geógrafo norte-americano David McGrath.

01668

SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagem a Dona Kyola Ferreira de Araújo Costa.

01669

SENADOR ROMERO JUCÁ – Realizações do setor pesqueiro brasileiro no ano de 2003 divulgados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP.

01669

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, com Ordem do Dia anteriormente designada.

01671

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Marco Maciel, proferido na sessão do Senado Federal do dia 19 de janeiro de 2004, que ora se publica por haver sido retirado para revisão pelo orador.

01672

3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de dezembro de 2003 (publicada no Diário do Senado Federal, de 19 de dezembro de 2003).

01693

Ata da 5ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de dezembro de 2003 (publicada no Diário do Senado Federal, de 20 de dezembro de 2003).

01694

4 – PORTARIA DO PRESIDENTE

Nº 1, de 2004

01695

5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nº 8 e 9, de 2004

01699

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 89 a 125, de 2004 01701

7 – TERMOS DE REUNIÕESInstalação da Comissão Mista destinada a
examinar e emitir parecer sobre as Medidas Pro-
visórias nº2 154 e 156..... 01720**SENADO FEDERAL****8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de janeiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carrepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Maranhão – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

– Nº 10, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.082, de 2003, do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Nº 18/2004, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 638, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa ao Plenário que se esgotou, ontem, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2003**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *concede às parturientes o direito à presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde*.

Tendo sido apreciada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa ao Plenário que se esgotou, ontem, o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Le-**

gislativo nº 611, de 2002 (nº 1.672/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rede Vitoriosa de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Canedo, Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte

PARECER Nº 98, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003 (nº 3/03, na origem), que acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, cuja apreciação é da competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em exame, de autoria da Deputada Iara Bernardi, cria novo tipo penal – Violência Doméstica, acolhendo-o como modalidade especial do crime de lesão corporal, introduzindo o § 9º no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, ora sob apreciação por esta Comissão.

II – Análise

A proposição não apresenta óbices quanto à sua constitucionalidade ou à sua juridicidade. Cabem alguns reparos quanto à técnica legislativa, como se exporá mais adiante.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, o mais das vezes silenciosa e dissimuladamente. Trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma

prender-se a qualquer nível social, econômico, religioso ou cultural específico, como poderiam pensar alguns.

Sua importância surge sob dois aspectos. Primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas; segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica – incluindo aí a negligência precoce e o abuso sexual – podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos; a maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

A violência doméstica constitui – um dos “números nefastos” das estatísticas criminológicas; ou seja, trata-se de uma modalidade de crime que ocorre o mais das vezes às ocultas, longe dos olhos públicos e encerrada no confinamento do lar.

Conquanto oculta, esta violência nem por isto deixa de fazer sentir os graves danos que provoca. Na justificção ao seu projeto, a Deputada Iara Bernardi registra dados da Sociedade Mundial de Vitimologia que estimam em 23% a porcentagem de mulheres brasileiras sujeitas a violência doméstica.

O fenômeno da violência doméstica acontece dentro da família, no Brasil e no Mundo, incidindo fundamentalmente sobre a vida e a saúde de crianças, idosos e, sobretudo, mulheres, com sérias e graves conseqüências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal – comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos – mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

A violência doméstica caracteriza-se pelos comportamentos violentos e excesso de poder de uma pessoa sobre outra, susceptível de controlá-la. Muitas vezes ela acontece de mais variadas formas e pode ser temporária ou constante. Ao longo das sessões de violência, os danos físicos e psicológicos tendem a ter sua gravidade aumentada.

Os agressores são vistos como pessoas normais, que se mostram bastante amáveis em público. Na maioria dos casos, as vítimas de agressão calam-se, não revelam que são vítimas de maus tratos, vivendo por isso uma vida inteira num autêntico drama.

O forte impacto que a violência doméstica tem sobre a família, esteio da sociedade, exige do Poder Público a mais veemente condenação. Neste sentido, a proposição atende admiravelmente a esta

necessidade, eis que cria um tipo especial de lesão corporal, qualificando este crime quando revestir-se de características domésticas.

Porém, reside aqui um problema de natureza técnica legislativa, conforme alerta o nobre Senador Demóstenes Torres, autor do PLS nº 54, de 2003, que trata da pena causada pela violência doméstica com mais rigor, aprovado nesta Casa e remetido à Câmara dos Deputados em 28-11-03, com carga na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa ainda sem a designação de relator.

De fato, na forma apresentada, somente a lesão corporal simples – vale dizer, a tipificada no **caput** do art. 129 – é passível de transformar-se em lesão de violência doméstica, restando inalteradas as demais formas qualificadas deste delito. Uma lesão corporal seguida de aceleração de parto, por exemplo, continuará tipificada pelo § 1º do art. 129, inalterada pela circunstância de violência doméstica.

Andou melhor o legislador quando o Estatuto da Criança e do Adolescente fez alteração comparável neste mesmo art. 129, acrescentando-lhe os atuais §§ 7º e 8º. Efetivamente, estes parágrafos criaram uma circunstância agravante da pena, esteja ela disciplinada pelo **caput** do art. 129 ou por qualquer de seus parágrafos. Revela-se, assim, recomendável que também no caso da violência doméstica seja criada uma circunstância agravante, ao invés de indicar de pronto qual a pena.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, nos termos do substitutivo ora apresentado, com o acolhimento da Emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres:

EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “lesão corporal com abuso de situação doméstica”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 129.
.....

Lesão corporal cansada com abuso das relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (NR)

§ 10. Nos casos previstos nos parágrafos 1º a 3º, se as circunstâncias são as indicadas no parágrafo anterior, aumenta-se a pena em um terço. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de janeiro de 2004. – **Edison Lobão**, Presidente – **Serys Slhessarenko**, Relatora – **Tião Viana** – **Garibaldi Alves Filho** – **José Maranhão** – **Pedro Simon** – **Ramez Tebet** – **João Alberto Souza** – **Antônio Carlos Magalhães** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Rodolpho Tourinho** – **Jefferson Peres** – **Mozarildo Cavalcanti**.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

Relatório

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, cuja apreciação é da competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em exame, de autoria da Deputada Iara Bernardi, cria novo tipo penal – Violência Doméstica, acolhendo-o como modalidade especial do crime de lesão corporal, introduzindo o § 9º no art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, ora sob apreciação por esta Comissão.

II – Análise

A proposição não apresenta óbices quanto à sua constitucionalidade ou à sua juridicidade. Cabem alguns reparos quanto à técnica legislativa, como se exporá mais adiante.

A violência doméstica é um problema universal que atinge milhares de pessoas, o mais das vezes si-

lenciosa e dissimuladamente. Trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma prender-se a qualquer nível social, econômico, religioso ou cultural específico, como poderiam pensar alguns.

Sua importância surge sob dois aspectos. Primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa às suas vítimas; segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica – incluindo aí a negligência precoce e o abuso sexual – podem impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 5 e 19 anos; a maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. A Unicef estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

A violência doméstica constitui um dos “números nefastos” das estatísticas criminológicas; ou seja, trata-se de uma modalidade de crime que ocorre o mais das vezes às ocultas, longe dos olhos públicos e encerrada no confinamento do lar.

Conquanto oculta, esta violência nem por isto deixa de fazer sentir os graves danos que provoca. Na justificção ao seu projeto, a Deputada Iara Bernardi registra dados da Sociedade Mundial de Vitimologia que estimam em 23% a porcentagem de mulheres brasileiras sujeitas a violência doméstica.

O fenômeno da violência doméstica acontece dentro da família, no Brasil e no Mundo, incidindo fundamentalmente sobre a vida e a saúde de crianças, idosos e, sobretudo, mulheres, com sérias e graves consequências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento pessoal – comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos – mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

A violência doméstica caracteriza-se pelos comportamentos violentos e excesso de poder de uma pessoa sobre outra, susceptível de controlá-la. Muitas vezes ela acontece de mais variadas formas e pode ser temporária ou constante. Ao longo das sessões de violência, os danos físicos e psicológicos tendem a ter sua gravidade aumentada.

Os agressores são vistos como pessoas normais, que se mostram bastante amáveis em público. Na maioria dos casos, as vítimas de agressão calam-se, não revelam que são vítimas de maus tratos, vivendo por isso uma vida inteira num autêntico drama.

O forte impacto que a violência doméstica tem sobre a família, esteio da sociedade, exige do Poder Público a mais veemente condenação. Neste sentido, a proposição atende admiravelmente a esta necessidade, eis que cria um tipo especial de lesão corporal, qualificando este crime quando revestir-se de características domésticas.

Porém, reside aqui um problema de natureza técnica legislativa, conforme alerta o nobre Senador Demóstenes Torres, autor do PLS 54, de 2003, que trata da pena causada pela violência doméstica com mais rigor, aprovado nesta Casa e remetido à Câmara dos Deputados em 28-11-03, com carga na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa ainda sem a designação de relator.

De fato, na forma apresentada, somente a lesão corporal simples – vale dizer, a tipificada no **caput** do art. 129 – é passível de transformar-se em lesão de violência doméstica, restando inalteradas as demais formas qualificadas deste delito. Uma lesão corporal seguida de aceleração de parto, por exemplo, continuará tipificada pelo § 1º do art. 129, inalterada pela circunstância de violência doméstica.

Andou melhor o legislador quando o Estatuto da Criança e do Adolescente fez alteração comparável neste mesmo art. 129, acrescentando-lhe os atuais §§ 7º e 8º. Efetivamente, estes parágrafos criaram uma circunstância agravante da pena, esteja ela disciplinada pelo **caput** do art. 129 ou por qualquer de seus parágrafos. Revela-se, assim, recomendável que também no caso da violência doméstica seja criada uma circunstância agravante, ao invés de indicar de pronto qual a pena.

III – Voto

Por todo o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003, nos termos do substitutivo ora apresentado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “lesão corporal com abuso de situação doméstica”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 129.

Lesão corporal com abuso de situação doméstica

§ 9º Se a ofensa ou violência é cometida contra cônjuge ou pessoa que, ligada pelo parentesco natural, civil ou por afinidade, esteja sob sua guarda ou vigilância, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou com quem tenha relação de hospitalidade:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave. (NR)

§ 10º Nos casos previstos nos parágrafos 1º a 3º, se as circunstâncias são as indicadas no parágrafo anterior, aumenta-se a pena em um terço. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, –**Edison Lobão**, Presidente
– **Serys Slhessarenko**, Relatora.

EMENDA Nº

(ao PLC nº 102, de 2003)

Dê-se ao § 9º, do art. 129, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLC 102, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 129.

Lesão corporal causaria com abuso das relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.” (NR)

Justificação

A violência doméstica tem se apresentado como um dos principais problemas enfrentados pela população mundial. Em todos os quadrantes são progressivas as agressões contra as mulheres, filhos, idosos e outras pessoas que, de qualquer forma, têm vínculos com os sujeitos ativos do delito em virtude das relações de hospitalidade ou de coabitação.

A questão tem implicações não só sociais, mas também econômicas, trabalhistas e, principalmente, de saúde pública.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, um em cada 5 dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida pelas mulheres em suas residências. A mesma fonte informa que a vítima da violência de gênero perde um ano de vida saudável a cada 5 anos de sistemática agressão.

Em 1993, o Banco Mundial diagnosticou que as práticas de estupro e de violência domésticas são as principais causas de morte e de incapacitação para o trabalho de mulheres em idade produtiva.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, em estudo semelhante, realizado em 1997, concluiu que a mulher agredida física, psicológica ou sexualmente por seu companheiro em geral recebe salário inferior ao de uma trabalhadora que não sofre de igual violência.

Na América Latina, de uma forma geral, a violência doméstica atinge quase 50% das mulheres e tem um custo econômico em torno de 200 bilhões de dólares anuais, algo como 16% do Produto Interno Bruto continental.

No Brasil, segundo dados disponíveis nas instituições envolvidas com a questão, o problema se repete, e não raras vezes, em maior intensidade. De acordo com o Relatório Nacional destinado à Convenção sobre Eliminação de Toda Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), elaborado pelo Governo do Brasil e remetido à Organização das Nações Unidas (ONU), 25% das mulheres brasileiras são vítimas da violência de gênero e em apenas 2% dos casos ocorre punição do agressor. Conforme dados da Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no País. A instituição realizou pesquisa onde é apontada a responsabilidade do marido ou do companheiro em 70% dos casos de quebradeira, 56% de espancamentos e 53% de ameaças. Nesta pesquisa foram consultadas 2,3 mil mulheres e 43% confirmaram ter sido vítima da violência de gênero.

A ONU estima que o Brasil perde, em razão da violência doméstica, cerca de 10% do Produto Interno Bruto para financiar o atendimento à saúde física e mental das vítimas, bem como para arcar com os custos do absenteísmo ao trabalho, da diminuição da produtividade, dos encargos previdenciários, do sistema policial e Judiciário.

A situação no Brasil é também agravada pela leniência do sistema penal que mostra-se inadequado

e incapaz de prevenir e punir o delito. No País, a candura das penas e os obstáculos de acesso ao aparelho repressor estatal são um convite à delinquência. Consoante a sistemática esposada pelo Código Penal Brasileiro e pela famigerada Lei nº 9.099/95, não raro o agressor, após ter comparecido a uma instituição policial, retoma ao lar antes mesmo da vítima. É corrente, sob a forma de penas alternativas, punir quem pratica lesões corporais contra os seus familiares, com a doação de uma “cesta básica” ou inócua prestação de serviço à comunidade.

Não raro, o cônjuge agressor, ao comparecer a uma Delegacia de Polícia e comprometer-se a apresentar em juízo, volta de automóvel para sua residência, enquanto a vítima, após submeter-se à burocracia policial de praxe, faz o mesmo caminho, só que de ônibus e, muitas horas depois, para ser novamente agredida.

Ante o quadro exposto, cabe indignar-se e alterar a matéria legislativa pertinente à questão com a finalidade de reduzir ao mínimo possível a violência doméstica, devolvendo aos lares brasileiros a necessária e merecida tranqüilidade social.

E é esta, Senhor Presidente, a tranqüilidade social, a meta primeira buscada pela presente Emenda de alteração ao texto do projeto que, em nada modifica a sanção atual: pena máxima – um ano de detenção – prevista no **caput** do art. 129, além da possibilidade já existente de agravamento da pena, nas circunstâncias previstas no artigo 61, II, alíneas **e** e **f**.

É corrente o entendimento doutrinário no Direito Brasileiro de que o **quantum** da pena prevista para o crime de maior ocorrência relacionado à violência doméstica, lesões corporais, é insuficiente para prevenir e reprimir a nauseante prática delituosa.

Tendo em vista a mais alta relevância social da matéria, propõe-se a aplicação da pena: reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. Se praticado contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

A proposta justifica-se porque o agente que pratica a ação delituosa dotado da condição privilegiada da coabitação, o que implica em vasto conhecimento dos hábitos da vítima tais como seus medos, suas fraquezas e inseguranças, bem como a condição de prevalência hierárquica na estrutura familiar. Tais razões, indubitavelmente, estimulam sobremaneira a prática do crime, conferindo-lhe circunstâncias favoráveis, consolidando a impunidade, o que justifica, por si só, a adoção da pena proposta.

Conclui-se que, os motivos supra elencados são de grande relevância e justificadores à aprovação por essa v. Comissão, da Emenda ora apresentada.

Sala da Comissão, 28 de Janeiro de 2004. – Senador **Demóstenes Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2003** (nº 3/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”*, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 5/LM/04

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido editada a Medida Provisória nº 161, em 21 de janeiro de 2004, que “Acréscce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE) e dá outras providências”, indico o Senador Rodolpho Tourinho para integrar a Comissão como membro titular no lugar do Senador Efraim Morais, que comporá a Comissão como Suplente.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**.

OF. PSDB/Nº 73/04

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Vicente Arruda e Zenaldo Coutinho, como membros titulares, e os Deputados Bonifácio de Andrada e Bosco Costa, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 152, de 2003, que “altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”, em substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 78/2004

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Nârcio Rodrigues e Paulo Kobayashi, como membros titulares, e os Deputados João Almeida e Júlio Redecker, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 161, de 2004, que "acresce o art. 1º-A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", em substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**,
Líder do PSDB.

OF. PSDB/Nº 83 /2004

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Carlos Sampaio e Nârcio Rodrigues, como membros titulares, e os Deputados Carlos Alberto Leréia e Ariosto Holanda, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 163, de 2004, que "altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências; em sua substituição aos indicados anteriormente.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**,
Líder do PSDB.

Ofício nº 1/04-GLPDT

Brasília, 27 de janeiro de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Temos a honra de solicitar a inclusão deste líder, em substituição ao Senador Augusto Botelho, na composição da Comissão Temporária Externa, para visitar à Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, visando o conhecimento e acompanhamento das questões fundiárias e a busca das soluções mais viáveis para solucionar os conflitos ali existentes.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar como Líder da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Após a Ordem do Dia, será concedida a palavra a V. Exª pela Liderança da Minoria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Este Senador foi o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. Então, eu, o Senador Osmar Dias e a Senadora Lúcia Vânia temos assegurado o direito de usar da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição como Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurada a palavra, como Líder, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurado o uso da palavra a V. Ex^a, após a Ordem do Dia, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Gerson Camata, V. Ex^a queria fazer uma intervenção dentro do meu horário, e eu lhe concedo a palavra.

O Sr. Gerson Camata (Sem Partido – ES) – Senador Mão Santa, estou muito agradecido a V. Ex^a, mas, como consegui minha inscrição pela Liderança do PMDB após a Ordem do Dia e como sei que seu Estado está sofrendo muito com as enchentes, V. Ex^a não poderá, apesar de toda a gentileza, ceder seu tempo. Solidarizo-me com o povo do Piauí e ouço V. Ex^a falar sobre a tragédia que se abate sobre o seu Estado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É muito justo V. Ex^a falar como Líder do PMDB, porque V. Ex^a simboliza o grande líder que está encantado no fundo do mar, Ulysses Guimarães, representante das lutas do Partido.

Sr. Presidente, lamento dizer que o Piauí, primeiro Estado a participar de uma luta sangrenta para expulsar os portugueses e garantir a unidade deste Brasil, nas últimas eleições também mostrou sua coragem e sua força, pois foi o primeiro Estado do Nordeste a acreditar no PT ao eleger seu Governador. Entretanto, Senador Efraim Moraes, o Presidente da República tem sido ingrato com o Piauí, que lhe deu a vitória e que elegeu um Governador do PT.

Foi feita a suspensão do crédito de custeio agrícola pelo Banco do Brasil no Estado do Piauí. O Piauí tem hoje a última fronteira agrícola: 11 milhões de hectares de cerrado. Quando eu era Governador, o Estado produzia 10 mil toneladas de soja; hoje, produz mais de 400 mil toneladas. Essa produção possibilitou a uma multinacional de Santa Catarina, a Ceval, hoje incorporada pela Bunge Alimentos, implantar uma fábrica de beneficiamento da soja. Agora, há

a suspensão do crédito de custeio agrícola. Isso é uma vergonha e, sobretudo, uma ingratidão do Presidente viajante.

Passo a ler uma carta assinada pelo Sr. Osmar Antônio de Araújo, Secretário Executivo Estadual do Pronaf/PI:

A Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR, através da Secretaria Executiva do Pronaf, que tem como Secretário o Sr. Osmar Antônio de Araújo, realizou 19 Encontros Regionais da Agricultura Familiar, abrangendo todo o Estado. Nesses encontros, foi divulgado o Plano Safra da Agricultura Familiar, que estabelecia as novas normas de crédito, volume de recursos disponíveis e as facilidades para que o agricultor tivesse acesso ao crédito do referido programa. Houve, inclusive, o compromisso dos gerentes de agências em aplicar o máximo de recursos na presente safra 2003/2004. Entretanto, após todo o processo de cadastro, seleção, elaboração das propostas, o Banco do Brasil suspendeu todas as operações de custeio do Pronaf, com alegação de que haveria necessidade da aprovação do OGU e a publicação no Diário Oficial da União.

Portanto, até o presente, a superintendência do Banco do Brasil no Estado ainda não liberou os recursos para a presente safra, causando grande repercussão negativa junto aos agricultores familiares e suas entidades representativas.

Solicitamos a interferência de Vossa Excelência no sentido de buscar, junto à direção do Banco do Brasil, as providências que o caso requer, pois os agricultores do Estado do Piauí estão sendo prejudicados em suas atividades. (sic)

E, por uma bênção de Deus, chega a Senadora Ideli Salvatti, essa extraordinária mulher, que hoje é a Líder do PT. Essa é uma reivindicação do Piauí, para podermos afastar o título de ingrato do Presidente da República, que abandona aquele Estado que nele tanto acreditou.

Senador Geraldo Mesquita, são interessantes as coisas. Senador Paulo Paim, aprendi que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade para o caboclo do Piauí. Esse Governo está pensando que o Brasil vai acreditar no trabalho e nas

ações de Duda “Goebbels” Mendonça. É só propaganda. Essa é a realidade.

No início do Governo, de chofre, único acontecimento na história universal desde Adão e Eva até os dias de hoje, chegaram quarenta Ministros no Piauí, Senadora Ideli Salvatti. Perderam o rumo: iam para Guaribas e, como não havia acesso e como havia gente demais para comandar, ficaram em Teresina. Eram quarenta Ministros. Agora, estamos precisando, mas para lá não vai nenhum Ministro.

As enchentes estão aí. Fui “Prefeitinho” da maior cidade do Piauí, Parnaíba, região ribeirinha; antes, fui Secretário de Saúde. Essas enchentes não são as primeiras que ocorrem, mas havia Governo responsável para enfrentá-las. Lembro-me muito bem da eficiência da Sudene em ajudar os Estados do Nordeste não só no desenvolvimento industrial, no planejamento, mas também nas calamidades, na seca e nas enchentes. A Sudene, agora, Senador Mozarildo Cavalcanti, só existe nos jornais, na imprensa semi-falida que se está ajoelhando às ordens de Duda “Goebbels” Mendonça. Goebbels é aquele do rito que dizia: “repita a mentira, que esta acaba se transformando em verdade”.

O fato é que me lembro muito bem de que, no início do meu mandato de Governador do Estado do Piauí, houve uma enchente dessa natureza. Os rios estão aí. O Piauí sempre teve rios. Senador Mozarildo Cavalcanti, são cem lagoas, dezenove rios, dos quais seis são perenes. E chuva, São Pedro sempre a mandou para o meu Estado. Calamidade sempre existiu. O que nunca aconteceu foi a falta de assistência. Entendo que o Presidente devia cumprir o que disse, que ia viajar pelo Brasil.

Em 1995, enfrentei uma enchente desse tipo, Senador Mozarildo. Esta é a voz da verdade. Já existia o Ministério de Integração, mas não havia tantos Ministros. Eram só 15 ou 16 Ministros, mas, agora, são uns 40 Ministros; é uma confusão que ninguém entende. Foi para lá Cícero Lucena, o Ministro da Integração, mas sem conversa fiada. Eu era Governador, e ele era do Estado de Efraim Moraes. E o paribano visitou comigo as cidades alagadas. E não houve só conversa para colocar no jornal, para sair nas manchetes, não. Deixou na mão do Governador US\$5 milhões, o que, hoje, representa R\$15 milhões. De chofre, chamei o Prefeito da Capital, Francisco Gerardo, e dei-lhe a metade. Ele tirou os alagados, as famílias pobres, das regiões ribeirinhas e construiu dois parques: num deles, colocou o nome do ex-Prefeito Professor Wall Ferraz; no outro, colocou o nome

de Mão Santa. E a metade do dinheiro, eu a dirigi aos Prefeitos das cidades das regiões ribeirinhas.

O Prefeito de Teresina iniciou um movimento. Sem a ajuda do Governo Federal, um jovem fez uma campanha com muita criatividade. Destaca reportagem da **Agência Nordeste** de notícias: “A chuva não intimidou o prefeito de Teresina, Firmino Filho, que, na manhã de ontem, saiu com uma equipe para ver de perto a situação dos desabrigados”. Ele criou o programa Família Acolhedora. A cada família que acolhe, o Governo dá o apoio naquilo que é necessário: alimento, remédio, agasalhos.

Mas a enchente maior se dá na região de Picos. Picos para o Piauí é como São Paulo para o Brasil, Senador Paulo Paim. É um entroncamento, uma região industrial, produtora agrícola.

Ontem, na Câmara Federal, Paes Landim fez um apelo. Ontem, aqui, o Senador da República Heráclito Fortes fez um apelo. E nenhum Ministro vai ao Piauí. Eles só vão lá para fazer propaganda. Eles, os amaldiçoados, não lêem, Senador Paulo Paim, nem a Bíblia. A Bíblia é que deve ser a nossa Constituição de cristãos. Vão se alegrar no momento das vitórias com os irmãos e chorar e se solidarizar nas dificuldades. Eles foram muito ao Piauí para fazer propaganda por Guaribas. Eu queria ao menos cobrar o cachê que usaram de Guaribas para dizerem que são solidários. Usaram Guaribas. Está aí Picos, o Prefeito de Itainópolis e de várias cidades da região, banhadas pelo rio Guariba e pelo rio Itaim. Essas águas é que vêm do Ceará, de um grande riacho, do Guariba. Senador Efraim Moraes, o Piauí tem dezenove rios, seis perenes, e todos eles deságuam no rio Parnaíba – são 1.458 quilômetros –, que separa o Piauí do Maranhão.

Essas águas estão afligindo a cidade de Picos, de Itainópolis, de Monsenhor Hipólito e várias outras regiões e começaram a atingir Teresina. Todos são afluentes, Senador Paulo Paim, do rio Parnaíba. São as grandes cidades do Piauí, da região ribeirinha, que sofrerão, daqui a uns dias, enchentes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Daí a nossa preocupação em advertir o Ministro Ciro Gomes de que S. Exª tem que ir lá mesmo. Desnecessária foi aquela ida publicitária de quarenta Ministros de uma só vez, fazendo propaganda de solidariedade em Guaribas. De solidariedade, nós precisamos agora, Presidente Lula!

Quem faz a agenda do Presidente? É o José Dirceu? Olhe, Ministro José Dirceu, o amor que V. Exª

tem por Cuba eu tenho pelo Piauí. É lá que está a minha força, foi o Piauí que me mandou para cá. Agende para o Presidente Lula ir até lá. Não é nada de mais. Pedro II foi ao Nordeste. Havia uma seca, uma intempérie, e ele disse: "Venderei até a última jóia de minha coroa para que o Nordeste não sofra mais com essas calamidades".

Ontem, ouvi aqui o pronunciamento do bravo Senador Heráclito Fortes, fazendo este mesmo apelo ao Ministro da Integração Nacional. Eu vou mais além, dirijo-me ao Secretário Nacional de Defesa Civil.

Sou médico e sei que, acompanhando essas calamidades e enchentes, vêm as endemias e epidemias. Então, que a Fundação Nacional de Saúde faça um programa para o Piauí, o Piauí que acreditou no PT, que acreditou no Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, concederei o aparte a V. Ex^a após ouvir o grande Senador da Paraíba, mas antes gostaria de dizer que, uma vez, o Presidente Lula me perguntou como ia o meu "menino"? O meu "menino" era o Governador do Piauí. Eu digo que está mal, porque o Governo Federal não tem ajudado o Piauí.

Heráclito Fortes foi Líder do último Presidente da República e sabe que, em 2002 e 2003, o Presidente Lula mandou apenas um terço dos recursos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandava ao Piauí.

Concedo o aparte ao Senador Efraim Morais e, logo em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, só quero alertar ao Plenário para o fato de que inúmeros Senadores reclamaram ontem pelo fato de o orador que está na tribuna conceder apartes após o término do seu tempo regimental. Assim sendo, a Mesa, hoje, fará de tudo para cumprir o Regimento, no sentido de que os apartes fiquem dentro do tempo do orador.

Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, já que o PT não auxilia o Piauí com recursos, que V. Ex^a nos ajude pelo menos com generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador, estou ajudando V. Ex^a com essa informação.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Mão Santa, sou solidário a V. Ex^a e ao povo do Piauí. Acredito que o pronunciamento de V. Ex^a e outros que ainda virão hoje nesse sentido – inclusive, depois da Ordem do Dia, tratarei dessa matéria – servirão de

aviso ao Governo, tanto às autoridades que estão viajando com o Presidente Lula quanto às que permaneceram aqui, que é iminente a situação de desespero em várias regiões do Brasil, devido às enchentes. Elas são imprevisíveis, são as famosas enchentes antecipadas às chuvas do mês de março. No meu Estado, a Paraíba, lamentavelmente, Senador Mão Santa, já foram registradas, até às 13 horas de hoje, treze mortes. Infelizmente, o Governo está mais preocupado com o que está ocorrendo na Índia ou com a reforma do Ministério para o início de um novo Governo do que com os desabrigados das enchentes. V. Ex^a tem a minha solidariedade e aproveito para também me solidarizar com os paraibanos, meus conterrâneos, que estão realmente em situação de calamidade. Registro a força do jovem Governador Cássio Cunha Lima, que, mesmo sem recursos, está fazendo o impossível para amenizar o sofrimento da população do nosso Estado. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e lamento, sinceramente, a ausência do Governo Lula na assistência aos flagelados das enchentes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Efraim Morais.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Mão Santa, estamos ainda dentro do tempo permitido pelo nosso generoso Presidente Paulo Paim. Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul se sensibiliza com a dor que o Piauí sente neste momento e S. Ex^a será tolerante com este seu companheiro. Acompanhei o seu pronunciamento e solidarizo-me com V. Ex^a. Em relação à nossa preocupação com as chuvas no Piauí, V. Ex^a tem razão, pois, dentro de mais alguns dias, enfrentaremos esse problema envolvendo as cidades que margeiam o rio Parnaíba. Neste momento, a situação está agravada em outras regiões, além da Grande Picos. Como foi dito, ontem, em um pronunciamento que fiz e no qual fui apartado por V. Ex^a, recebi informações de que a barragem de São João e a barragem de São Raimundo chegaram ao limite das águas, estão sangrando, e já começam a oferecer preocupação para os moradores. Recebi agora mesmo no carro, enquanto me dirigia para cá, a informação de que as águas lavam a estrada próxima a São João, inclusive destruindo uma passarela que foi construída no Governo de V. Ex^a. De forma que me associo ao pronunciamento de V. Ex^a e faço coro para que a burocracia, pelo menos uma vez na vida, se sensibilize e aja com rapidez. Não é possível que se fique numa troca de papel, com reunião para lá e para cá. Digo isso porque se encontra aqui a

nova Líder do PT no Senado, Senadora Ideli Salvatti, que fez um pronunciamento ontem demonstrando que está interessada no assunto, e defende o Piauí, porque conhece o que é enchente, já que convive com o problema em Santa Catarina. Ontem, o Senador Aloizio Mercadante também se comprometeu a conversar no sentido de que se aumentem os recursos orçamentários – que são pouco – para calamidades dessa natureza. De forma que louvo a iniciativa de V. Ex^a e entendo que temos que bater na mesma tecla todos os dias, sem preocupação de nos tornarmos chatos, para que, em determinado momento, haja sensibilidade da burocracia federal. Parabenizo V. Ex^a e agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos e incorporamos o aparte de V. Ex^a ao nosso discurso.

Para terminar, em respeito ao Regimento e ao extraordinário Presidente Paulo Paim, estrela do PT, queria apresentar, Senadores Heráclito Fortes e Efraim Morais, um exemplo do passado. Quando governei o Estado do Piauí, dois paraibanos foram Ministros da Integração Regional, o Senador Ney Suassuna, do PMDB, e Cícero Lucena. Ambos visitaram o Piauí quando estava em dificuldade. Então, esse Governo tem exemplos a seguir.

Solidarizo-me com o Governador do Piauí pelas dificuldades por que passa. O Piauí todo admira as virtudes e o estoicismo do Governador Wellington Dias, do PT, que está sozinho, abandonado no Estado.

Senador Juvêncio da Fonseca, o Governador Wellington Dias acaba de decretar estado de emergência e calamidade pública em todo o Piauí, uma reivindicação do nosso amigo, o extraordinário Presidente da Associação Piauiense dos Municípios, José Maia, que conseguiu fosse decretado estado de calamidade e emergência nos Municípios de Fronteiras, Arraial, Vera Mendes, Francisco Ayres, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Paulistana, Caridade do Piauí, Uruçuí, Colônia do Gurguéia, Picos, Floriano, Alagoinha e Isaías Coelho. O Prefeito de Teresina está temeroso porque todas essas águas correm para o rio Parnaíba.

Era o que tinha a dizer, agradecendo ao Presidente a generosidade de ter me concedido cinco minutos além do tempo regimental. Que esse gesto de generosidade e sensibilidade de um Senador do PT chegue ao Planalto e siga para a assistência aos irmãos do Piauí que sofrem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela Liderança do PSB, já que neste momento não se en-

contra presente no plenário o Senador Antonio Carlos Valadares.

Em seguida, ouviremos a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, farei apenas um breve registro para assinalar a avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil dos cursos de Direito em funcionamento no País, cujos resultados foram divulgados nos jornais de hoje.

Dos 762 cursos jurídicos existentes no Brasil, a OAB conseguiu dados para aferir o rendimento de 215, dos quais apenas 60 mereceram o selo de rendimento da entidade que congrega os advogados brasileiros. A metodologia utilizada consistiu em ponderar as notas obtidas pelos alunos dos cursos jurídicos nos exames do MEC, conhecidos como “Provão”, com os resultados do exame para o exercício profissional, a cargo da própria OAB.

É com imenso prazer que assinalo, entre as Faculdades contempladas, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Acre, o que a recomenda pelo nível de qualidade reconhecido por duas instituições respeitáveis, como a OAB e o Ministério da Educação. Já tive a oportunidade de congratular-me pessoalmente com o Magnífico Reitor Professor Dr. Jonas Pereira de Souza Filho, e aproveito esta oportunidade para enviar meus cumprimentos ao Chefe do Departamento de Direito, Professor Dr. Edson Ferreira de Carvalho, ao seu corpo docente e a seus alunos de graduação.

A questão do ensino universitário, e em especial do ensino de Direito, por cuja excelência vêm se batendo o Conselho Federal da OAB, seu Presidente e os Conselhos Estaduais, exige mais do que simplesmente licenciar cursos e reconhecer-lhes os graus expedidos. O Brasil, depois do simultâneo processo de deterioração das universidades públicas e de privatização acelerada nos últimos anos de inúmeros cursos, que, embora sem obter o desempenho mínimo obtido em sucessivas avaliações, ainda continuam em funcionamento, exige medidas urgentes de correção de rumos de nossa política educacional.

Faço votos, Sr. Presidente, de que esse processo de avaliação seja progressivamente aprimorado, constantemente ampliado e, em breve, estendido a todo o universo dos cursos de graduação e pós-graduação no campo do Direito, para que possa continuar produzindo os resultados que dele todos nós esperamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois ou três dias, vim a esta tribuna falar de situações problemáticas vividas pela população do meu Estado, em especial de Cruzeiro do Sul, relativa ao fornecimento e ao preço do gás de cozinha. Lá há a formação de um verdadeiro cartel, que cobra daquela população tão sofrida preço abusivo por um botijão de gás. Estou pedindo informações ao Ministério competente e também providências para que essa situação seja verificada e também que se coíba, de uma vez por todas, essa prática abusiva na venda de gás para a população de Cruzeiro do Sul.

Referi-me igualmente a outro fato, também de extrema preocupação para o povo da minha terra, que diz respeito à instalação de um equipamento de segurança no aeroporto de Rio Branco.

Após o meu pronunciamento, chegaram ao meu conhecimento algumas informações. Tive o prazer inclusive de receber um telefonema do próprio Presidente da Infraero, o ex-Senador Carlos Wilson, nosso companheiro, que me informou que o aparelho já teria sido instalado no aeroporto de Rio Branco e já estaria em vias de funcionar, o que nos tranquiliza, porque aquela é uma situação que envolve risco de vida, tendo em vista as condições operacionais das aeronaves na região.

Hoje, colhi na imprensa nacional informações da atividade da Anatel em relação às rádios comunitárias. Faço essa referência porque, naquela oportunidade, também relatei a omissão da Anatel no meu Estado, ao permitir que empresas de telefonia móvel celular deixem de prestar um serviço de qualidade à população. A Anatel, ao fechar os olhos para a situação, fez com que chegássemos a um estado de calamidade. No entanto, leio no jornal que a sua atuação em relação às rádios comunitárias, tão úteis à população do interior do nosso País, é de extremo rigor, chegando a fechar emissoras.

Por que a Anatel não age com o mesmo rigor com essas grandes empresas que, no meu Estado – digo sem medo de mentir –, estão praticando picaretagem, estão prestando um péssimo serviço à população? Por que a Anatel não percebeu que isso iria acontecer? Por que ela não age com o mesmo rigor com relação a essas empresas? Isso ocorre porque são grandes? O que está por detrás disso? Por que não age com o mesmo rigor com que age contra as pequenas rádios comunitárias? Acredito que o Ministério das Comunicações e a própria Anatel deveriam era promover a instalação dessas rádios pelo Brasil afora. Até penso que poderiam fornecer kits de equipamentos e selecionar pessoas das comunidades

com potencial e vocação para administrar essas pequenas estações, pois entendo que são de extrema utilidade.

Ao fazer esses registros, peço providências às autoridades. Não deixarei que essa situação perdure no meu Estado. A população merece mais respeito.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Junior, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência acusa ofício assinado pelo nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que lhe credencia o uso da palavra por cinco minutos.

Contudo, antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, quero saudar a presença do Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Fabion Gomes, do Prefeito Baltazar, carinhosamente conhecido pela população como Tazinho, e dos Deputados Federais Homero Barreto e Ronaldo Dimas.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como outros companheiros desta Casa, sou representante de um Estado do Nordeste brasileiro. São muito comuns manifestações de Senadores, Deputados Federais, políticos regionais que reclamam de forma sistemática da falta de atenção para o Nordeste, em particular, e para regiões como o Nordeste, em geral.

Do Governo do Presidente Lula – sendo Sua Excelência um homem do Nordeste, de Pernambuco, com origem nas áreas mais secas do Estado – esperávamos outra atitude. Não haveria necessidade de sensibilizá-lo, pois a vida de Sua Excelência era a melhor prova de que a palavra de tantos que reclamam pelo Nordeste não é uma palavra jogada ao vento, mas uma palavra consistente, concreta, que explana apenas para o País uma situação real que não pode prevalecer por muito mais tempo.

No entanto, os fatos nos conduzem a acreditar que não é bem assim.

O Governo atual está faltando de forma dramática com os seus compromissos para com o Nordeste,

entre eles o compromisso com a recuperação da Sudene. Não faz cinco meses, o Presidente da República reuniu mais de 70 Parlamentares federais, todos os seus Ministros, todos os Governadores do Nordeste e foi buscar o Dr. Celso Furtado para anunciar a recriação da Sudene para o Nordeste e para o Brasil. Não há recriação, não há coisa alguma. Os recursos que fundamentavam aquele projeto já não estão disponíveis. O regime de urgência atribuído a ele foi retirado. O Nordeste continua a ser, como sempre, prioridade vocal e não prioridade real.

Falo, agora, sobre a situação emergente. A região passa por um momento dramático que não tem a ver com a seca, mas tem a ver com o excesso de chuvas concentrado em regiões que não estão habilitadas a trabalhar com água em excesso. A consequência é uma grande calamidade, extensa, com mortes que estão aumentando a cada dia.

O Governo Federal sobre isso não deu uma palavra. Não há um Ministro visitando o Nordeste. Assintimos há poucos dias a uma situação que não era parecida com essa, mas era uma situação de calamidade em outra área do Brasil. Lá, o Governo cumpriu as suas responsabilidades. Três Ministros voaram, na época, para saber o que acontecia nesse outro Estado da Federação com o qual não concorremos.

O problema não é esse. O problema é o descaso comprovado, total com o Nordeste. Este é o Governo que falou, que prometeu, que reacendeu as esperanças de muitos brasileiros e não cumpriu rigorosamente nada do que prometeu. Não reclamaríamos que mudou muitas vezes o seu ponto de vista se tivesse mudado na direção certa, mas temos o dever de reclamar sua completa e total falta de responsabilidade com uma região do tamanho, da complexidade e da pobreza do Nordeste.

Não posso imaginar que um Presidente da República eleito pelo povo do Brasil e do povo do Nordeste, em especial, não tenha neste momento uma palavra urgente para o povo em relação ao que está aí: uma festa de transmissão de cargo sem consequência concreta, uma reforma que não conduz à reforma alguma, a manutenção de um Estado que não produz, só conversa. É preciso que seja muito clara essa manifestação de rebeldia, de absoluta e completa insatisfação dos nordestinos que não torcem para ver o que está havendo: um Governo que não opera o Nordeste, não sabe do Nordeste, desconhece o Nordeste, como desconhece, de maneira geral, a situação da grande parcela brasileira, vítima de um processo de exploração e pobreza.

Essa é a situação real. Esses são os fatos. No mais, é o discurso de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a, pela ordem, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever, pela Liderança do PFL, antes da Ordem do Dia, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tendo esta Presidência já recebido a delegação, se for do seu desejo, V. Ex^a pode subir à tribuna imediatamente, ou poderá fazê-lo após as palavras da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Líder, Senadora Ideli Salvatti – V. Ex^a está muito próxima de assumir a liderança do PT e sabe disso – tem sempre a preferência regimental. Mas, de forma muito cavalheira, o Senador Rodolpho Tourinho acena à Mesa dizendo que vai preferir ouvir as palavras de V. Ex^a em primeiro lugar.

A Mesa agradece e parabeniza V. Ex^a pela conduta sempre a mais cordial com os seus pares, Senador Rodolpho Tourinho.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, como oradora regularmente inscrita, por vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, de forma muito especial, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho. Realmente, trata-se de um cavalheiro que inúmeras vezes deu demonstrações da sua gentileza e cordialidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dos inúmeros discursos a respeito das enchentes, como já tive oportunidade de me pronunciar sobre o assunto, inclusive dando conta das providências tanto emergenciais quanto de formação de uma política pública mais consistente e permanente para o tratamento das calamidades, vou me restringir ao assunto que me traz à tribuna. Depois conversarei com os meus dois Líderes, do PT e do Governo, para tratar do assunto.

O que me traz à tribuna hoje é o fato de que, às 13h51min, chegou ao território brasileiro um avião trazendo a primeira leva de brasileiros presos nos Estados Unidos. Esse voo, em que vieram 262 brasileiros de vários Estados – a grande maioria, de Minas – é fruto de um processo de negociação que tem como objetivo trazer até o final de março algo aproximadamente mil brasileiros que estavam presos em inúmeras prisões de vários Estados americanos. Até o fi-

nal de março todos estarão libertos e repatriados. Além do vôo de hoje, há uma previsão ainda de mais três vôos, um em fevereiro e dois em março. Ao desembarcarem às 13h51min, esses brasileiros estão sendo recepcionados por várias autoridades: Ministério Público, Receita Federal, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e, também, Polícia Federal.

Tais brasileiros, que estão passando por um processo de acolhimento, de prestação de depoimentos, viveram momentos difíceis, presos, longe da família e sem perspectiva de retorno ao País. Eles só puderam chegar hoje ao Brasil, Senador Romeu Tuma, graças ao esforço de três Parlamentares, dois dos quais muito nos honram por pertencerem ao Senado da República: o Senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais, e o Senador Marcelo Crivella, do PL de Minas Gerais, que está acompanhado do Deputado Federal João Magno do PT de Minas Gerais.

O assessor do Senador Marcelo Crivella, há pouco minutos, pelo telefone, nos passou a emoção, toda cobertura que este acontecimento está provocando no Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e a importância de todo esquema que foi montado para recepcionar os brasileiros, composto pelas autoridades federais, pelas autoridades do Governo do Estado de Minas Gerais. Inclusive ele destacou a ação muito precisa, preciosa até, da Infraero e da Polícia Federal.

A Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, órgão para o qual V. Ex^a trabalhou uma parte significativa da sua vida, montou 25 guichês de atendimento para acolher o depoimento desses brasileiros, de forma ágil, de forma rápida, com um delegado, um escrivão, computadores, para que possamos ter o relato do que foi esta experiência vivenciada por esses brasileiros, desde a forma como saíram, como entraram nos Estados Unidos, vinculações que possam ter tido com a máfia do passaporte, como foram tratados pelas autoridades nas prisões americanas.

É muito importante registrar o significado da vinda desses brasileiros, da forma como estão sendo recepcionados, porque autoridades americanas estão na recepção. E o Sr. Maurício, Assessor do Senador Marcelo Crivella, nos comunicava que os americanos ainda se surpreendem com a competência brasileira na montagem de todo o sistema de recepção. É muito importante registrarmos a forma com que as autoridades brasileiras atuaram, como a comitiva dos três Parlamentares foi de fundamental importância nesse processo para que pudéssemos ter esses brasileiros de volta ao País.

De uma forma até emocionada, estamos acompanhando, praticamente **on line**, o que está acontecendo em Minas Gerais neste momento, porque, nesta comitiva, dentre os 262 brasileiros que retornam, temos pelo menos uma dúzia de catarinenses. Digo pelo menos uma dúzia porque 12 estão identificados como sendo de Santa Catarina, a grande maioria do sul do nosso Estado – Laguna, Criciúma, Içara, Aranguá. Mas, na comitiva, 24 não puderam ser identificados **a priori**, nem se sabe de onde são seus familiares. Portanto, poderemos ter até mais do que uma dúzia de catarinenses.

E aqui eu não poderia deixar de registrar toda a solicitude, o empenho do Governo do Estado de Santa Catarina e da Força Aérea Brasileira, de forma muito especial, do Comandante da Base Aérea de Florianópolis, que, quando solicitado pela Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina na pessoa do Secretário Danilo Cunha, prontamente colocou à disposição um avião da Força Aérea Brasileira que já está em Belo Horizonte, no Aeroporto de Confins para levar os catarinenses para o solo do nosso Estado. Estão aguardando o término de todo o processo de recepção e de coleta dos depoimentos para levá-los imediatamente ao nosso Estado.

Registro, mais uma vez, essa solicitude, essa agilidade com que tanto o Governo do Estado de Santa Catarina quanto a Base Aérea de Florianópolis disponibilizou o avião para que pudéssemos ter também os catarinenses rapidamente devolvidos as suas cidades, as suas famílias. Ressalto a recepção feita pela Polícia Federal, porque o depoimento dos brasileiros que estão chegando nesta primeira das quatro levadas que vão ocorrer até o final de março, é muito precioso, muito importante, uma vez que vai nos permitir detectar como se dá o envolvimento de brasileiros nessa ida para os Estados Unidos, como é que entram, qual é a relação que tem isso com a máfia do passaporte. Todos sabemos que existem verdadeiras quadrilhas atuando no tráfico de pessoas, dada a rigidez das autoridades americanas no impedimento, na barreira que está imposta. Essa barreira é inclusive física, porque há um muro. Tanto se falou do Muro de Berlim, e os americanos não querem falar do muro que separa os Estados Unidos do México. Mediante esses depoimentos, vamos coletar as informações de como se dá o envolvimento, como atuam esses grupos que se beneficiam de forma significativa com esse desejo, com a vontade que muitas pessoas têm de desenvolver num outro país o sonho da sua realização, do seu sucesso pessoal, econômico. Além de podermos detectar como atuam, como esses grupos

se relacionam aqui, no nosso País, também poderemos detectar como as autoridades americanas têm tratado os nossos brasileiros quando são presos, quando são pegos, quando são flagrados nisso que os Estados Unidos teimam em fazer: o impedimento da livre circulação das pessoas.

Num País como o nosso, que sempre acolheu de braços abertos os imigrantes, um País de todas as raças, de todas as cores, onde inúmeras nacionalidades foram aqui acolhidas, recepcionadas e tiveram sucesso, desenvolveram-se, puderam criar suas famílias, fizeram os seus negócios, sob os braços abertos, como os do Cristo Redentor do Rio de Janeiro, que representa tão bem, num país com o nosso é inconcebível nos Estados Unidos isso se dê de forma tão bárbara, muitas vezes, tão rígida, tão forte, até brutal.

Então, é muito importante termos, por meio desses depoimentos, a identificação de como as autoridades americanas tratam os brasileiros que são pegos no crime de querer mudar de país para encontrar uma nova perspectiva de vida. Poderemos identificar inclusive por que o Brasil tem tomado, no último período, atitudes muito firmes, inclusive a mais recente, da reciprocidade do fechamento. Se exigem o fechamento dos brasileiros que chegam nos Estados Unidos, nada mais justo que nós também o façamos aqui no Brasil.

Penso que essa posição que inicialmente foi da Justiça brasileira e depois do Governo brasileiro é muito importante e devemos ressaltá-la neste momento, porque não queremos nem mais nem menos; queremos um tratamento igual, ou seja, queremos que os Estados Unidos se enxerguem e nos enxerguem como pessoas iguais, soberanas, que têm os mesmos deveres, mas, obviamente, também os mesmos direitos.

Por isso, eu não poderia deixar de registrar, neste dia em que estamos tão orgulhosos da ação dos nossos dois Senadores que, numa missão importantíssima, conseguiram repatriar para o Brasil essa primeira leva de 262 brasileiros, a posição do Governo brasileiro nas relações internacionais. Trata-se de uma posição de absoluta ofensividade. Temos sido ofensivos, sim, e isso tem sido muito importante e tem dado frutos nas negociações com a Alca, tem dado frutos nas negociações com a União Européia. Temos uma perspectiva muito concreta de fecharmos, inclusive, o acordo Mercosul/União Européia antes do prazo que foi dado à Alca. Ou seja, temos condições de, em 2004, fechar acordo Mercosul/União Européia inclusive com negociação da redução dos subsídios agrícolas. A União Européia tem sinalizado na dire-

ção do fechamento desse acordo, e isso se dá pela posição ofensiva do Governo brasileiro.

Além da questão da Alca, da União Européia e da OMC, agora, nessa viagem à Índia, o Presidente Lula assistiu ao primeiro Acordo Mercosul com um país do Oriente. E esse Acordo Mercosul/Índia, que abre toda uma fronteira nova, toda uma perspectiva nova, vem exatamente nessa linha da ofensividade. Fazendo ainda o registro positivo dessa ofensividade, faço questão de fazer a leitura de duas notícias que, por coincidência, saíram na mesma página do **O Globo**, no dia 26 de janeiro, segunda-feira. Trata-se da prova mais concreta de que a soberania não se curva e de que temos a consciência do papel e do valor do Brasil, do nosso País, da nossa potencialidade é a melhor política.

O título é: “Uma guerra nos campos de algodão” – e é a reprodução do que saiu no **New York Times**:

A ação do Brasil na OMC pode forçar negociação sobre subsídios agrícolas.

Um painel internacional em Genebra poderá forçar um acordo definitivo na guerra comercial dos subsídios agrícolas, que durante décadas colocou em campos opostos nações ricas e pobres. O Brasil é o primeiro país a desafiar esses subsídios na Organização Mundial do Comércio (OMC), acusando os Estados Unidos de desrespeitarem regras comerciais ao dar ao produtores americanos de algodão US\$1,54 bilhão em subsídios anuais.

Estes produtores – que são os maiores exportadores mundiais do produto – afirmam que o processo aberto pelo Brasil ameaça todo o sistema de auxílio agrícola americano. O Brasil, por sua vez, diz que a superprodução, provocada pelo subsídios americanos está destruindo o mercado exportador e afetando o padrão de vida dos produtores brasileiros [e, aliás, se registre produção de algodão no Brasil significa produção principalmente de estados nordestinos.]

Para embaraço da Casa Branca e do setor de algodão do país, o argumento brasileiro no processo se baseia quase que exclusivamente em dados do Departamento de Agricultura dos EUA e de especialistas americanos. O caso é considerado um marco e a decisão final deve estabelecer jurisprudência, levando a ações semelhantes por outros países.

Analistas do setor acreditam que o papel pedido pelo Brasil está levando os EUA a mudarem de estratégia. Na semana passada, o representante de comércio americano Robert Zoellick enviou uma carta a cem ministros de comércio, solicitando uma nova rodada de negociações, que incluiria o setor agrícola. Isto foi considerado um sinal de que os subsídios poderão finalmente ir para a mesa de negociações.

Esta é a ofensividade brasileira: é o primeiro País a exigir, a obrigar os Estados Unidos a sentarem à mesa e negociarem essa questão de tanta importância a nós, brasileiros.

A segunda notícia, que está na mesma página do jornal O Globo, do dia 26, é a seguinte:

Brasil pode integrar grupo de elite econômica.

Líderes debatem a criação do G-11, que englobaria os sete países mais ricos, além de Brasil, Rússia, China e Índia.

O Fórum Econômico Mundial começou a discutir pela primeira vez a possibilidade de criação do G-11, que integraria três potências emergentes – Brasil, China e Índia – ao seletor grupo do G-8, formado pelos sete países mais ricos do mundo e a Rússia. (...) [Esse debate foi feito em Davos.]

O Presidente do BC concorda com o que todos no Brasil dizem – a saída para o Brasil é de fato o crescimento econômico – e acredita que é fundamental insistir na fórmula atual de garantir a estabilidade econômica e manter a inflação controlada. Meirelles afirmou ainda que a discussão das potências emergentes tem como pano de fundo um estudo da Goldman Sachs sobre Brasil, Rússia, China e Índia – Brics, como está sendo chamado o grupo.

Com a Rússia entrando para o G-8, o que surge agora é a questão da China. O debate que se coloca é: como fazer uma discussão entre as potências do mundo sem incluir a China? Também se discute que os dois próximos candidatos a potência são a Índia e o Brasil. Portanto, começa a se falar da idéia do G-11 – explicou Meirelles.

Emergentes terão um PIB maior do que o G-7, diz estudo.

Segundo o presidente do BC, a proposta surgiu com base no estudo da Goldman Sachs e em projeções internacionais de que o Brics teria um PIB, em 2025, superior aos sete países mais ricos.

Lembrando que o Presidente Lula, em um de seus principais discursos na Índia, em recente visita, afirmou que este é o século da entrada do Brasil no círculo dos países que decidem e cuja política econômica oferece mundialmente maior repercussão, constatamos que existe sintonia da política internacional brasileira com o que vem sendo analisado e apresentado pelos principais organismos de estudo da realidade sócio-econômica do nosso planeta.

Por isso, mais uma vez gostaria de saudar a comitiva liderada pelos Senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella – que trazem os brasileiros que estavam presos nos Estados Unidos –, dizendo que a posição por ela adotada está em sintonia absoluta com este novo momento soberano da política de relações internacionais do nosso País e do Governo Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Cumprimento os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado FM e AM e destaco a presença nas galerias desta Casa de um grupo de representantes do Conselho Indigenista Missionário de vários Estados. Para nós, Senadores, é uma honra tê-los presentes a nossa sessão.

Esta Presidência também destaca, com grande honra, a presença do Deputado vietnamita Nguyen Ngoc Tran, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional, acompanhado de comitiva e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, Senador Eduardo Suplicy.

Receba, nobre Deputado Nguyen Ngoc Tran, as boas-vindas e a acolhida deste Plenário do Senado da República. Para nós, é uma honra tê-lo presente a nossa sessão.

Gostaria de destacar, ainda, a presença do Prefeito Ailton Parente Araújo, da cidade de Santa Rosa, na tribuna de honra desta Casa, em companhia do Deputado Fabion Gomes e do Prefeito Tazinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Líder Rodolpho Tourinho, que falará pela liderança do Partido da Frente Liberal.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

Em seguida, falará o Líder Gerson Camata, de acordo com a inscrição solicitada, e o Líder Magno Malta, que também remete à Mesa a sua inscrição.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 161 na semana passada, que estabelece novos critérios de partilha da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e novas regras de repasse desses recursos já para o ano de 2004.

Essa matéria foi fruto de um amplo acordo durante a discussão do projeto de reforma tributária; foi, aliás, o que viabilizou a sua aprovação quase unânime.

A medida provisória estabelece que a União entregará 25% dos recursos da Cide aos Estados e Municípios, para o financiamento de programas de infra-estrutura, cabendo 75% aos Estados e 25% aos Municípios.

O montante será de cerca de R\$1,85 bilhão ao ano. A distribuição desses recursos será trimestral, até o quinto dia útil subsequente ao do encerramento de cada trimestre, e a arrecadação será mensal.

Os critérios contidos na medida provisória para estabelecer os coeficientes de participação dos Estados resultaram de acordo político entre a maioria dos Governadores – é a segunda vez em que me refiro a acordo político; o primeiro se estabeleceu para a aprovação da reforma tributária nesta Casa –, observada a seguinte ponderação: 40%, com base na extensão da malha viária pavimentada federal ou estadual, segundo dados do Dnit, do Ministério dos Transportes; 30%, com base no consumo de combustíveis de cada Estado, de acordo com os dados a serem fornecidos pela ANP; 20%, de acordo com a população, pelos dados do IBGE; e 10% distribuídos de forma linear.

A medida provisória editada contraria, no entanto, pontos essenciais do acordo realizado pelo Governo Federal, por intermédio do seu Líder nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, e do Relator da reforma tributária, Senador Romero Jucá, com os Senadores e Governadores de todos os Partidos.

O acordo estabelecia que a transferência dos recursos se daria mediante convênio entre Estados e Municípios – com base no Fundo de Participação dos Municípios seria inconstitucional; por se tratar da Cide, ela teria de ser feita, observando-se o princípio das obras de infra-estrutura – e não por critérios que seriam determinados em lei federal, como prevê a

medida provisória no art. 1º, § 1º. Isso não foi o combinado com os Senadores, com o Governo Federal, com o Ministério da Fazenda e com a Liderança do Governo no Senado.

O acordo previa também que o repasse dos recursos aos Estados seria realizado por meio de transferência de capital e que caberia aos mesmos decidir sobre sua aplicação, observada a determinação da Cide sobre as obras de infra-estrutura.

Acontece que a medida provisória traz uma mudança muito importante. O §6º do art. 1º diz que “os Estados e o Distrito Federal deverão encaminhar ao Ministério dos Transportes, até o último dia de outubro de cada ano, programa de trabalho para a utilização dos recursos mencionados”. Deverão ser informados o detalhamento dos projetos de infra-estrutura, os cronogramas financeiros correlatos e caberá – §7º – ao Ministério dos Transportes aprovar os programas de trabalho, disciplinar a proposição. Enfim, Senador José Agripino, diferentemente de tudo aquilo que nós combinamos nesta Casa, sujeita-se à aprovação do Ministério dos Transportes um programa de aplicação que seria única e exclusivamente feito pelos governadores nos seus Estados.

Essa medida provisória contraria, sim, um acordo – e há o reforço que trago nesse momento de como contraria. Em determinado momento, os líderes todos se reuniram e fizeram uma nova proposta de Reforma Tributária trazendo novos pontos. O Governo trouxe uma proposta que seria a seguinte: os governos estaduais ficariam com 25% da Cide, mas o Governo Federal entraria com outros 25%, ou seja, o valor seria dobrado – essa seria a contrapartida do Governo Federal –, mas todo esse programa deveria ser aprovado pelo Ministério dos Transportes. Os governadores não aceitaram, e assim também os Senadores que compunham a subcomissão de relatores. Essa medida provisória propõe exatamente o que não foi combinado: a subordinação integral desse programa, de forma que a aprovação dos projetos fica a cargo do Governo Federal.

Entendo que os acordos devem ser cumpridos e isso não está acontecendo. Para resgatar esse acordo, apresentei três emendas. Duas delas visam à correção das distorções apontadas e uma, de caráter operacional, visa a agilizar a realização desses programas, fazendo com que as transferências sejam mensais, uma vez que a arrecadação da Cide é mensal e a arrecadação está sendo feita a cada três meses.

Concluo registrando a importância dessa medida provisória para os Estados, especialmente para a melhoria da carente infra-estrutura do País. Apelo no sentido do restabelecimento do acordo firmado entre Governo Federal, Senadores e governadores quando da aprovação da reforma tributária.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi dado ciência ao Plenário da Câmara de um episódio em Minas Gerais em que três fiscais do trabalho em atividade foram emboscados e brutalmente assassinados. Solicito a V. Exª que possamos ter acesso às informações já veiculadas na Câmara para que também o episódio seja comunicado ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa buscará as informações e as transmitirá a V. Exª e ao Plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder do PDT, devidamente autorizado pelo Líder Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência registra que já recebeu a delegação. Pela ordem de inscrição, falará agora o Senador Gerson Camata, o Senador Magno Malta, pela Liderança do PL, e, em seguida, V. Exª, Senador Osmar Dias.

A Presidência prorrogará a Hora do Expediente para ouvirmos os oradores inscritos para comunicações inadiáveis, o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, este Parlamentar, substituindo o Senador Osmar Dias, e depois a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Gerson Camata para falar pelo horário da Liderança do PMDB.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

O SR. GERSON CAMATA (Sem Partido – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sua Santidade, o Papa João Paulo II, acaba de nomear mais três arcebispos que serão os futuros três cardeais de três sedes cardinalistas brasileiras. O Padre Wagner Augusto Portugal nos forneceu dados biográficos dos três preladados que assumirão as três sedes cardinalistas.

O novo Arcebispo de Aparecida do Norte será o mineiro Dom Damasceno, atual Bispo Auxiliar de Brasília. As bandeiras que saíram do Vale do Paraíba para colonizar os rincões das Minas consideradas Gerais recebem hoje um genuíno filho para Arcebispo Metropolitano de Aparecida, capital Mariana do Brasil. Exatamente de Mariana, vetusta Arquidiocese Primaz das Minas Gerais e precisamente da bucólica capela de Nova Dores, saiu o novo Arcebispo Dom Raymundo Damasceno Assis, de 66 anos, até o presente Bispo Titular de Nova Pietra e Bispo Auxiliar de Brasília.

Dom Raymundo nasceu em 15 de fevereiro de 1937, em Minas Gerais, filho de Francisco Solano de Assis, já falecido, e de Dona Carmem Damasceno de Assis, que, do alto de seus 92 anos, continua rezando para que Nossa Senhora proteja o seu filho Arcebispo e futuro Cardeal de Aparecida. Seus estudos básicos foram realizados nos Irmãos Maristas, em Mendes, no Rio de Janeiro; e depois no Seminário São José, em Mariana, Minas Gerais, onde fui seu colega de seminário. Atualmente, ele é Bispo Auxiliar de Brasília e será brevemente empossado, dia 27 do mês de abril, Arcebispo da cidade de Aparecida.

O outro futuro Cardeal e Arcebispo nomeado hoje para Brasília por Sua Santidade, o Papa João Paulo II, foi Dom João Braz de Aviz, 56 anos. Até o presente momento, Arcebispo de Maringá, no Paraná, a Santa Sé acaba de nomeá-lo para suceder o Eminentíssimo Cardeal José Freire Falcão no governo pastoral da Arquidiocese de Brasília. Nascido em Mafra, em 24 de abril de 1947, seus estudos fundamentais e básicos foram realizados em Itaiópolis, Santa Catarina, e no Seminário São Pio X, em Assis, São Paulo. Os estudos médios foram realizados no mesmo Seminário São Pio X. Coursou Filosofia no Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, em Curitiba. Foi ordenado Padre em 26 de novembro de 1972 em Apucarana. Foi Pároco, Diretor Espiritual e Reitor do Seminário de Apucarana, Diretor Espiritual do Seminário de Ipiranga, São Paulo, e foi eleito Bispo em 10

de março de 1994 para Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo. (Hoje os capixabas estão em festa, com essa designação.) Foi secretário do 13º Congresso Eucarístico Nacional e membro da Comissão Episcopal de Doutrina por dois mandatos. Atualmente, é Arcebispo Metropolitano de Maringá.

Em Brasília, Dom João Braz de Aviz terá um intenso trabalho pastoral. Numa cidade única em atividades pastorais múltiplas, caberá ao eleito intenso diálogo com os muitos movimentos eclesiais e políticos dos que trabalham na Capital Federal.

Para Belo Horizonte, foi nomeado Dom Walmor Oliveira de Azevedo, de 49 anos de idade, sacerdote secular do clero da Arquidiocese de Juiz de Fora, até o presente momento Bispo Titular de Calábria e Bispo Auxiliar de São Salvador da Bahia; foi designado nessa festa litúrgica de Santo Tomás de Aquino no dia 28 de janeiro de 2004 como sucessor do Eminentíssimo Cardeal Serafim Fernandes de Araújo no encargo de Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. Nascido na cidade de Cocos, na Bahia, em 26 de abril de 1954, transferiu sua residência para Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, onde realizou estudos no Seminário Menor. Foi nomeado Bispo por João Paulo II em 21 de janeiro de 1998 e foi sagrado em Juiz de Fora pelo Cardeal Lucas Moreira Neves, tendo como consagrantes Dom Clóvis Frainer (Terceiro Arcebispo de Juiz de Fora) e Dom Eurico dos Santos Veloso (atual Arcebispo de Juiz de Fora).

Juiz de Fora, Belo Horizonte e todas as Minas consideradas Gerais elevam a Deus um Te Deum Laudamus na tarde de hoje, pela nomeação do novo Arcebispo que terá pela frente grandes desafios: clero numeroso, sistema arquidiocesano de ensino, a Pontifícia Universidade Católica, uma pastoral muito bem organizada e uma extensão territorial muito grande, com duas centenas de paróquias e uma imensa quantidade de comunidades.

Em nome do PMDB, saúdo – tenho certeza de que o faço também em nome da maioria católica de Senadores – esses novos três bispos e futuros cardeais que Sua Santidade o Papa acaba de nomear na manhã de hoje.

Era o que eu desejava falar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Quero comunicar à Mesa que, em nome da Liderança do PDT, o Senador Osmar Dias usará da palavra, se possível antes da Ordem do Dia, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador e Líder Jefferson Péres, está devidamente inscrito, após o Senador Magno Malta, próximo Líder a usar da palavra, o nobre Senador Osmar Dias, que falará pelo horário de Liderança, de acordo com a comunicação feita por V. Ex^a.

A Hora do Expediente fica prorrogada até às 16h15, para que possamos ouvir, além dos dois Líderes inscritos – Senadores Magno Malta e Osmar Dias –, os três oradores inscritos para comunicações inadiáveis. O primeiro deles é o 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Magno Malta por cinco minutos, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são vários os motivos que me trazem a esta tribuna hoje à tarde. Primeiramente, quero me solidarizar com a família do Governador do meu Estado, Paulo Hartung, que submeteu-se a uma cirurgia, em São Paulo, para extrair um rim. Que Deus o proteja, juntamente com sua família, neste momento da sua vida.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, estamos esperando a posição do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e aguardando que o Governo cumpra com esta Casa o acordo feito para votarmos a PEC nº 67, ou seja, aprovar a PEC nº 77, garantindo os avanços conseguidos pelo Parlamento brasileiro quanto à paridade, à regra de transição, à cobrança dos inativos. Isso é necessário para que o Governo continue a ter crédito nesta Casa. Caso contrário, Sr. Presidente, o Governo sofrerá, nesta Casa, ao longo deste ano, muitas decepções. Não teremos mais razão nenhuma para confiar em qualquer tipo de acordo proposto pela Liderança do Governo, e o Líder do Governo empenhou a sua palavra no sentido de que o acordo seria cumprido para que todos pudessemos caminhar juntos.

Faço parte da base do Governo, mas uma coisa é fazer parte da base do Governo e outra é subserviência, que não existe. É necessário que os líderes do Governo se esforcem no sentido de convencer o Presidente João Paulo, que continua na sua posição de pirraça com relação a PEC nº 77, a imediatamente colocá-la na pauta da Câmara dos Deputados para darmos uma resposta que justifique a convocação extraordinária à população brasileira.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna refere-se às denúncias veiculadas na mídia nacional nesse final de semana, fazendo uma exposição desnecessária de um homem de bem chamado José Alencar. Sou o Líder do PL nesta Casa, e o País conhece o Vice-Presidente da República, que faz, para nossa alegria e honra, parte do nosso Partido.

José Alencar é um homem de bem, gerador de honra, porque quem gera emprego, Sr. Presidente, gera honra. José Alencar é um homem que construiu a sua vida com dignidade, e não temos quem possa levantar um dedo contra a sua honra. É um homem que construiu a sua vida dando emprego, permitindo que o trabalhador brasileiro pudesse, por meio da iniciativa desse empreendedor vitorioso que é o Vice-Presidente da República, levar o alimento para a sua mesa. Fomos todos assaltados nesse final de semana pela exposição grosseira que se fez do Vice-Presidente. Não sei com que interesse, não sei de onde vieram as duas denúncias feitas. Uma dizia que se tratava de transplante de medula.

Sabe-se que um Deputado Federal pediu ajuda a S. Ex^a, que mandou que encaminhasse o caso ao Ministério da Saúde. A única coisa que S. Ex^a não podia fazer era mandar que o caso fosse encaminhado para a Dilma Rousseff, porque Dilma toma conta do setor elétrico. Não podia encaminhar o caso também ao Ministro do Esporte. S. Ex^a tinha de encaminhá-lo ao Ministro da Saúde. Na verdade, não há que se seguir a ordem das filas de transplante, mas há que se fazer uma avaliação técnica. Toda mãe, todo pai, que procura um Senador, um Deputado Estadual ou Federal, um Vereador, buscando ajuda, tem um familiar que está morrendo. Se não houver ajuda, a filha morrer, o filho vai morrer. Vê-se o desespero da família. O encaminhamento é para que se faça uma avaliação técnica.

Há dois anos e meio, sofri uma cirurgia de medula. Tenho a medula lesionada, algumas pessoas que me vêm puxando um pouco a perna perguntam

se estou com o joelho machucado. Não, a minha coluna tem um enxerto; devido a uma lesão de medula, o fio condutor que recebe informação do meu cérebro foi lesionado. Tiraram um tumor da minha medula.

Fui ao ortopedista da Câmara tratar do meu joelho e disse a ele que sentia dores nas costas. Ele recomendou uma avaliação no joelho e na coluna e pediu uma ressonância magnética. Fiz, e detectaram que o problema do joelho era muito menor que o problema na medula, um tumor. Perguntei o que eu devia fazer, e ele disse que ia fazer o encaminhamento para que o neurocirurgião me avaliasse e para ver se eu poderia ser operado em janeiro, durante o recesso. O neurocirurgião disse que, se eu não operasse em 60 dias, ficaria paralisado, pois estava comprometida a cauda equina, os nervos que dão comando às pernas. Desmarquei todos os meus compromissos e fui operado na semana seguinte. Arrancaram o tumor que achavam que era maligno, e fui mandado para a cadeira de rodas com a medula lesionada. A minha avaliação foi técnica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – O médico que me operou, Dr. Paulo Said, tinha outros pacientes para serem operados no mesmo dia, mas eles podiam esperar. Tenho apenas um pequeno movimento no pé direito em função da lesão de medula. Fui operado porque fui tecnicamente examinado e porque se identificou que eu precisava de cirurgia em 60 dias.

O que o Vice-Presidente da República fez com esse Deputado foi o que todos fazemos. Se se colocar um sino no pescoço dos Deputados Federais e Senadores que fazem encaminhamento de pedidos, Brasília não vai dormir, o Brasil não vai dormir, porque todos fazemos encaminhamentos.

Ora, as pessoas fazem pedidos absurdos, fazem concurso público, são transferidas do seu Estado e querem a ele retornar; o pai telefona, manda uma carta, a mãe manda uma carta, e recebemos os pedidos educadamente.

Sr. Presidente, a carta – ainda com relação ao nosso Vice-Presidente – era de um velho companheiro de José Alencar, um senhor de 84 anos que foi exposto na televisão, um homem simples do interior. Parecia que se tratava de um bandido, mas era um avô que escreveu uma carta intercedendo por seu neto. Nós já vimos milhões de pais, de tios, de avós fazerem algo semelhante. Era o caso de uma residên-

cia. Na verdade, em se tratando de residência, é preciso passar na prova. Não se pode colocar ninguém na frente de ninguém. Pode ter havido erro da assessoria no encaminhamento que fizeram, mas o Vice-Presidente da República não pediu que alguém fosse retirado e colocado o neto do amigo dele. Não pediu que tirasse o sujeito que estava em último lugar para colocar o neto do amigo dele, que tirasse o que passou em segundo lugar e colocasse o rapaz. Não foi nada disso. De onde vem isso? Dizia S. Ex^a hoje: “Só o sombra sabe”.

Expõe-se toda uma família, um homem que tem o respeito da Nação brasileira, que não vai parar de fazer encaminhamentos, porque nenhum de nós vai parar. Quantos pedidos recebemos?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Quantos pedidos a população brasileira nos faz? Pedem-nos até para arrumar um visto, porque acham que parlamentar pode tudo, até arrumar um visto para alguém ir para os Estados Unidos. Sabemos que não podemos. Não existe critério. Não somos atendidos. Mas eles mandam-nos as cartas. E não custa nada fazer uma carta de apresentação quando conhecemos o cidadão: “Conheço fulano de tal, é decente, é honrado”.

Se colocar, volto a dizer, um sino no pescoço de todos os parlamentares que fazem encaminhamento de pedidos que lhes são feitos, o Brasil não dormirá, porque o sino tocará 24 horas por dia.

Por isso, como Líder do meu Partido, eu precisava vir à tribuna defender o Vice-Presidente da República, um cidadão de bem, que passou por esta Casa e honrou o Parlamento brasileiro quando no exercício do seu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de passar a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, que falará pela Liderança do PDT, a Presidência deseja destacar a presença no plenário da nobre Deputada Luciana Genro.

Tem V. Ex^a a palavra, nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão de Educação do Senado, antes de iniciar o assunto que me

trouxe à tribuna, saúdo o Senador Cristovam Buarque, que, como Ministro da Educação, me proporcionou momentos de enriquecimento pelo seu vasto conhecimento na área. Com certeza, este País teve, por um ano, um grande Ministro da Educação. Para nós, é um orgulho, uma honra tê-lo no Senado Federal. Seja bem-vindo!

Sr. Presidente, agradeço ao Líder do meu Partido, Senador Jefferson Péres, por me proporcionar esta oportunidade. S. Ex^a, ontem, abordou o assunto de que falarei aqui e que também tem sido tratado pelo Senador Juvêncio da Fonseca, do nosso Partido, o PDT, e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti: a preocupação com os conflitos que começam a ocorrer em função da falta de regulamentação ou da falta de atitude em relação à demarcação das terras indígenas.

Eu, de longe, não imaginava que esse problema pudesse alcançar o Paraná. Recebi um dossiê sobre Umuarama, no Paraná, onde 12,5 mil hectares de terras estão sendo cultivados por mais de mil pessoas. Esse dado é importante, pois são mais de mil pessoas que dependem dessa terra, plantam, produzem, trabalham e lá vivem, numa vila rural formada por um programa desenvolvido pelo governo anterior, que construiu casas em terrenos de 5 mil metros quadrados. Há 30 famílias vivendo nessa situação. Pois bem, uma pesquisadora resolveu apresentar um trabalho de mestrado e levantou a existência de uma tribo de índios Xetás nessa área. Existem, hoje, oito índios xetás, com 28 descendentes.

A Funai designou, em outubro de 2003, um grupo de trabalho que está procedendo ao levantamento das propriedades nessa área, que correm o risco de ser desapropriadas. Vou repetir o número: lá estão trabalhando mil pessoas. No entanto, no lugar dessas mil pessoas estarão sendo colocados, se prosperar a iniciativa de uma ONG que apresentou o processo junto à Funai, oito índios. Desses oito índios, Senador Mozarildo Cavalcanti, quatro são funcionários públicos, devidamente integrados à sociedade, já casados com brancos. Reza a lei que os índios integrados à sociedade deixam de ser da comunidade indígena.

Aliás, não existe mais nenhuma tribo Xetá no Brasil. Os que não estão hoje vivendo na comunidade ou na cidade estão distribuídos em outras aldeias de índios, portanto, devidamente incorporados ao processo de desenvolvimento da cultura indígena.

Duvido até que a maioria desses oito índios queira voltar àquela região, àquela situação. Não vão

querer, a não ser que essa proposta generosa de tirar mil pessoas que estão vivendo na área para colocar oito índios seja realmente aprovada e admitida por “alguém que tenha consciência” dentro da Funai.

Por isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, manifesto apoio à fala do Senador Jefferson Péres, que pediu clareza nessa situação. V. Ex^a apresenta um projeto de lei que devemos discutir com urgência, para que o Congresso Nacional se envolva nessa questão, de forma que qualquer decisão sobre demarcação de terras para índios seja decidida pelo Senado Federal também. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade e felicidade da iniciativa. Com certeza, não estou falando em nome apenas das mil pessoas que estão, neste momento, ameaçadas de serem retiradas de 12,5 mil hectares em Umuarama, no Paraná, mas também em nome de mais de 400 mil produtores do Paraná, amedrontados com a condução de mais seis processos iguais a esse. É claro que essa preocupação pode se espalhar por outros Estados, tomando conta da cabeça dos produtores rurais e dos legítimos proprietários de suas áreas.

Senador Mozarildo Cavalcanti, conte com o meu apoio. Pedirei ao Líder do meu Partido que insista, como fez ontem, para que o Congresso Nacional seja o local onde se decida uma questão tão importante como a que estamos tratando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra ao nobre 1º Vice-Presidente do Senado, Senador Paulo Paim, a Presidência destaca a presença no plenário do Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam Buarque, tivemos a oportunidade de ressaltar a passagem do Senador Eurípedes Camargo por esta Casa enquanto V. Ex^a exercia o honroso cargo de Ministro da Educação. Para nós, principalmente para este Presidente, é uma honra tê-lo em nosso meio novamente. Certamente, não só a população do Distrito Federal, mas seus Pares e a Nação esperam muito do mandato de V. Ex^a, fruto do passado, da relevância e da importância de V. Ex^a para este País, sem dúvida nenhuma reconhecido internacionalmente.

Eram essas as palavras que a Presidência desejava manifestar no retorno de V. Ex^a às atividades de Senador eleito pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de me dirigir ao nobre Senador Cristovam Buarque com a seguinte frase: o Governo perdeu um grande Ministro, mas o Senado ganha um grande Senador.

Sr. Presidente, é com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa a notícia de que três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados hoje no Município de Unai, Minas Gerais, no exercício de suas atividades.

Foram assassinados Nelson José da Silva, Heratostenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Ailton Pereira de Oliveira, que era motorista e chegou a ir para o hospital, mas, infelizmente, faleceu há uma hora.

Tomamos conhecimento do fato pelo Sindicato Nacional dos Auditores dos Fiscais do Trabalho. Diante da gravidade do crime, cabe-nos solicitar que o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal – e já mantive contato com o Senador Romeu Tuma –, tome todas as providências que se fizerem necessárias para que esse crime não fique impune.

No documento que recebi, Sr^{as} e Srs. Senadores, os auditores fiscais dizem que, infelizmente, as viúvas – porque a PEC nº 77 não foi votada, criando esse espaço jurídico perigoso – não terão os benefícios daquela PEC, mas os da PEC nº 67. Eles apelam, mais uma vez, para que o Senado se mobilize para que a Câmara vote rapidamente, mediante amplo acordo entre as duas Casas, a PEC nº 77.

Quero ainda, por coincidência, Senador Cristovam, dirigir-me a V. Ex^a, mais uma vez. Hoje, o jornal **Folha de SP** informa, com destaque, que “cota leva mais de sete mil negros à universidade”. Conversei muito com V. Ex^a sobre essa questão. A todo momento V. Ex^a me dizia que a cota não poderia ser um fim, mas que iríamos discuti-la por se tratar de uma medida de emergência. E esse documento comprova que tínhamos razão ao estabelecer esse debate.

Então, é com satisfação, Sr. Presidente, que peço o registro, na íntegra, da matéria feita pelo jornalista Marcos de Moura e Souza. Trata-se de uma belíssima matéria, que fala das quatro universidades que já estão aplicando a política de cotas, demonstrando que aqueles negros que tiveram acesso à universidade via política de cotas estão se destacando, estão entre os melhores colocados.

Sr. Presidente, para nós, é muito importante o debate da política de cotas, que interessa, no mínimo, a 48% da população, que tem como referência a comunidade negra.

Temos certeza de que o Estatuto da Igualdade Racial e Social por nós apresentado e que contempla a política de cotas haverá de ser aprovado rapidamente aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a por ter prorrogado a Hora do Expediente para que eu pudesse fazer esta rápida manifestação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, é com profundo pesar que trago ao conhecimento desta Casa a notícia de que três Auditores Fiscais do Trabalho e um Motorista foram vítimas de emboscada e assassinados em diligência no meio rural do Município de Unaí-MG, próximo aqui de Brasília, em pleno exercício de suas atividades profissionais.

As vítimas foram: Nelson José da Silva, Herastostenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lages e Ailton Pereira de Oliveira(Motorista).

Tomamos conhecimentos do fato através do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), cujos diretores encontravam-se, na manhã de hoje, em audiência com os deputados Luis Eduardo Greenhalgh e Maurício Rands para tratar da PEC Paralela.

Diante da gravidade do fato, cabe-nos solicitar que o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, tome todas as providências que se fizerem necessárias para que este crime não fique impune e que seja rigorosamente investigado, viabilizando aos Auditores Fiscais tenham as condições necessárias para o cumprimento de suas funções.

Aproveito o momento para me solidarizar com as viúvas e dependentes desses servidores barbaramente assassinados, que ironicamente deixarão de ter a proteção integral da previdência social.

Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, por outro lado, é com grande satisfação que trago a este plenário uma reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** sobre a ampliação do número de alunos negros cotis-

tas, prevista para este ano, e o bom desempenho dos alunos que ingressaram no ano passado.

Quero cumprimentar os jornalistas e o jornal “O Estado de S. Paulo”, porque são reportagens isentas como esta que ajudarão a superar as resistências que ainda existem à política de cotas.

Estávamos certos quando insistíamos na necessidade de políticas específicas para a superação das desigualdades raciais na educação. Os primeiros resultados começam a aparecer. São experiências bem-sucedidas que precisam ser amplamente disseminadas.

Aos universitários negros cotistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj e da Universidade Estadual da Bahia, se juntarão este ano os da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Mais 3.500 alunos só este ano.

Muitas outras universidades públicas preparam iniciativas para 2005. Estamos satisfeitos com as primeiras declarações do novo ministro da Educação, Tarso Genro.

O Ministro garantiu que o sistema será instituído. Concordamos também com suas restrições. As cotas sozinhas não resolvem. Mas precisamos enfatizar que as cotas criam compromissos.

As cotas são ações imediatas, aqui e agora. As cotas são medidas de curto prazo. Mas elas criam compromissos e definem o rumo para uma sociedade que não aceita mais a exclusão e a marginalização dos afro-brasileiros.

Concordamos com o Ministro que também precisamos de políticas de inclusão de médio e longo prazos.

Precisamos de reformas estruturais que, na base, possam garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Mas as cotas são indispensáveis. Precisamos delas, porque levamos muito tempo sem fazer nada pelos excluídos. Demoramos tanto a fazer, que precisamos com urgência das cotas.

Gostaria agora de ler a matéria divulgada hoje por **O Estado de S. Paulo**, para que fique registrada nos anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cota leva mais de 7 mil negros à universidade

"O Estado de São Paulo"
28/1/04

Bom desempenho de cotistas e adoção de critérios de renda pode reduzir resistências

MAÍCOS DE MOURA E SOUZA

Mais de 7 mil negros vão estudar em universidades públicas este ano graças a políticas de cotas. Desse total, cerca de 3.500 jovens são calouros. Os demais entram no ano passado e cursarão agora o 2º. ano. Até o ano passado, apenas três instituições estaduais, duas do Rio e uma da Bahia, reservavam vagas para candidatos negros. Agora, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems) e a Universidade de Brasília (UnB) também adotam o critério.

Este ano, para tentar diminuir a polêmica sobre quem, de fato, merece ser beneficiado, os universidades negros terão de provar que vêm de famílias carentes ou que estudaram em escola pública. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unf), por exemplo, vão contemplar somente negros cuja renda por capita familiar seja de até R\$ 300,00.

Apoiar de sua criação ter provocado polêmica, para muitos professores e defensores do sistema o bom desempenho dos cotistas ajudou a melhorar a imagem do programa. Balanços preliminares indicam que — ao contrário da previsão de muitos críticos — cotistas e não-cotistas tiveram rendimen-

to semelhante na sala de aula em 2003. Na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), não houve variação de notas entre os dois grupos. Na Uerj, 49% dos cotistas passaram de ano sem exame ou dependência, contra 47% dos não-cotistas. A evasão entre os negros foi menor. Na Uerj, 5% contra os 9% registrados entre alunos brancos. Na Uneb, 1,9% contra 2,7%.

Embora considere os dados muito preliminares, a sub-reitora de Graduação e professora da Faculdade de Educação da Uerj, Raquel Villardi, diz que os cotistas aproveitaram a oportunidade de um modo geral, eles têm uma vontade enorme de aprender, de correr atrás. Minha impressão é de que essa dedicação vai levá-los a superar outras dificuldades.

Em algumas das universidades que adotam a política, o perfil do alunado mudou. Em 2002, antes das eleições, a Uerj recebia cerca de 1.500 negros. No ano seguinte, o número subiu para quase 3.500.



A discussão sobre o tema se espalhou. A Universidade Federal do Mato Grosso está desenvolvendo o seu sistema. Na federal de Alagoas, as cotas passaram a valer em 2005. Outras cinco federais no País tratam do assunto internamente há pelo menos um ano. E o governo federal analisa um projeto para a criação de uma política nacional de cotas.

E pouco — O contingente que entra este ano é significativo, tendo em vista o percentual de negros no ensino superior. Mas, se compararmos com os demais de 43% que os negros representam na população brasileira, ainda é pouco, diz a diretora da organização não governamental Geledés — Instituto da Mulher Negra, Cidinha Sil-

va, organizadora do livro *Ações Afirmativas em Educação*. Para ela, as cotas são um meio efetivo para combater a desigualdade racial.

Segundo o IBGE, 1 em cada 10 brancos com 25 anos ou mais concluiu a universidade. Entre os negros, a proporção é de 1 em cada 50. "Políticas universalistas não têm resolvido o desequilíbrio racial", diz Cidinha.

Mas as cotas revelam contradições.

Em 2003, muitos dos negros ou pardos da Uerj vieram da classe média e estudaram em bons colégios, segundo a reitora Raquel. Daí a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de também adotar a renda como critério. A mudança adiciona à política um caráter de cota social — ideia que tem a simpatia do novo ministro da Educação, Tarso Genro.

"É difícil separar o problema racial do socioeconômico", diz o reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho José Meli. "Se você colocar cotas usando o ponto de vista econômico, atenderá melhor os alunos que vêm do ensino público, sejam brancos, negros ou amarelos. Na USP, apenas 9% dos estudantes são negros."

Estudante negra se destaca em Casos de alunos de Medicina curso de universidade baiana da Uerj revelam contradições

Laura passou em 1.º lugar em Administração e teve boas notas, mas acha cota necessária

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR – A estudante Laura de Araújo Mercês, de 18 anos, teve em 2003 um ano letivo excelente. Passou com folga em todas as matérias, fez novos amigos e foi uma das melhores alunas da nova turma de Administração de Empresas da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), primeira instituição pública do ensino superior no Estado a adotar o sistema de cotas para negros – ao vestibular de 2003.

Laura preencheu o formulário de inscrição identificando-se como afrodescendente, com direito a disputar 40% das vagas destinadas aos candidatos desse grupo. Não precisou: ficou em primeiro lugar entre os postulantes ao curso de administração de empresas. Nem por isso acha desnecessário o sistema de cotas. “O negro sofreu uma grande discriminação ao longo da história do Brasil e é preciso reparar isso de todas

as formas possíveis: a reserva de 40% de vagas numa universidade pública é mais uma porta que se abre. Se ninguém der o primeiro passo, nada vai mudar”, diz.

Laura afirmou que durante o ano não sofreu nenhum tipo de discriminação, nem brincadeiras dos colegas não-cotistas. Segundo ela, a questão das cotas foi discutida pelos alunos da Uneb no ano passado, mas ninguém foi contra sua adoção. O principal tema em debate era se as cotas não deveriam beneficiar alunos oriundos da rede pública, independentemente de serem negros ou brancos.

Laura é contra esse modelo e considera a cota racial a mais adequada. “Eu mesma estudei o 2.º grau em escola pública e passei no primeiro vestibular em que me inscrevi”. Para ela, o negro ainda enfrenta grandes dificuldades no mercado de trabalho, em virtude da discriminação. Por isso, afirma, o aluno afrodescendente é sempre mais esforçado. Algo que Laura acredita ter demonstrado no ano passado, com os 15 colegas beneficiados pela cota racial na turma de 40 alunos de Administração de Empresas.

Estudante de escola particular fez 2 anos de cursinho e só obteve vaga por se declarar parda

BEATRIZ COELHO SILVA

RIO – As experiências recentes dos estudantes de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Wagner Alves Pimenta, de 17 anos, e Michele Wada, de 21, ilustram as imperfeições da medida que instituiu cotas para negros e para alunos egressos de escola pública.

Vindo de uma escola pública, o Colégio Técnico da Universidade Rural, Wagner abriu mão do benefício e ficou entre os primeiros classificados para o disputado curso da Uerj, mesmo sem ter feito pré-vestibular.

Ela é filha de advogados e reconhece que só conseguiu a vaga porque se declarou parda. Aluna de escola particular, tentava em 2003 entrar em Medicina pelo terceiro ano consecutivo e foi reprovada nos vestibulares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Uni-Rio. “Fiz pré-vestibular durante dois anos.”

Wagner reclama que, das 92 vagas do vestibular, só sobra-

ram 18 para candidatos que não se enquadravam no esquema de cotas, o que tornou a disputa muito mais difícil. Ele é branco, mas se arrepende de não ter se declarado negro ou pardo. “Esses cotistas têm direito a bolsa de estudos e eu, mesmo precisando, não posso pedir, porque não estou nesse grupo.” Michele tem direito, mas abriu mão. “Tem muita gente que precisa mais que eu.”

Os dois concordam num ponto. O desempenho no primeiro ano da faculdade independe de ser ou não cotista. “Depende do esforço de cada um e da matéria. Há cotistas que foram melhores e não-cotistas que tiveram dificuldade”, arrisca Wagner. “Mas o curso de Medicina é um dos mais procurados e mesmo quem entra por cota está acima da média do 2.º grau. Talvez faça diferença em vestibulares menos concorridos.”

Quanto ao ambiente na sala de aula, os dois afirmam que o coleguismo predomina. Michele, porém, reclama de discriminação dos professores. “Alguns dizem que formamos uma turma atípica. Mas somos um grupo como qualquer outro, com alunos que conseguem acompanhar bem as matérias e outros com mais dificuldade.”

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra, como segundo inscrito para comunicação inadiável, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Romeu

Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que venho a esta tribuna hoje, especialmente já com a presença do Senador Cristovam Buarque, para falar um pouco daquilo que tem sido uma das minhas lutas nesta Casa, para falar um pouco daquilo que tomou conta do noticiário nacional em função da assunção do Ministério da Educação pelo Ministro Tarso Genro.

Destaca hoje a imprensa nacional, Sr. Presidente, que passaremos por um grande processo de reformulação do modelo universitário brasileiro. Pude dizer ontem desta tribuna que aqueles que participa-

ram, no ano de 1960, integrantes da UNE, de um congresso que discutia o modelo universitário brasileiro, naquela época já diziam: “Estamos com um modelo ultrapassado”.

Mas, de 1960 para cá, podemos dizer que pouco ou nada mudou e que estamos com um sistema de ensino que é, na verdade, um grande funil, que impede que as classes desfavorecidas sejam atendidas pelo instituto da universidade pública e gratuita.

O que sabemos é que centros universitários importantes estão sem luz, sem material básico para a limpeza, para não dizer que estão sem papel higiênico. Os nossos centros universitários deixaram de ser centros de produção da pesquisa, tão necessária para um país em desenvolvimento. Com a riqueza que temos, com a biodiversidade, com 20% da água doce deste Planeta, com toda a Amazônia, com tantos ecossistemas, estamos desprezando os centros de pesquisa que temos em nossas universidades.

Só estranho um pouco, Sr. Presidente, uma vez que tenho a mais profunda admiração pelo Ministro Tarso Genro. Creio ser ele capaz de promover esse debate, que tinha toda a condição de ter sido realizado com a presença do Ministro Cristovam Buarque, ninguém menos do que um reitor internacionalmente reconhecido. Para falar um pouco da biografia de S. Ex^a, ele é o criador do bolsa-escola, dentre outros importantes trabalhos realizados e serviços relevantes prestados à Nação. O professor Cristovam Buarque hoje nos dá a honra de estar no plenário desta Casa para exercer o mandato que o povo do Distrito Federal lhe conferiu.

Dentro dessa discussão da reformulação do modelo universitário brasileiro, tenho me batido muito, Senador Cristovam, por aqueles estudantes que as pesquisas apontam como sendo a grande maioria de pobres, de negros, de pessoas que conseguiram concluir o segundo grau, por meio do ensino supletivo – citei ontem o Curso de Madureza, como era chamado o ensino supletivo –, do ensino à distância, de tele-cursos, estão aí trabalhando, e, se conseguem chegar ao ensino de terceiro grau, vão para as universidades privadas.

E qual é a realidade dos mais de dois milhões de estudantes brasileiros que estão nas entidades privadas? É a falta de dinheiro para custear os estudos. Para isso, existe o Fies, Senador Cristovam, Senadora Lúcia Vânia, Senador Romeu Tuma, Senador Paulo Paim. E a inadimplência nesse tipo de financiamento é assustadora. Mas, o que é pior: quantos alunos são atendidos pelo Fies, a começar pelo processo de inscrição? A inscrição é feita pela Internet, como se o

Brasil fosse um país em que todas as regiões, todas as cidades estivessem atendidas por centrais, pela inclusão digital, que permitiria aos estudantes o acesso via Internet. Mas isso ainda não é o pior, porque é exigida a figura de um fiador. E aí, meus nobres Pares, com mais de cem milhões de brasileiros inscritos no Serasa, esse cadastro que condena o cidadão à falta de crédito e de credibilidade, como é que o estudante vai arrumar um fiador? O resultado disso tudo, professor Cristovam Buarque, é que há um pouco mais de duzentos mil alunos atendidos pelo Fies dos dois milhões que estão cursando as entidades de ensino superior. Eles não ganham carro zero quando passam no vestibular; eles andam de ônibus e estudam à noite, após trabalhar o dia todo.

Por isso, apresentei três projetos de lei. Quero discuti-los e analisá-los com meus nobres Pares e não apenas falar sobre eles no horário destinado às comunicações inadiáveis.

Professor Cristovam, tenho me batido muito por uma questão e devido a ela já mantive contato com o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Carlos Lessa. Entendo que, se o BNDES pode financiar a construção de entidades privadas de ensino, por que não atender o outro lado do balcão? Por que não destinar parte dos recursos do Fies para o financiamento dos estudos dessa grande massa de brasileiros, aproximadamente 400 mil jovens, que chega ao mercado de trabalho e não têm como financiar seus estudos?

Um dos projetos de lei que apresentei inclui entre as possíveis fontes de receita para o programa de Financiamento Estudantil, o Fies, o BNDES. Por que não destinar recursos desse órgão para aumentar as receitas do Fies e elevar o número de apenas 200 mil alunos atendidos – que são inadimplentes?

Para resolver o problema da inadimplência, apresentei um segundo projeto de lei, que dispõe sobre o pagamento do crédito com serviço social, nos parâmetros do Projeto Rondon, que emocionou o Brasil inteiro. Por que não permitir que o aluno carente que concluiu seu curso e que não pode pagar sequer os R\$ 50,00 que lhe são cobrados do parcelamento do Fies com serviço social, com apoio às comunidades? Isso lhe daria experiência e valorizaria a participação do jovem no serviço de atendimento à nossa população.

O terceiro projeto altera a permissão às entidades privadas para usar o Fies para pagar débitos junto ao INSS para que possam pagar também outros tributos. Tudo isso contribui para que o estudante en-

contre uma linha de financiamento para cursar o ensino de terceiro grau.

Esta é, Senador Cristovam Buarque, apenas uma parte do debate dessa revisão que devemos fazer no modelo de ensino universitário público e gratuito deste País.

Sr. Presidente, só não entendo por que já estão dizendo que a reforma vai doer. Ao contrário, Ministro Tarso Genro – em que acredito tanto –, ao contrário, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma do ensino universitário no Brasil não deve e não vai doer, porque ele há de ser mais abrangente, menos excludente, para que não estejam nas universidades públicas brasileiras apenas aqueles que puderam pagar os bons cursos das escolas privadas.

Vamos estabelecer, sim, Senador Paulo Paim, as cotas para os negros, para os menos favorecidos. Vamos sonhar com um novo modelo universitário. Mas, sinceramente, Sr. Presidente, sem dor. Não consigo entender que iniciemos uma discussão tão importante como a do modelo universitário brasileiro já dizendo que vai doer.

Não, Sr. Presidente, é papel desta Casa – que se sente enriquecida com a presença do Senador Cristovam Buarque – participar de forma profunda do debate da reformulação do sistema universitário brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Ideli Salvatti, a Presidência encaminha a V. Exª o pronunciamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá sobre a morte dos funcionários da fiscalização do trabalho, que interessa também ao Senador Paulo Paim, que acabou de fazer um pronunciamento a respeito.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, como Líder, e, em seguida, à Senadora Lúcia Vânia. Depois, entraremos na Ordem do Dia.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tinha a intenção de usar a tribuna hoje, na qualidade de Presidente da Comissão de Turismo do Senado Federal, para discutir a polêmica do mês de janeiro no Brasil, os vistos exigidos aos americanos que aqui vêm fazer turismo.

Trago esse assunto – que abordarei amanhã em profundidade – para que possamos conhecer o prejuízo que o Brasil teve com essa medida, adotada por medida judicial. Na minha visão, faltou ao Gover-

no visão política para, rapidamente, abortar tal decisão judicial, que, sem dúvida, trouxe inúmeros prejuízos ao nosso País, que tanto luta pelo aumento do turismo. O assunto é complexo e, por isso, usarei a tribuna amanhã para discuti-lo em profundidade.

Outro assunto a que quero me referir é a chegada, hoje, a esta Casa, do Senador Cristovam Buarque, eleito pelo povo de Brasília, que já foi Governador desta cidade por quatro anos, função que exerceu com muita dignidade. Fomos adversários políticos na última eleição, em 2002, mas procuramos, mesmo em campos opostos, fazer da democracia e da eleição um espaço de troca de idéias. Realizamos uma disputa ética, com troca de idéias em prol do povo de Brasília. E ambos fomos eleitos e aqui estamos representando o povo desta cidade.

Acompanhei o trabalho do Senador Cristovam Buarque à frente do Ministério da Educação e tive, inclusive, oportunidade de, de comum acordo com S. Exª, preparar um projeto que está tramitando nesta Casa que cria a alfabetização nas indústrias, nos canteiros de obras. Trata-se de um projeto que sonhamos ver aprovado no ano de 2004.

Entendo que o objetivo de acabar com o analfabetismo no Brasil não é só do professor Cristovam Buarque, que foi reitor da Universidade de Brasília, a nossa UnB, mas de todos nós, Senadores, e de todo o povo brasileiro. Realmente não podemos, Senador Paulo Paim, conviver com a ignorância, com a não-cidadania. É só é cidadão quem sabe ler e escrever.

Senador Cristovam Buarque, recebemos V. Exª aqui com muita alegria. Temos certeza de que Brasília estará muito bem representada. E, aqui, abro um parêntese para homenagear o Senador Eurípedes Camargo. Ontem, um grupo de Senadores resolveu, espontaneamente, fazer uma homenagem ao Senador Eurípedes em um jantar que se realizará na próxima terça-feira. Tivemos uma convivência muito harmoniosa com S. Exª, que soube substituir V. Exª, Senador Cristovam Buarque, à altura, foi um grande companheiro, um amigo, que participou ativamente das discussões, que foi um Senador assíduo no plenário. V. Exª está de parabéns pelo suplente que o substituiu nesses meses em que exerceu uma missão tão importante no Ministério da Educação.

E, para terminar, Sr. Presidente, hoje pela manhã, na reunião da Executiva Nacional do PFL, narrei a visita que fiz a diversos países nos últimos dias, para conhecer o sistema de transporte ferroviário, que, na minha visão, será o futuro do sistema de transportes brasileiro.

O Brasil, nos últimos 50 anos, investiu no setor rodoviário. Construímos rodovias, abrimos o País, JK foi o precursor, o grande idealizador, construiu a Belém–Brasília, que é uma obra inacreditável, em que, há 50 anos, ninguém acreditava, e o Brasil se desenvolveu no setor automobilístico. Mas este é o momento de repensar.

Tínhamos, nos últimos anos, 50 mil quilômetros de ferrovias; hoje, não temos a metade. As nossas ferrovias não cumprem o papel de ligar as cidades, de dar conforto no transporte aos brasileiros. É hora de repensar.

Todos os países adiantados do mundo, na Ásia, na Europa e na América do Norte, estão construindo ferrovias, com trens de alta velocidade. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Espanha, nos próximos dez anos, vai construir 8 mil quilômetros de ferrovias para trens de alta velocidade, o que significa velocidade entre 250 e 350 km/h. As grandes cidades espanholas passam a ser ligadas por trens, o que está fazendo com que o turismo, a economia, os negócios na Espanha cresçam de uma forma assustadora e impressionante. Eles buscam recursos e investem, porque acreditam que o sistema ferroviário descongestiona as grandes cidades, não é poluente e desenvolve todo o entorno das cidades.

Por isso, estivemos nessa missão, acompanhando os Governadores de Goiás e do Distrito Federal, Marconi Perillo e Joaquim Roriz. Essa foi a primeira vez que dois Governadores visitaram vários países europeus buscando conhecer esse sistema de transporte.

O trecho que queremos implementar, Senador Cristovam Buarque – e V. Ex^a certamente fará parte dessa discussão – ligará Brasília a Goiânia. São 194 quilômetros apenas. A nossa intenção é desenvolver o entorno de Brasília e de Goiânia, criar um pólo industrial na região de Corumbá IV – o grande lago que está sendo construído –, intensificar a economia da cidade de Anápolis e fazer com que Brasília e Goiânia, que hoje reúnem 5 milhões de habitantes, possam estar interligadas por um transporte que permita que um goiano saia da sua cidade e chegue a Brasília em apenas uma hora.

Esse foi o objetivo da nossa viagem. Temos certeza de que é possível.

E hoje, conversando com o Senador Romeu Tuma, nasceu a idéia de criarmos aqui uma frente parlamentar em favor das ferrovias brasileiras. O Brasil é um país continental, que carece de transporte eficiente e rápido. Portanto, entendo que a ousadia, a revolução, agora, é tentar implantar ferrovias em trechos

que tenham grande populações, que tenham desenvolvimento econômico, que tenham viabilidade financeira para construí-las.

Por isso, quero dizer aos meus colegas do Senado que foi uma satisfação enorme participar dessa viagem. Voltei entusiasmado, com a certeza de que o Brasil tem que repensar essa questão. Fiquei muito triste, porque, nos últimos sessenta dias, o Brasil só conversou sobre troca de Ministro, a única coisa que saía nos jornais brasileiros era a substituição de nomes. E o Brasil não pode se apegar a esta forma. O Brasil é um País com grandes desafios. Temos que gerar, conforme quer o Presidente, dez milhões de empregos. Uma ferrovia de Brasília a Goiânia pode gerar de 60 a 100 mil empregos. E existem investimentos estrangeiros; podemos trazer dinheiro de fora. As empresas brasileiras têm capacidade para participar de um desafio como esse. Somos competentes! Somos capazes! Nós podemos fazer!

Por isso, trago esta discussão ao Senado, Senador Romeu Tuma, e trago esta discussão ao Senado na sua presença, que conhece bem o assunto. Não sei ainda por que não existe um trem bala ligando Rio de Janeiro a São Paulo. Sei que existem vários estudos feitos mas não implementados. Mas tenho certeza de que essa discussão não passa dos próximos anos. Não tenho dúvida de que o próximo candidato a prefeito de São Paulo ou do Rio de Janeiro terá que colocar em pauta a discussão de uma obra como esta. Acho que os brasileiros merecem conforto: os brasileiros estão sendo muito maltratados em função da falta de vôos, pois não existem vôos regulares ligando as cidades; e as rodovias estão uma verdadeira vergonha, esburacadas, inseguras. O brasileiro não tem como conhecer o próprio Brasil. Faltam meios de transporte.

É o momento de o Brasil repensar o sistema ferroviário. E o exemplo de Brasília é muito emblemático. É um sinal que Brasília, a capital da esperança – uma cidade que foi construída com a ousadia e a tenacidade dos brasileiros –, dá a todo o Brasil. Temos que ter coragem de enfrentar esse desafio, dar transporte aos brasileiros, transporte com técnica moderna, transporte eficiente, transporte rápido.

Era o que tinha a dizer, e fico feliz de justamente estar presidindo a sessão, neste momento, o Senador Romeu Tuma, que conhece muito bem o sistema ferroviário brasileiro.

Quero dizer, Senador Cristovam Buarque, que é uma alegria para todos nós Senadores tê-lo de volta – vi como V. Ex^a foi recebido, nesta Casa, por todos os Partidos. V. Ex^a tem amigos no PFL, no PSDB, no

PTB e, certamente, nos ensinará muito, contribuirá muito com o Congresso Nacional e principalmente com o Senado Federal.

Bem-vindo. Em nome de Brasília, quero dizer que ficamos felizes de tê-lo aqui representando o nosso Distrito Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Paulo Octávio, informo a V. Ex^a que o Governador de São Paulo já assinou um protocolo com o Governo da Espanha para o estudo definitivo da implantação de trem de alta velocidade entre os aeroportos de São Paulo, Viracopos e outros setores. Acho que isso deve avançar.

Estou solidário com V.Ex^a para fazer a frente parlamentar em favor das ferrovias, que estão desgastadas, morrendo aos poucos. Foram privatizadas e o Governo praticamente vê como contrapartida da exploração dessas ferrovias. Está na hora de se estabelecer um programa efetivo para o sistema ferroviário brasileiro.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Fico feliz com essa notícia, da qual eu não tinha conhecimento, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. Quero dizer que entre o Rio de Janeiro e São Paulo moram 16 milhões de brasileiros. Uma iniciativa como essa pode ativar o turismo e a economia das duas cidades e desenvolvê-las muito.

Quero dizer que esse é um desafio que os paulistas e os cariocas não devem temer, mas, sim, partir para realização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, que fará uma comunicação urgente, como inscrita, por cinco minutos.

Em seguida, entraremos na Ordem do Dia, sob a Presidência do Senador Paulo Paim.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltam hoje ao Brasil os 262 brasileiros que estavam presos por tentar entrar ilegalmente nos Estados Unidos. Entre eles estão 35 goianos, que arriscaram a liberdade em busca do sonho de oferecer uma vida melhor para suas famílias. Foram atrás do emprego que não conseguiram no Brasil e acabaram presos e humilhados.

Quero ressaltar o trabalho excepcional de dois Senadores: Hélio Costa e Marcelo Crivella. Graças a esse trabalho excepcional foi garantido tratamento digno a essas pessoas que hoje retornam desiludidas ao País. Apesar da alegria do reencontro com as famílias, não se pode garantir a eles a esperança de

uma vida melhor, porque a situação de desemprego só tem se agravado, na contramão das promessas de campanha de criar dez milhões de empregos.

Ainda estamos sob o impacto das recentes pesquisas do IBGE, que apontaram desemprego maior em 2003 do que em 2002. Mas o Governo estava tão envolvido na reforma ministerial que ficou devendo uma satisfação ao Brasil. Por que em um ano o desemprego se agravou de tal forma se o Governo canta todos os dias em prosa e verso o sucesso da política econômica e da estabilidade? E o que se pode esperar para 2004?

É preciso dizer que as consequências sociais da atual conjuntura vão além do problema do desemprego, porque incluem um crescimento inusitado da precariedade dos vínculos empregatícios.

Os números do IBGE, divulgados recentemente, revelam um aumento de 17% de trabalhadores sem carteira assinada; 60% da população ativa não contribui para a Previdência Social, e aguarda a aprovação da PEC 77 para que sejam criados os instrumentos que possibilitem a inclusão desses brasileiros na Previdência.

É de quase 22% o percentual de pessoas trabalhando por conta própria, comprovando a ineficiência do modelo petista de combate ao desemprego e à precariedade da inserção no mercado e trabalho.

Apesar da redução na taxa de inflação, os rendimentos do trabalhador no primeiro ano de gestão petista caíram 12,9%; segundo o IBGE, a renda mensal do brasileiro, que era de R\$983,85, desceu para R\$856,85. Uma das consequências foi a queda de venda nos supermercados em cerca de 4,5% em relação a 2002.

Há no ar um sentimento de amargura, mencionado nesta tribuna, na semana passada, pelo Senador José Agripino, e de frustração diante das ações de um Partido que prometia o paraíso.

As famílias, não vendo seu cotidiano sendo mudado de forma efetiva, com dificuldades para suprir suas necessidades básicas, perdem a esperança de aspirar a padrões melhores de consumo, educação e saúde. Para o mercado, cada desempregado representa de dois a três consumidores a menos. Com menos venda, cai a produção e somem os empregos. Após um ano perdido, é tempo agora de tirar o social da fila de espera e dar **status** de prioridade à redução das desigualdades e geração de emprego e renda.

Tenho certeza de que a grande mudança prometida pelo PT na área social não pode ficar reduzida

a uma gestão mais eficiente de programas herdados da administração passada.

Muito obrigada.

Antes de deixar a tribuna, eu me somo às vozes que aqui homenagearam a chegada do ex-Ministro e hoje Senador Cristovam Buarque. Senador Cristovam Buarque, tenho certeza de que a sua experiência e seu compromisso com a educação muito enriquecerão os debates nesta Casa. Portanto, seja bem-vindo e tenha certeza da alegria que sua presença causa aqui entre nós.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Antes de iniciar a Ordem do Dia, esta Presidência gostaria de convidar todos os Líderes para uma reunião na Sala da Presidência para discutir assuntos relacionados à convocação extraordinária, entre eles, como principal, a discussão da PEC nº 77, a PEC paralela.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente. Cheguei aqui e observei que, dos oradores inscritos – a prática vem se repetindo, e a culpa não é de ninguém –, apenas dois falaram, embora tenha havido prorrogação do tempo antes da Ordem do Dia. Presidi esta Casa e sei como é difícil dirigi-la, principalmente no que concerne ao controle do tempo destinado aos oradores.

Farei uma proposta aqui, Sr. Presidente, para ver se a Mesa adota o mesmo critério da Câmara dos Deputados. Assim, não precisaríamos mexer no Regimento, pelo menos no momento. Isto é, se o prazo determinado é de vinte minutos, em vinte minutos, automaticamente é desligado o microfone e retornado para que a pessoa tenha um minuto para encerrar a sua fala. Se o Líder precisa, se o tempo da comunicação é de cinco minutos, não é o Presidente que vai desligar. Automaticamente, o microfone será desligado e retornará para que ele conclua em trinta segundos. Essa é a única maneira, Sr. Presidente, para não haver constrangimento nesta Casa.

É o que eu penso, salvo melhor juízo. Consultei vários dos Srs. Senadores e parece-me que todos concordam com essa proposta.

Eu perguntei ao Senador Juvêncio – porque estou inscrito depois de S. Exª: Senador, V. Exª já falou? E S. Exª disse: “Eu tenho questão importante para falar. Vamos ver se chega a minha vez”.

Positivamente, penso que está na hora de fazermos o que a Câmara dos Deputados já faz há muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Ramez Tebet, a Mesa informa...

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu não estou culpando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Eu tenho certeza disso. Não foi a intenção de V. Exª.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu mesmo fui muito tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa informa que usaram da palavra sete Líderes; houve três comunicações inadiáveis e somente dois oradores inscritos.

A proposta de V. Exª é procedente e já assumimos o compromisso de levá-la à reunião da Mesa, com os Líderes, para agilizar a discussão e votação aqui neste plenário, até para não atrasar a Ordem do Dia, como foi o caso de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2004

Insere parágrafo no art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de modo a assegurar, aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, vagas nos cursos de graduação de formação de professores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 87 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte § 7º:

Art. 87.

.....

§ 7º Aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior, será assegurado o ingresso nos cursos de graduação de formação de professores da educação básica, nos termos do regulamento desta lei, que estabelecerá os critérios para a fixação do número de vagas, bem como os processos seletivos que deverão

ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das inovações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) consistiu em favorecer a habilitação, em nível superior, dos professores da educação básica, ainda que admitisse a formação mínima de nível médio para os docentes da educação infantil e das quatro primeiras séries do ensino fundamental. Assim, a LDB determinou que, ao final da Década da Educação, prevista em seu art. 87, somente serão admitidos no magistério da educação básica professores com nível superior ou que forem formados por treinamento em serviço.

Apesar dessas diretrizes, ainda é significativo o contingente de professores leigos sem a formação mínima para o exercício profissional. Conforme o Censo Escolar de 2002, havia 272 mil funções docentes exercidas por leigos (13% do total), no ensino fundamental e no médio. Os resultados do Censo mostraram a persistência de outros problemas relacionados à docência leiga. Um deles diz respeito às dificuldades da zona rural. O campo concentrava 25% das 272 mil funções docentes exercidas por leigos, embora possuísse apenas 15% do total de funções docentes. Se fossem consideradas apenas as mais de 25 mil funções docentes exercidas por profissionais com escolaridade de ensino fundamental, completo ou não, a contribuição da zona rural passava a ser de 73%.

O desequilíbrio entre as grandes regiões também foi demonstrado pelo Censo. A região Nordeste continha 56% de todas as funções docentes que correspondiam à escolaridade de ensino fundamental. Embora as regiões Norte e Nordeste possuíssem 37% das funções docentes de todo o País, concentravam quase 63% dos profissionais leigos do ensino fundamental e do médio.

Além do desafio de qualificar os docentes leigos, será preciso também grande esforço para habilitar, em nível superior, o contingente de professores que possuem a formação mínima para o exercício profissional, de forma a cumprir a referida inovação desejada pela LDB. Ainda segundo o Censo Escolar de 2002, das quase 810 mil funções docentes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 541 mil eram constituídas por professores com titulação de nível médio. A esse contingente, deve-se somar as 247 mil fun-

ções docentes (75% do total) exercidas por leigos e portadores de escolaridade de nível médio que atuam na educação infantil.

Também na titulação de nível superior, as desigualdades regionais transpareciam: enquanto na região Sudeste 75% das funções docentes do ensino fundamental e do médio tinham formação de nível superior, nas regiões Norte e Nordeste essa cifra caía para 40% e 41%, respectivamente.

Ora, as metas de extinguir a docência leiga e de ampliar a habilitação em nível superior dos professores da educação básica somente serão alcançadas se um grande esforço for feito pelo Poder Público, com o apoio das instituições de ensino superior e da sociedade em geral. Com esse propósito, a presente iniciativa fixa uma nova diretriz para a educação brasileira: a de assegurar, aos docentes da rede pública que ainda não tenham habilitação em nível superior, o acesso aos cursos de graduação de formação de professores da educação básica. Assim, todo professor da rede pública terá acesso às universidades, públicas ou privadas, de modo a obter a qualificação requerida pela lei. Os critérios para a fixação do número de vagas, os termos de convênios que poderão ser firmados com instituições privadas, bem como os processos seletivos que deverão ser adotados para os casos em que haja maior demanda que possibilidades de atendimento, deverão ser fixados por meio de norma regulamentadora.

Em razão de sua relevância para ampliar a escolaridade dos professores da educação básica, promovendo melhorias na qualidade do ensino oferecido a milhões de estudantes, contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Cristóvam Buarque**,

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2004

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para estabelecer, nos casos que especifica, critérios para o pagamento de justa indenização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

.....
p) a preservação ambiental;

q) a proteção do ordenamento urbanístico e territorial;

.....”(NR)

“Art. 27-A Nos casos de parcelamento ilegal de terras para fins urbanos, a iniciativa da desapropriação caberá ao poder público municipal, fixada a justa indenização com base nos seguintes critérios:

I – não serão consideradas como loteadas ou loteáveis as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no Registro de Imóveis como parcelamentos urbanos ou para fins urbanos;

II – serão deduzidos integralmente da indenização devida todos os valores necessários, conforme o caso, à reparação dos danos urbanísticos e ambientais, bem como aos procedimentos de desconstituição ou regularização do parcelamento, nos termos do que fixar, para tanto, ato administrativo da respectiva prefeitura ou do Distrito Federal;

III – as benfeitorias realizadas para a constituição do parcelamento ilegal não serão indenizáveis.

§ 1º Os valores fixados no ato administrativo de que trata este artigo decorrerão de laudos técnicos elaborados em conjunto por, pelo menos, dois profissionais legalmente habilitados, integrantes dos quadros efetivos da administração pública.

§ 2º Caso as importâncias a serem deduzidas da indenização excedam o valor da gleba, passará o expropriado a ser devedor, perante o poder público, da diferença apurada.”

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. Nas desapropriações, não se considerarão como terrenos loteados ou loteáveis, para fins de indenização, as glebas não inscritas ou irregularmente inscritas no

Registro de Imóveis como loteamentos urbanos ou para fins urbanos”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos mais graves problemas com que se deparam as administrações municipais, o parcelamento ilegal de terras para fins urbanos tem causado danos não apenas à preservação ambiental e ao ordenamento urbanístico, mas também aos adquirentes dos falsos lotes vendidos ilicitamente. Trata-se de crime contra a administração pública punível, nos termos da Lei nº 6.766, de 1979, com pena de reclusão de até cinco anos. Nem mesmo a Capital da República, onde apenas um terço das terras pertencem a proprietários particulares, escapou dessa insídia. No Distrito Federal, a exemplo do que ocorre em todas as grandes cidades brasileiras, contam-se às centenas os loteamentos ilegais que incidem em áreas de propriedade privada.

No entanto, mesmo nos escassos casos que resultam na efetiva condenação dos que praticam essa atividade criminosa, o problema remanesce no âmbito da gestão pública. Ainda que responsabilizados civil e penalmente, os promotores dos loteamentos clandestinos mantêm a propriedade da gleba parcelada ilegalmente, restando às prefeituras, ou ao Distrito Federal, os ônus da reconstituição ambiental ou da regularização urbanística, de difícil transferência aos que lhes deram causa.

Para sanar suficientemente os imensos danos causados nesses casos, quase sempre conviria ao poder público desapropriar as terras em que ocorrem os loteamentos ilegais para, dispondo do bem, nele promover o uso adequado ao interesse público, seja ao implementar programas habitacionais, seja ao restaurar as características ambientais que tenham sido degradadas. Lamentavelmente, contudo, quando opta pela via da desapropriação, aparentemente adequada, o poder público é comumente instado a pagar indenizações que, ao invés de punir e desestimular a prática desse crime, constituem verdadeiro prêmio ao criminoso.

São valores fixados judicialmente, com base em interpretações patrimonialistas do preceito de “justa indenização”, previsto no art. 7º, XXIV, da Constituição Federal, que a rigor conflitam com o princípio da “função social da propriedade”, inscrito em vários dispositivos constitucionais, em especial no art. 170, III, como um dos fundamentos da própria ordem econô-

mica. Em livro recentemente publicado, “Os Parcelamentos Ilegais do Solo e a Desapropriação como Sanção: O Caso dos ‘Condomínios Irregulares’ no Distrito Federal”, a Dr^a Alessandra Elias de Queiroga, promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – com amparo em consagrados doutrinadores, como Hely Lopes Meirelles, José Afonso da Silva, Eros Roberto Grau, Adilson Dallari, entre outros, aborda brilhantemente a questão. Ao comentar a finalidade essencial da desapropriação, a autora assim se expressa:

Não se olvida, portanto, de que este instrumento de intervenção do Estado na propriedade tem como um dos objetivos garantir a função social do bem, aproveitá-lo em benefício da coletividade, realizando melhorias ou sua distribuição, ou, ainda, mantendo-o intacto para a correta preservação de seus recursos naturais, paisagísticos, culturais ou históricos.

Adiante observa, já agora especificamente em relação às terras utilizadas para a prática do crime de parcelamento ilegal, que a utilização da propriedade de maneira a lesar a coletividade deve dar ensejo, sim, à sua desapropriação. Aliás, esta desapropriação não deve ser apenas uma possibilidade, mas um dever do Poder Público, o qual tem que zelar pelos princípios constitucionais, dentre os quais se destaca o da função social da propriedade, do respeito ao meio ambiente e à ordem urbanística. Mas é na fixação do quantum indenizatório que se poderá reestabelecer o equilíbrio social quebrado quando o particular se utiliza de sua propriedade para a prática de ato ilícito.

É esse, portanto, o objetivo do presente projeto de lei: conferir conteúdo prático ao conceito de “justa indenização” nos casos de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo para fins urbanos. Para tanto, a lei proposta: (a) inclui expressamente, no rol dos casos considerados de “utilidade pública”, a preservação ambiental e a proteção do ordenamento urbanístico e territorial; (b) reserva a iniciativa das desapropriações dessa natureza ao poder municipal, em consonância com o art. 182 da Lei Maior; (c) veda a prática, contraditória mas freqüente, de considerarem-se loteadas ou loteáveis, para efeito de indenização, as terras utilizadas criminosamente para tal; (d) determina a subtração da verba indenizatória dos dispêndios em que o poder público deve incorrer para mitigar o dano causado.

Assim, ao estabelecer os parâmetros para a fixação da indenização devida nos casos de desapropriação de terras utilizadas para o crime de parcelamento ilegal do solo, o projeto que ora apresentamos

constituirá eficaz desestímulo à continuidade dessa prática. Contribuirá, assim, para reduzir o retalhamento indiscriminado do território, o espraçamento excessivo de nossas cidades e os graves danos ambientais que têm sido impostos à nossa população urbana. Oferecerá, enfim, a todos os Municípios e ao Distrito Federal, meios para enfrentar os problemas já constituídos e evitar a sua reprodução.

Estamos certos, pelas mencionadas razões, de que a proposição merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional, atentos aos dramas que enfrentam as municipalidades em nosso País.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2004

Insere artigo na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A. Trinta por cento, no mínimo, das receitas orçamentárias do Fundo serão destinados a financiamentos cuja amortização será feita, em até cinquenta por cento de seu valor, mediante serviço de alcance social, na forma do regulamento, observada a seleção dos estudantes mais carentes, bem como a definição de áreas prioritárias de formação”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Justificação

Os últimos anos testemunharam uma significativa expansão da educação superior no Brasil. O total de matrículas na graduação subiu de 1,7 milhão, em 1995, para cerca de 3,5 milhões, em 2002. Entretanto, esse crescimento, que tenta corrigir a baixa proporção de brasileiros que têm acesso ao ensino superior, apresenta-se marcado por persistentes distorções.

Uma delas diz respeito à equidade no acesso escolar. Expressivo contingente de estudantes de ba-

ixa renda não consegue obter vaga nas instituições públicas, nas quais o ensino é gratuito, precisando recorrer ao ensino privado, cujas anuidades nem todos podem pagar.

Para atenuar esse problema, o Governo Federal mantém, há quase trinta anos, programa de financiamento estudantil. Em 1999, o modelo sofreu importante mudança, quando, por meio de medida provisória, foi extinto o Programa de Crédito Educativo e criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Ocorre, todavia, que essas iniciativas de crédito estudantil padecem de dois grandes problemas: o primeiro reside no atendimento insuficiente. Por exemplo, em 2003, 291 candidatos se inscreveram para obter acesso ao Fies, mas tão-somente 42 mil foram atendidos.

O segundo grande desafio, que este projeto de lei procura atenuar, é o constituído pelas dificuldades de pagamento dos financiamentos contraídos. A inadimplência do sistema é alta, o que periodicamente obriga o Governo Federal a lançar iniciativas de renegociação das dívidas. Conforme a Lei nº 10.260, de 2001, as condições de ressarcimento dos empréstimos contraídos no âmbito do Fies são as seguintes:

1) a amortização tem início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado;

2) nos doze primeiros meses de amortização, as prestações têm valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;

3) o saldo devedor restante é parcelado em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

4) os juros, estipulados pelo Conselho Monetário Nacional, para cada semestre letivo, aplicam-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

5) ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado deve pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00.

Com efeito, as dificuldades de obter emprego e de alcançar uma estabilidade financeira nos pri-

meiros anos de exercício profissional tomam a amortização do financiamento estudantil um grande estorvo para muitos estudantes. Lamentavelmente, as condições de pagamento do empréstimo obtido no âmbito do Fies não são substancialmente diferentes daquelas que regiam o extinto Programa de Crédito Educativo. O resultado disso é que já começam a se manifestar altas taxas de inadimplência relativas aos primeiros grupos de estudantes que concluíram seus cursos por meio do novo sistema de financiamento.

É justo crer que o pagamento parcial do empréstimo por meio de prestação de trabalho social pode representar uma saída para esse impasse. O projeto que ora apresentamos prevê essa forma de amortização do financiamento para, pelo menos, trinta por cento dos valores orçamentários destinados aos empréstimos estudantis. Metade do valor financiado passaria a ser pago segundo os critérios atualmente previstos na lei. A outra metade seria saldada mediante o exercício de trabalho de cunho social, conforme parâmetros definidos na regulamentação da lei. Dois critérios são previamente estipulados: a seleção dos estudantes mais carentes e a definição de áreas prioritárias de formação.

Esperamos, assim, que o pagamento dos empréstimos tome-se viável para os estudantes de mais baixa renda, ao mesmo tempo em que programas sociais recebem reforço do trabalho de estudantes e profissionais de nível superior, em programas como a alfabetização de jovens e adultos e o atendimento médico em áreas mais remotas do interior do País.

Em vista do alcance social desta proposta, solicitamos o apoio dos Senhores Congressistas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

.....

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior;< p> b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do

caput do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III

Dos Títulos da Dívida Pública

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional, com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o artigo 7º serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na formado art. 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2003

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Fi-

financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para incluir entre as receitas desse fundo linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
VIII – linha especial de crédito, criada para essa finalidade, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não-gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Esse fundo veio substituir o Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior do País.

O FIES financia até 70% dos encargos educacionais cobrados do estudante pelas Instituições de Ensino Superior particulares. Representa instrumento fundamental para viabilizar que estudantes das camadas pobres da população possam cursar a sua graduação e obter o diploma de curso superior tão sonhado, que poderá abrir as portas do mercado de trabalho e proporcionar uma vida digna.

Segundo a mencionada lei, constituem receitas do FIES:

- dotações orçamentárias consignadas ao MEC;
- trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;
- encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedi-

dos no âmbito do Programa de Crédito Educativo;

- rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- receitas patrimoniais.

Em 2003, a execução da despesa do FIES mostra que foram liquidados recursos da ordem de R\$595 milhões, dos quais R\$241 milhões relativos a dotações orçamentárias, R\$189 milhões provenientes da loteria esportiva e R\$165 milhões referente ao retomo das aplicações, estando a liquidar, nesse ano, R\$115 milhões (posição acumulada até 19 de dezembro). Não obstante, esse fundo não tem conseguido atender à demanda dos estudantes por financiamento. Por exemplo, no 1º semestre de 2002, de 227 mil inscrições, apenas 36 mil estudantes obtiveram o financiamento do FIES, enquanto no 2º semestre essa relação foi de 148 mil para 42 mil. Em 2003, o mesmo problema se repetiu, pois dos 291 mil estudantes inscritos, foram atendidos apenas 42 mil. Assim, por insuficiência de recursos, a maior parte dos estudantes carentes que pleiteiam o financiamento estudantil não tem sido beneficiada pelo fundo.

Por esse motivo, venho propor o presente Projeto de Lei, que visa incluir, entre as receitas do FIES, linha especial de crédito do BNDES, a ser criada especialmente para essa finalidade. Como esse banco tem desempenhado papel cada vez mais significativo no desenvolvimento social, cremos que ele poderá também dar sua contribuição para o fortalecimento do programa de financiamento do estudante, reforçando os recursos do FIES.

Pela importância da proposição para que não sejam frustrados os sonhos de milhares de estudantes de obter o diploma de curso superior, peço apoio aos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28 de janeiro de 2004. –
Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior; b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$ 50,00 (cinquenta reais)

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN, realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar em até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de inidoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador inidôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do caput do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III

Dos Títulos da Dívida Pública

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o art. 7º serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do art. 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como

pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2004

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior e dá outras providências, para possibilitar que os codificados recebidos pelas instituições de ensino superior possam ser utilizados para pagamento de tributos federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 10 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do artigo 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los, bem como para quitação de débitos de outros tributos federais, a serem definidos em regulamento.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, instituiu o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não-gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Esse fundo veio substituir o Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior do País.

O FIES financia até 70% das mensalidades cobradas do estudante pelas Instituições de Ensino Superior particulares, com juros de 9% ao ano, pagos pelo aluno depois da conclusão do curso de graduação.

Constituem receitas do FIES:

- dotações orçamentárias consignadas ao MEC;
- trinta por cento da renda líquida dos concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal, bem como a totalidade dos recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição;
- encargos e sanções contratualmente cobrados nos financiamentos concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo;
- rendimento de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;
- receitas patrimoniais.

A mencionada lei autoriza que a União emita certificados do Tesouro Nacional em favor do FIES, que os utiliza no pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do fundo. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior podem ser utilizados para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou serem negociados com outras pessoas jurídicas.

As instituições de ensino superior há muito reivindicam que os certificados recebidos em pagamento da mensalidade dos alunos possam ser utilizados para quitação de outros tributos federais, pois muitas já pagaram suas dívidas com o INSS e suas obrigações previdenciárias futuras são inferiores aos valores correspondentes aos certificados do FIES. Por esse motivo, venho propor o presente projeto de lei, que abre a possibilidade de que débitos de outros tributos, a serem definidos em regulamento do Poder Executivo, possam ser quitados com os certificados recebidos. Com isso, haverá maior interesse das universidades privadas de aceitar o recebimento de alunos beneficiados pelo FIES.

Considerando que essa proposição permitirá o aprimoramento e fortalecimento do programa de financiamento do estudante, peço apoio aos nobres Pares para sua discussão e aprovação.

Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 2004. – Senador **Eduardo Siqueira Campos.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior o dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

CAPÍTULO I**Do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)**

Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do FIES deverão observar o seguinte:

I – prazo: não poderá ser superior à duração regular do curso;

II – juros: a serem estipulados pelo CMN, para cada semestre letivo, aplicando-se desde a data da celebração até o final da participação do estudante no financiamento;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado;

IV – amortização: terá início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, calculando-se as prestações, em qualquer caso:

a) nos doze primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à Instituição de ensino superior no semestre imediatamente anterior; **b)** parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até uma vez e meia o prazo de permanência na condição de estudante financiado;

V – risco: os agentes financeiros e as instituições de ensino superior participarão do risco do financiamento nos percentuais de vinte por cento e cinco por cento, respectivamente, sendo considerados devedores solidários nos limites especificados;

VI – comprovação de idoneidade cadastral do estudante e do(s) fiador(es) na assinatura dos contratos.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, o estudante financiado fica obrigado a pagar, trimestralmente, os juros incidentes sobre o financiamento, limitados ao montante de R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 2º É permitido ao estudante financiado, a qualquer tempo, observada a regulamentação do CMN,

realizar amortizações extraordinárias do financiamento.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa da instituição de ensino superior à qual esteja vinculado, poderá o estudante dilatar até um ano o prazo de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no Inciso IV e suas alíneas.

§ 4º Na hipótese de verificação de idoneidade cadastral do estudante ou de seu(s) fiador(es) após a assinatura do contrato, ficará sobrestado o aditamento do mesmo até a comprovação da restauração da respectiva idoneidade, ou a substituição do fiador idôneo.

Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promoverá a execução das garantias contratuais, conforme estabelecido pela instituição de que trata o inciso II do **caput** do mesmo artigo, repassando ao FIES e à instituição de ensino superior a parte concernente ao seu risco.

CAPÍTULO III**Dos Títulos da Vida Pública**

Art. 7º Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.

§ 1º Os títulos a que se referem o **caput** serão representados por certificados de emissão do Tesouro Nacional, com características definidas em ato do Poder Executivo.

§ 2º Os certificados a que se refere o parágrafo anterior serão emitidos sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FIES à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Os recursos em moeda corrente entregues pelo FIES em contrapartida à colocação direta dos certificados serão utilizados exclusivamente para abatimento da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 8º Em contrapartida à colocação direta dos certificados, fica o FIES autorizado a utilizar em pagamento os créditos securitizados recebidos na forma do art. 14.

Art. 9º Os certificados de que trata o artigo V serão destinados pelo FIES exclusivamente ao pagamento às instituições de ensino superior dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos do FIES.

Art. 10. Os certificados recebidos pelas instituições de ensino superior na forma do artigo 9º serão utilizados para pagamento de obrigações previden-

ciárias junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ficando este autorizado a recebê-los.

§ 1º É facultado às instituições de ensino superior a negociação dos certificados de que trata este artigo com outras pessoas jurídicas.

§ 2º Os certificados negociados na forma do parágrafo anterior poderão ser aceitos pelo INSS como pagamento de débitos referentes a competências anteriores a fevereiro de 2001.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; Pedro Malan.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – As proposições que acabam de ser lidas terão sua tramitação iniciada a partir de 15 de fevereiro de 2004.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2004

Requeremos, “nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Nestor Herculano de Paula, grande empresário brasileiro.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Sul, condolências as Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Bahia.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Antônio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa encaminhará o voto de pesar, mas assim mesmo colheremos o referendo do Plenário.

Em votação o requerimento.

Com a palavra, para encaminhar, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu serei breve, Excelência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Nestor Herculano de Paula foi um grande empresário brasileiro, principalmente no Estado de V. Ex^a. Ele era o Presidente do Grupo Azaléia, talvez o maior pólo calçadista do País. Também fez fábrica na Bahia, um grande êxito no Município de Itapetinga, que trouxe

mais dezoito outras fábricas. Conseqüentemente, o seu falecimento é um motivo de pesar para o Estado de V. Ex^a, mas também para o meu Estado, daí ter apresentado esse requerimento de pesar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência incorpora o pronunciamento de V. Ex^a ao que já havíamos anunciado e, ao mesmo tempo, informa que será cumprida a deliberação já votada e apreciada por este Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2004

Requeremos, “nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jurista Caio Mário da Silva Pereira, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2004,

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – Senador **Almeida Lima.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao eminente Senador Almeida Lima, para encaminhar a votação.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos maiores juristas brasileiros, especialista em Direito Civil, o mineiro Caio Mário da Silva Pereira foi Consultor Geral da República no Governo Jânio Quadros e também Secretário de Segurança Pública e Advogado Geral de seu Estado na gestão de Magalhães Pinto. Tornou-se Professor Titular de Direito Civil da Universidade Federal de Minas Gerais e, a partir de 1970, quando se mudou para o Rio, da UFRJ.

Participou como membro dos Institutos dos Advogados do Brasil, de Minas Gerais e São Paulo, tendo recebido numerosas honrarias, tais como o Colar do Mérito Judiciário concedido pelos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Recebeu o título de Doutor **Honoris Causa** da Universidade de Coimbra.

Integrou a Academia Internacional de Direito Comparado e a Associação de Legislação Comparada, ambas em Paris. Ocupou a cadeira 21 da Academia Mineira de Letras, homenagem prestada em razão de sua extensa obra, quase sempre voltada para o Direito.

De seu casamento de 60 anos com Marina Célia Silva Pereira nasceram quatro filhos, treze netos e quatro bisnetos. Caio Mário morreu ontem, vítima de parada cardíaca e complicações pulmonares. Estava internado no Hospital Copa D'Or. Seu corpo será sepultado hoje no Cemitério São João Batista.

Não apenas por essas razões apresento este requerimento, Sr. Presidente, mas também porque, como então estudante de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, hoje Advogado, há mais de 20 anos, aprendi as lições do Direito Civil entre tantos autores honrados deste nosso grande País, a exemplo de Washington Barros Monteiro, do baiano Orlando Gomes, mas também do Professor Caio Mário da Silva Pereira; não apenas pelo texto de suas obras, mas pelas lições que me foram repassadas pelos Professores Cabral Machado, Paulo Machado, Antônio Góes.

Por essas razões, na lembrança do grande jurista, do seu grande nome, das suas grandes lições, sensibilizado, apresento este requerimento de pesar, pedindo a aprovação de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor à equipe de direção do filme brasileiro *Cidade de Deus*, pelo recebimento de 4 (quatro) indicações ao Oscar da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood – EUA. O mencionado filme foi indicado aos prêmios nas categorias de diretor, roteiro adaptado, edição e fotografia, fato inédito no cinema nacional, ratificando sua qualidade e

crescente participação no cenário cinematográfico mundial.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Ideli Salvatti**, PT/SC – **Maguito Vilela** – **Romeu Tuma**.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

Para essa questão não há encaminhamento. Mas, como V. Ex^a, eu sei, é um estudioso da área, permitirei que disponha de um minuto.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para justificar a proposição. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o País foi premiado, realmente, com essa belíssima notícia. O filme **Cidade de Deus**, do cineasta Fernando Meirelles, recebeu quatro indicações ao Oscar 2004, o que é um feito inédito para o cinema brasileiro.

Trata-se de um número respeitável para um cinema feito fora de Los Angeles. Isso é o mais significativo: não se trata de indicações consideradas menores ou maiores. Uma das indicações foi ao prêmio de melhor direção, considerado o segundo mais importante prêmio concedido pela Academia.

Além de melhor direção, o filme **Cidade de Deus** recebeu indicações para o Oscar de melhor roteiro, melhor montagem e melhor fotografia.

As quatro indicações ao Oscar do filme **Cidade de Deus** dão bem a dimensão da evolução experimentada pelo cinema nacional. Nos últimos anos, a presença de filmes brasileiros concorrendo ao Oscar e a outros prêmios internacionais importantes tem aumentado, de forma expressiva, a nossa credibilidade com relação ao cinema.

Cabe destacar, entre outros, as Organizações Globo, por meio da Globo Filmes, que tem produzido ou co-produzido inúmeros filmes importantes no País. A Globo Filmes é uma das produtoras do filme *Cidade de Deus*, agora indicado a quatro estatuetas no Oscar 2004.

Para finalizar, Sr. Presidente, trata-se não apenas de uma vitória profissional dessas pessoas, mas de uma vitória cultural do Brasil, que, a cada dia, vem-se firmando como referência em outras áreas que não apenas o esporte.

Congratulo-me com Fernando Meirelles por esta importante conquista, independentemente do resultado do Oscar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou o arquivamento do **Requerimento nº 1.191, de 2003**, em virtude da aprovação da emenda substitutiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo acordo de Lideranças quanto à deliberação do **item 1** da pauta, os demais itens ficam sobrestados e a Ordem do Dia fica encerrada.

São os seguintes os itens sobrestados:

Item 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica*.

Item 2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que *autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências*.

Item 3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que *altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social*.

Item 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000*.

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001*.

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

Item 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobja, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, devo ter uma autorização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Informamos ao Plenário, mais uma vez, que, pelo Regimento Interno, o Líder pede a palavra a qualquer momento. Temos ainda mais dois Líderes inscritos. Somente a partir daí os oradores normalmente inscritos poderão fazer uso da palavra. Infelizmente, é o Regimento.

Em seguida, falarão os Senadores Efraim Morais, pela Liderança da Minoria, Alberto Silva, pelo PMDB, e Almeida Lima, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – De imediato, passamos a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, em permuta realizada com o Senador Efraim Morais.

V. Exª dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e

Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de, em nome do meu Partido, dar as boas-vindas ao Senador Cristovam Buarque, que assume seu lugar nesta Casa. Com certeza, S. Ex^a dará, com o brilho da sua inteligência, uma bela contribuição aos trabalhos do Senado Federal.

Antes de entrar no assunto principal que me traz a esta tribuna, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, pela convocação que fez há poucos minutos. Foi uma convocação aos Líderes para que, no Gabinete da Presidência, que V. Ex^a exerce...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Por uma questão de justiça, provocado por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Foi uma convocação para fazermos uma reunião a fim de tratarmos de diversos assuntos. Eu gostaria de ousar sugerir que dêssemos importância preeminente à questão da PEC paralela, por uma razão muito simples. Na semana passada, V. Ex^a estava no plenário e não presidia a sessão quando eu tive oportunidade de apresentar uma proposição, pragmática, no sentido de que os Líderes se reunissem com o Presidente da Casa, Senador José Sarney, para que cada um, Partido a Partido, tomasse posição e que o Presidente do Senado Federal pudesse ter entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Líder do PMDB no Senado Federal pudesse ter entendimento com o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, o Líder do PFL no Senado Federal pudesse ter contato, que já teve, com o Líder do PFL na Câmara dos Deputados e assim por diante. Assim, conheceríamos a posição dos Líderes, que estariam traduzindo a posição de suas Bancadas com relação à tramitação rápida da PEC paralela.

Vejo o Senador Tião Viana, que rapidamente sorve dois goles d'água. Com absoluta certeza, este assunto incomoda profundamente S. Ex^a, que foi quem mais se empenhou nos compromissos tomados em torno da tramitação da PEC paralela e quem mais asseverou que a PEC paralela era para valer. Porém, agora S. Ex^a sente que a PEC paralela está travada na Câmara por uma razão simples, Sr. Presidente: na Câmara, se V. Ex^a colocar o ouvido no chão, como já o fiz, apenas ouvirá falar em medida provisória. Parece que esta convocação não foi feita, diferentemente do que imaginávamos, para examinar, em caráter prioritário, a PEC paralela, que é o antídoto à perversidade contida na PEC nº 67.

Senador Tião Viana, parece que esta convocação destina-se a examinar uma série de medidas pro-

visórias, a começar pela do setor elétrico, que receberá a posição contrária do meu Partido, o PFL.

Portanto, creio que precisamos passar essa história a limpo, com maturidade, com equilíbrio. É fundamental que haja uma conversa do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara. Senador Paulo Paim, conheço a posição de V. Ex^a, que neste momento exerce a Presidência, e sei que V. Ex^a se manifestará com relação a esta matéria como Presidente da Casa, isento, interpretando o pensamento de todos os Partidos do Senado. Esse entendimento começaria com o diálogo do Presidente do Senado com o Presidente da Câmara e entre todos os Líderes do Senado e da Câmara, para que possamos passar a limpo essa história e analisar por que a PEC paralela não tramita, por que a PEC paralela não caminha como se esperava e como se comprometeu esta Casa inteira, aprovando, ainda no final da convocação, essa matéria, que, além de ser da maior importância, removerá dificuldades para deficientes, para portadores de doenças incapacitantes, que, se ela não for aprovada até o dia 15, pagarão 11% de contribuição previdenciária, para aqueles que dependem do subsídio, para viúvas e pensionistas, que sofrerão a limitação de 30%, para todos aqueles para quem a PEC paralela traz benefícios.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Agripino, manifesto minha inteira concordância com as preocupações de V. Ex^a a respeito da PEC paralela, enviada à Câmara depois de tramitar em um ambiente saudável neste Senado, onde todas as Lideranças, todos os segmentos partidários se uniram para melhorar os efeitos e os impactos ocasionados pela PEC nº 67, substituída em parte pela PEC nº 77, e reconheço que V. Ex^a, Senador José Agripino, foi um dos grandes Líderes desse movimento. Por isso, tem razão V. Ex^a ao perguntar: quem está por trás disso? Quem está contribuindo para a não-votação dessa matéria? Sei de uma pessoa que está contribuindo para o desestímulo para que a PEC nº 77 não seja aprovada: o Governador do PSDB do Ceará, ex-Senador Lúcio Alcântara, que afirma textualmente que “o compromisso do Governo com os Senadores era com a tramitação da emenda, mas não com a sua aprovação”. Quer dizer, não participamos de nenhum artifício, de nenhuma molecagem. Participamos de um ato saudável e construtivo para melho-

rar o funcionamento da Previdência Social. Esse Governador do PSDB vestiu a carapuça. E chamo a atenção dos companheiros do PSDB, no Senado Federal, que apoiaram, de forma intransigente, a aprovação da Emenda nº 77, que, agora, um Governador do seu Partido está procurando engavetar a PEC nº 77 na Câmara dos Deputados. Registro o meu apoio ao pronunciamento de V. Exª e a minha inteira solidariedade às suas palavras em favor do posicionamento positivo do Senado Federal e da autonomia do Congresso Nacional. Agradeço a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a interferência de V. Exª.

Quero relembrar a V. Exª que os Senadores e Deputados são inteiramente livres para votar como julgam as suas consciências; que as manifestações de Governadores aconteceram – e vão continuar acontecendo –, e aconteceram à larga durante a tramitação da PEC da Previdência e da PEC tributária. Mas sabemos como votar e temos compromissos tomados.

O Líder Arthur Virgílio garantiu todos os votos do PSDB a favor da PEC nº 77. E tenho a certeza de que S. Exª transmitirá esse espírito ao Líder na Câmara, Deputado Jutahy Júnior, que honrará, evidentemente, o pensamento congressional do PSDB com relação à PEC paralela.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte da Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador José Agripino, quero saudar o pronunciamento de V. Exª e fazer uma intervenção muito rápida em relação a esse fato. Primeiro, é sempre importante repetir, não numa cantilena enfadonha como os argumentos fraudulentos apresentados pelo Governo para justificar a proposta de reforma, que tudo isso podia ter sido resolvido se tivéssemos feito as emendas que entendíamos necessárias na PEC nº 67. Mas elas não foram feitas. Se isso tivesse acontecido, com certeza, não seria preciso haver toda essa discussão regimental. E digo que Governo tem maioria quando quer. Às vezes, monta balcão de negócios, distribuição de cargos, prestígio, poder, emprega curriolas inteiras quando quer aprovar algo. Então, se o Governo quiser aprovar, aprovará. Infelizmente, há uma dinâmica maldita de falta de independência dos Poderes e, quando o Governo diz que quer aprovar, isso acontece. Com certeza, não atribuo a responsabilidade a uma ou outra pessoa individualmente, como conversava há pouco com o Senador Jefferson Péres. Do mesmo jeito que, aqui, fico lutando e brigando pelo

respeito ao Regimento da Casa, obrigatoriamente, irei respeitar o Parlamentar que quiser respeitar o Regimento da outra Casa. É bom dizer também que quem está falando o tempo todo são os Líderes da tropa de choque do Governo, não apenas o Presidente João Paulo que, sem dúvida, como Presidente da Casa, tem que refletir a vontade da maioria dos seus Líderes. E também o próprio Líder do Governo – S. Exª funciona como Líder do Governo lá – o Professor Luizinho, o Deputado Paulo Bernardo e várias outras pessoas. Assim, temos que acabar com essa cantilena, essa sim, enfadonha, de querer atribuir a uma ou a outra personalidade política a aprovação. Portanto, entendo que o requerimento de V. Exª é extremamente bom, muito importante, porque cada um dos Líderes, como diz V. Exª, deverá reunir os membros de sua Bancada, no caso específico da Câmara Federal, e aí desvendará o mistério, responsabilizando-se quem, de fato, merecer ser responsabilizado em relação ao compromisso assumido na Casa e que não está sendo viabilizado lá. Portanto, a proposta de V. Exª é de fundamental importância para que possamos desvendar esse mistério, que ora é atribuído a uma personalidade, ora a outra, em relação à não-aprovação da PEC nº 77 lá na Câmara Federal. Obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Exª, que esteve ao nosso lado, ao lado dos que fazem a maioria do PFL, quando insistimos para que a PEC nº 67 fosse emendada com os temas que, ao final, foram para a PEC nº 77. Nós do PFL, e V. Exª também, fizemos o que esteve ao nosso alcance, no limite dos nossos votos, para que as emendas acontecessem na PEC nº 67, a fim de que apenas ela contivesse os temas da Previdência.

Mas, humildade diante dos fatos, o que foi possível fazer foi a produção da PEC paralela. Resta-nos, agora, lutar para que ela seja aprovada. E, como há tergiversação em torno de compromissos tomados, está na hora da verdade, está na hora de desmascarar a posição de cada Partido político. Está na hora de ver quem é quem no jogo do bicho. É isso o que vamos fazer, e essa é a reunião que propus e que o Presidente Paulo Paim vai realizar em muito boa hora.

Sr. Presidente, gostaria de, em segundo lugar, manifestar a minha estranheza com as declarações que li hoje na primeira página de todos os jornais de circulação nacional. Declarações que continham o carão que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou nos empresários exportadores, dizendo que eles precisavam parar de chorar e lutar para exportar ma-

is. Carão naqueles que deram ao povo brasileiro a melhor das esperanças em 2003.

A resposta veio no ato, Senador Edison Lobão. Os empresários que se encontram com o Presidente, que cavalheirescamente acompanham Sua Excelência na viagem à Índia – com certeza às suas próprias custas –, disseram ao Presidente que lamentavam a rudeza daquela manifestação, mas que para ter comportamento semelhante ao dos empresários indianos, que certamente estariam, em seu comportamento, por trás da declaração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os admoestou, dizendo que eles precisavam parar de chorar e cuidar de exportar, que eles precisavam das condições que o Governo indiano dava aos empresários daquele país: juros de 6% ao ano; mão-de-obra barata; carga de impostos baixa. Foi a resposta à altura que os empresários deram. Os empresários, Senador Edison Lobão, que produziram no ano passado a melhor das notícias que o Brasil pôde produzir dentre as poucas boas notícias: superávit de US\$24 bilhões na balança comercial.

Se os empresários estão chorando, e o Presidente Lula os admoestou de forma inconveniente, no meu entender, e desrespeitosa, com certeza, o choro tem por objetivo obter condições para exportarem mais. Será que não interessa ao Brasil exportar mais? Exportar mais significa mais emprego e mais divisa. Será que esse não é o interesse nacional? Será que em vez da reprimenda pública não seria melhor o entendimento com empresários exportadores que estão a serviço de suas empresas, mas a serviço do interesse nacional?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentei profundamente ler as notícias que **O Estado de S. Paulo**, a **Folha de S.Paulo**, **O Globo**, o **Jornal do Brasil**, todos, trazem na primeira página, porque – repito – os exportadores produziram a única, grande e boa notícia que a economia do Brasil produziu em matéria de geração de emprego no ano de 2003. Porque, convenhamos, o ano de 2003 foi marcado por dois números perversos: o desemprego que, em 2002, terminou em 11,7% da população economicamente ativa, em 2003, subiu para 12,3%. A renda do Brasil – que pelo sexto ano, é verdade, caiu – caiu 12,9 pontos percentuais. Devidos a quê? A uma perversa taxa de juros, a uma desnecessária alta, altíssima taxa de juros, que desencorajava investimentos, que levava o capital produtivo para a especulação financeira, para uma carga tributária alimentada pelo aumento da CSL, pela não-revisão da tabela do Imposto de Renda, pela revisão dos critérios do PIS, uma carga tributária que inibiu a geração de empre-

gos no Brasil e que impôs ao Brasil terminar 2003 amargando estes números: renda menor em 12,9 pontos percentuais e 12,3% da população economicamente ativa desempregada. A promessa de geração de 10 milhões de empregos transformou-se em 650 mil desempregados a mais.

Qual a constatação, Senadora Heloísa Helena, que qualquer brasileiro comum faz, de como terminou o Brasil em 2003? O País em dificuldades. Senadora, quando V. Ex^a, eu, o Senador Edison Lobão ou o Senador Leonel Pavan estamos em dificuldades em casa, o que fazemos? Evidentemente, a prática da austeridade, para escapar. E o que o Governo do Presidente Lula, que produziu uma redução da renda do brasileiro de 12,9% e uma taxa desemprego de 12,3%, deveria fazer?

Senadora Heloísa Helena, quem votou em Lula não esperava que Sua Excelência assumisse a Presidência e começasse a falar alemão e inglês no dia seguinte, nem que começasse a envergar ternos vistosos e gravatas bonitas. Não. Mas esperava dele o comportamento de um homem que ganhou a eleição para Presidente da República saindo das camadas operárias, que tivesse o comportamento de um homem modesto. Era isso, no mínimo, que o brasileiro comum esperava.

A que estamos assistindo nesses primeiros dias de 2004? Vejam que o País exige austeridade. Primeiro ponto: o Presidente da República compra uma aeronave nova por US\$56 milhões. Estamos falando em R\$165 milhões. Trata-se de fato inédito, Senador Leonel Pavan, Senador Efraim Morais? Não, muitos outros presidentes compraram. O “sucato” foi comprado, envelheceu. Os dois Boeings 737 ainda estão muito bons e atendem perfeitamente às necessidades das viagens domésticas do Presidente. Até concordo que, para as viagens internacionais, o “sucato” já esteja perigoso.

O que fazia o Presidente Fernando Henrique Cardoso? Alugava aviões de companhias aéreas. Pagava quanto? Três milhões por ano. Viajava bem? Viajava. E um avião novo serve a quem? Serve a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan? Senador Gilberto Messtrinho, serve a V. Ex^a? Serve a mim? Senador Jorge Bornhausen, serve a V. Ex^a? Senador Garibaldi Alves, serve a V. Ex^a? Não. Só serve ao Presidente da República. É uma aeronave para servir a um cidadão: o Presidente da República! Sua Excelência leva quem quer, mas só quem pode usar é o Presidente da República.

A austeridade é recomendada, e o Presidente da República tem a obrigação de sinalizar, de dar

exemplo ao País. Não se trata de um cidadão qualquer, mas do Presidente da República, que tem a obrigação de sinalizar, dar exemplo de austeridade. Entretanto, o Presidente concorda com a compra da aeronave.

Quanto vai custar, Senador Mão Santa, a manutenção desse avião? É caro. Não era muito melhor alugar um avião para fazer as viagens internacionais? Onde é que o desempenho da Presidência da República ou do Presidente vai melhorar por conta da compra desse avião?

Cento e sessenta e cinco milhões será o valor de uma aeronave comprada por um País que termina o ano em situação de dificuldade, onde se impõe a austeridade, e onde, em nome da austeridade, define-se como prioridade número um a compra de uma aeronave.

Senador Mão Santa, meço prioridade por números. V. Ex^a sabe, no Orçamento de 2004, pela proposição do Governo, quanto está destinado ao Ministério da Pesca, para atender a pescadores do Brasil inteiro? São R\$75 milhões. Para a compra do avião, são R\$165 milhões. A prioridade para a pesca são R\$75 milhões; para o avião são R\$165 milhões. Para todos os pescadores do Brasil, está destinada a verba de R\$75 milhões para investimentos, como está no Orçamento.

V. Ex^a sabe quanto está aprovado no Orçamento, por determinação do Poder Executivo, que fez essa proposta, para investimento no setor de esporte, para as nossas quadras de esporte, para a juventude do Brasil, para os jovens, que nos pedem tanto obras no campo do esporte? São R\$122 milhões. Para a aeronave, R\$165 milhões; para os jovens e o esporte no Brasil, R\$122 milhões.

V. Ex^a sabe quanto está aprovado no Orçamento, por iniciativa do Poder Executivo, para o turismo do Brasil, que pode atrair milhões e milhões de estrangeiros, que gerarão milhares e milhares de empregos no Brasil? São R\$200 milhões, para o turismo inteiro, para a atividade inteira. Para o avião, são R\$165 milhões.

Senador Edison Lobão, posso calar-me diante disso? Como cidadão, tenho de interpretar o sentimento daqueles que, como eu, não votaram em Lula, mas também a indignação dos que votaram em Lula esperando austeridade. De um cidadão que saiu do meio operário esperava-se modéstia. "Ele é um de nós" foi por essa razão que, em sua maioria, o povo brasileiro votou em Lula.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço brevidade no aparte, pois o tempo já se esgotou.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Em homenagem a V. Ex^a, usarei apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a não pode silenciar-se. Ainda se esqueceu de arrolar, como defeito fundamental existente no Brasil que atinge frontalmente os empresários, aqueles que produzem, como acabou de dizer, que a legislação trabalhista foi recentemente mencionada por uma instituição internacional como a pior do mundo, juntamente com a de Portugal e a do Panamá. Não há empresariado que suporte trabalhar com uma legislação dessa natureza. Ainda assim, o setor realmente puxou o Brasil, sob um ponto de vista positivo, e agora é condenado dessa maneira pelo Presidente. Ao invés de receberem uma admoestação, creio que os empresários deveriam ser homenageados pelo ato de heroísmo que praticaram durante o ano de 2003.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Condecorados, eu diria. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pelos argumentos, que enriquecem meu discurso.

Para terminar, Sr. Presidente, quero agradecer a benevolência de V. Ex^a com o meu tempo.

O Brasil precisa gerar empregos. No entanto, não precisa de empregos pagos com dinheiro público. Pois bem, o País que precisa de austeridade está assistindo o Presidente comprar uma aeronave por US\$56 milhões ou US\$57 milhões, que poderia ser comprada, se nenhum dos meus argumentos valesse, da Embraer, para gerar empregos para brasileiros. Entretanto, está sendo comprada de uma empresa francesa, para gerar empregos para os franceses. Compra feita por um Presidente eleito com 61% dos votos dos brasileiros, operários que confiam nele e de quem esperavam um comportamento de igual para igual.

Outro fato que me causa espécie, estranheza e revolta, Sr. Presidente, é a MP nº 163. Um País que exige austeridade, Senadora Heloísa Helena, Senador Demóstenes Torres, Senadora Lúcia Vânia, não se pode calar ao ler, como li, a Medida Provisória nº 163. Aliás, esse Governo é campeão de edição de medidas provisórias. Essa chuva de MPs é um desrespeito ao Congresso brasileiro, ao debate, à discussão e ao voto dos representantes do povo. Uma MP é editada atrás da outra.

Pois a última delas é a MP nº 163. Senador Romeu Tuma, meu Presidente, essa MP trata de várias medidas, entre elas a reorganização do Poder Executivo no âmbito dos Ministérios e a troca de seis por meia dúzia. Ora, a reforma ministerial que acabou de ser feita fundiu as pastas dos Ministros José Graziano e Benedita da Silva, e entregou-as a Patrus Ananias; por outro lado, apartou a Casa Civil, exercida pelo Ministro José Dirceu, em dois ministérios: um para o Ministro Aldo Rebelo e outro para o Ministro José Dirceu. Eliminaram um e, por outro lado, criaram outro. Jogo empatado. Não houve enxugamento na máquina administrativa, e permanece a crítica a um Governo que engordou o Poder Executivo para 34 Ministérios.

Pois bem. Sem ter havido aumento de estrutura administrativa, de janeiro do ano passado para cá, essa MP nº 163 cria 2.797 cargos ou funções gratificadas, a serem preenchidas sem concurso público, com salários que vão de R\$1,2 mil a R\$7,5 mil. São 2.797 novos postos a serem preenchidos sem a exigência de concurso público.

Sr. Presidente, não houve variação no número de Ministérios. Será que morreram três mil ou cinco mil bons funcionários do Poder Executivo ou eles estariam disponíveis, no banco de reserva, para serem aproveitados por convocação do Governo? Ou será que não se respeita a burocracia estatal? Será que o Governo, que fez esse remanejamento da estrutura administrativa, não tinha condições – ele que se diz competente, Senador Leonel Pavan – de buscar, no banco de reservas do Poder Executivo, as pessoas que utilizará na gestão dos órgãos que está criando? Não houve nenhum aumento visível na estrutura administrativa, após janeiro do ano passado. Para que 2.797 novos postos de trabalho, a serem preenchidos sem concurso público?

Vem-me imediatamente, Senador Mão Santa, uma preocupação: se serão preenchidos sem concurso público, é porque o Governo do PT, que tem o cacete de colocar os seus nas funções de confiança, e somente os seus, sejam ou não competentes – como no caso do Inca (Instituto Nacional do Câncer), para ilustrar o que estou falando –, está reservando para novos petistas 2.797 postos de trabalho. A minha preocupação, Senador Leonel Pavan, é que todos esses novos cargos e funções que o Governo está propondo criar – e que tenho fé em Deus de que vamos recusar, pela derrota, a proposta da Medida Provisória nº 163 – estão reservados para petistas. Não tenho nenhuma dúvida.

Sabemos que, pelo estatuto do PT, 20% do salário dos seus filiados reverterem-se para o Partido polí-

tico, chamado de Partido dos Trabalhadores. Senador Pavan, desculpe-me – são R\$58 milhões o total da folha de pagamento; quando forem preenchidos os 2.797 postos, esses 20% significarão R\$17 milhões. Senador Leonel Pavan, está em curso uma operação “gafanhoto” monstruosa. Está em curso um “gafanhoto”, às claras, para quem quiser ver.

Senador Leonel Pavan, não estou criando fato algum. A MP propõe a criação de 2.797 postos, entre funções gratificadas e cargos de confiança – de níveis de 01 a 06 –, a serem preenchidos sem concurso público. Como V. Exª sabe, o PT só nomeia petista. Obviamente, nomeará petistas de carteirinha para essas funções, mas sem necessidade, porque a burocracia brasileira teria quadro de pessoal para preencher esses postos. O que ele deve estar querendo são 20%, para engordar com R\$17 milhões o caixa do Partido dos Trabalhadores.

Por essa e outras razões, Sr. Presidente, o meu Partido vai se manifestar frontalmente contra a MP nº 163, que, dentre outras coisas, propõe o remanejamento de recursos orçamentários, o que é inconstitucional, pois não pode ser feito por medida provisória. Interpretando o sentimento das ruas e em defesa do cidadão, o PFL tomará providências contra a MP nº 163.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela compreensão do meu tempo. Eu precisava manifestar essas preocupações, que são do meu Partido e, mais do que do isso, são do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Senador José Agripino.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos Senadores Almeida Lima e Juvêncio da Fonseca.

Pergunto se eu poderia chamar o Senador Juvêncio da Fonseca – V. Exª está inscrito em terceiro lugar, não é isso? Se V. Exª poderia falar, como orador inscrito, por vinte minutos, e, em seguida, eu concederia a palavra ao Líder, Senador Almeida Lima.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Houve uma inversão entre mim e o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço desculpas.

Eu estava vendo a lista, porque assumi agora, e, como o Senador José Agripino estava na tribuna, pensei que seria em seguida.

Então, eu estava perguntando se V. Ex^a, Senador Alberto Silva, concordaria com a palavra do Senador Juvêncio da Fonseca. Em seguida, prorrogaríamos o tempo, porque S. Ex^a fez um insistente apelo, pois tem um compromisso e é o terceiro inscrito.

Pergunto ao Senador Efraim Moraes se faz alguma oposição?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – De minha parte, não há problema. Pode atender ao Senador Juvêncio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, tem a palavra V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca, por 20 minutos. E pedimos que seja respeitado o limite de tempo, a fim de que possamos dar a palavra a todos os inscritos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria que multiplicássemos ainda mais as Lideranças nesta Casa. Como é importante ter Líderes! No entanto, esse excesso de Liderança, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, eu pediria licença a V. Ex^a.

Como o Senador José Agripino saiu da tribuna agora, aproveito para informar que o Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, solicitou a presença de todos os Líderes, no gabinete da Presidência, para uma reunião.

Desculpe-me. Continua com a palavra V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Reafirmando, esta Casa está cheia de Líderes, o que é muito importante. São Líderes talentosos, que representam Partidos fortes nesta Casa. No entanto, nós, que não somos Líderes, formalmente falando, Senador Mão Santa, inscrevemo-nos e temos grande dificuldade de usar a tribuna. Graças também à benevolência e à compreensão das Lideranças presentes, pude usar da palavra ainda nesta tarde.

Fiz questão de usar da palavra ainda hoje, Sr. Presidente, para abordar um assunto extremamente delicado. Mato Grosso do Sul, mais uma vez, passa por instantes que podem gerar para a população, para o País inclusive, um momento de delicadeza extrema. Preocupa-me sobremaneira o que está acontecendo em Japorã e em Iguatemi, no meu Estado.

Semana passada, fiz uso da palavra para falar das invasões indígenas que aconteceram e que estavam ainda a depender de decisão judicial acerca da reintegração de posse, que, embora concedida, não foi alcançada. Essa situação faz com que, neste momento em que estamos aqui, esteja ocorrendo em Japorã um iminente conflito com possibilidade até de violência física.

Vamos explicar novamente o que, na verdade, ocorreu. Em Japorã, houve uma invasão de propriedades particulares por centenas de índios. Essas invasões, porém, ocorreram em terras legitimamente tituladas, ocupadas. Não são terras indígenas. O interessante foi que, do dia 22 de dezembro até hoje, ocorreram 14 invasões de terras por indígenas, da mesma natureza desta que acontece no Município de Japorã. Essas invasões foram objeto de ação de reintegração de posse, a qual foi decidida pelo eminente Juiz Odilon de Oliveira e que disse o seguinte na sua sentença: “Com relação ao pedido de reintegração liminar, os autores estão cobertos de razão. Suas posses estão demonstradas, tanto que fizeram provas de que os imóveis, que além de registrados em seus nomes, são totalmente produtivos”.

A sentença foi prolatada, foi determinado que se fizesse a reintegração de posse. Entre a sentença e a reintegração, houve um recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo. E, surpreendentemente, a juíza que atendeu ao caso, que analisou os fundamentos da decisão de primeira instância, deu uma solução que, a meu ver, apesar do esforço imenso no sentido de conciliar as partes, é esdrúxula e de difícil execução. Ao mesmo tempo em que a juíza suspende a execução da sentença de primeira instância, diz ela o seguinte: “Sem prejuízo da presença física e ostensiva de representantes dos indígenas, que cesse a ocupação desordenada e predatória que resulta em danos ao patrimônio dos proprietários dos referidos imóveis”.

Quando a juíza diz isso, Senador Mão Santa, ela reconhece que existem proprietários, que existe patrimônio está sendo violado e que existe o esbulho da posse, ou seja, que esta foi violentada. E acrescenta mais a juíza: “Assim sendo, concedo parcialmente o efeito suspensivo, pleiteado, para suspender a eficácia da respeitável decisão agravada, e determinar que, com a participação da Funai e do Ministério Público Federal, sejam constituídas oito comissões de até vinte representantes dos indígenas, que deverão permanecer na entrada de cada imóvel, pelo prazo de vinte dias, cessando-se os atos de esbulho e turbação dos imóveis”.

Raciocinem, Srs. Senadores – Senador Tuma, V. Exª conhece bem o que seja uma invasão, uma violação da posse –, pois a juíza entende que tem de ser evacuada a área; que os índios deixem a posse, porque esbulharam a posse dos proprietários, e diz que os índios, em comissões de vinte, fiquem nas porteiras das fazendas, por vinte dias, aguardando uma solução amigável. Que solução esdrúxula! Que decisão difícil de ser executada! Se os índios saem das propriedades mas ficam nas entradas das fazendas, as suas presenças nas porteiras das fazendas é uma iminência de invasão que justifica o interdito proibitório também.

Então é uma decisão que não dá deslinde para a questão. O esforço da juíza é no sentido de que aqueles que estão em conflito devem recuar de dentro das fazendas e fazer as comissões de indígenas para, em 15 dias, encontrarem uma solução. Ora, meu Deus do céu!, quem tem que encontrar a solução é justamente o Poder Judiciário. E o Poder Judiciário, em primeira instância, encontrou a solução. Ou seja, deferiu a reintegração de posse, que não está podendo ser, de forma nenhuma, executada, porque a decisão de reforma da sentença, lá no Tribunal Regional Federal de São Paulo, impede que seja a sentença executada. E o impasse continua: todos em confronto.

Sr. Presidente, os índios não saíram de dentro das fazendas e ainda reforçaram os seus ânimos no sentido de que devem permanecer nas áreas e de que estão autorizados a permanecer à frente das propriedades. E o conflito continua. A iminência do confronto é muito grande. E isso está trazendo uma preocupação muito forte para todas as autoridades do Estado de Mato Grosso do Sul. Tanto é assim que a Ordem dos Advogados do Brasil, a própria Funai, a Polícia Federal, o Governo do Estado estão se reunindo para encontrar uma solução. E a solução o Poder Judiciário deveria ter encontrado, porque este País, que tem um Poder Judiciário que decide, cuja sentença não é cumprida ou cuja sentença não pode ser cumprida porque é indefinida e não há como executá-la, mostra-se uma Nação que tem lei mas não pode cumprir a lei. É difícil uma solução pacífica naquela região a partir dessas duas decisões.

A Ordem dos Advogados do Brasil está esforçando-se para que haja uma conciliação. Deus queira que se encontre essa conciliação! O Juiz Odilon de Oliveira, que prolatou a sentença de primeira instância, homem de bom senso, corajoso, que é hoje um símbolo nacional do bom juiz, do bom magistrado, está também enviando muitos esforços para que não haja o confronto

definitivo, confronto esse que pode incluir esforço físico que chegue até resultar em mortes.

O confronto é iminente.

Mas eu gostaria de dizer ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que já pediu uma comissão do Senado para ir a Roraima, onde está ocorrendo praticamente a mesma coisa, que precisamos de uma comissão para ir a Mato Grosso do Sul, onde há 14 invasões desde o dia 22 de dezembro. E, hoje aqui, o Senador Osmar Dias informou que no Paraná, onde havia paz no campo, onde os índios todos são aldeados, onde não havia conflito no campo entre índios e proprietários, já estão ocorrendo invasões também, como se fosse tudo orquestrado.

Srªs e Srs. Senadores, o fato que considero mais grave – e já me referi ao assunto na semana passada – diz respeito à fotografia publicada em jornais nacionais em que os índios, nas invasões ou em suas manifestações, aparecem encapuzados. Índio não põe capuz no rosto; índio não se mascara; índio é simples, é natural. Nossos irmãos estão sendo vítimas ao fazerem essas invasões em terras de propriedades legítimas.

Precisamos trabalhar para que os interesses dos indígenas sejam defendidos. Precisamos proteger os nossos indígenas. No Mato Grosso do Sul, há muitas aldeias que devem ser protegidas. Há terras, sim, a serem demarcadas. O nosso esforço é bastante grande para que essas áreas sejam demarcadas, mas a Funai age de maneira diferente, prevaricando no exercício da sua função. Em vez de favorecer as demarcações, a Funai instiga a invasão de terras que não são de aldeamento indígena. Essa situação está causando uma preocupação muito grande.

Sr. Presidente, estou apresentando uma PEC e espero que os meus Pares possam subscrevê-la, para alcançar o número de assinaturas necessárias. A proposta determina que a União possa, nesses casos, se quiser, conciliar as partes, desapropriando áreas legitimamente de domínio de terceiros, porque o § 6º do art. 231 da Constituição não permite essa desapropriação. Não é possível que a União tenha condições de fazer essa conciliação, desapropriando essas áreas de conflito para compor a situação, indenizando os proprietários e demarcando áreas para a expansão de aldeias. O caso de Porto Lindo, em Japorã, é justamente uma expansão de aldeamento. Porto Lindo tem apenas mil e seiscentos hectares. Querem aumentar para nove mil hectares, mas o saldo restante é de propriedade de terceiro; não faz parte das terras indígenas. A União não tem como fazer a desapropriação desses sete mil hectares a mais para

conceder uma demarcação a favor dos indígenas, indenizando regamente os proprietários. A PEC que apresento visa exatamente a propiciar essa possibilidade de desapropriação e conciliação das partes neste instante de conflito entre índios e proprietários.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Juvêncio da Fonseca, permita-me informar-lhe que estava atendendo o telefonema do Senador Hélio Costa, a quem estou convidando, juntamente com o Senador Marcelo Crivella, para, amanhã, às 10 horas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, fazerem um relato sobre a missão que desempenharam nos Estados Unidos a respeito da questão dos brasileiros que ali se encontram. Desejava discorrer justamente sobre o convite que fizemos, por iniciativa de V. Ex^a e do Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar sobre os problemas que estão ocorrendo em Mato Grosso do Sul, bem como em Roraima. Fiz o convite, em nome da Comissão, aos Ministros da Justiça e da Defesa, Márcio Thomaz Bastos e José Viegas, para comparecerem à nossa Comissão e ambos preferiram reunir-se conosco. Em virtude disso, para compatibilizar essa presença conjunta, designamos o dia 12, pois haveria um impedimento, amanhã, para o Ministro Márcio Thomaz Bastos e, na próxima semana, para o Ministro José Viegas que vai à África do Sul. Então, no dia 12, ambos estarão na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em razão disso, já convidei o Governador Flamarion Portela, de Roraima, para comparecer à Comissão no próximo dia cinco e confirmarei o convite ao Governador Zeca do PT, que se encontra na Índia com o Presidente Lula, para que ambos compareçam no dia cinco, com o objetivo de trazerem os seus depoimentos em relação à solução para os problemas que V. Ex^a vem nos apresentando aqui, para que possamos chegar à uma solução que possa evitar qualquer violência, para quaisquer dos lados envolvidos, sejam os índios, sejam os fazendeiros ou aqueles que estão procurando trabalhar nas diversas áreas para a finalidade da produção agrícola e/ou pecuária. Assim, ressalto a importância do interesse de V. Ex^a para que haja uma solução adequada. Além da comissão de Senadores que foi designada para essa finalidade, a nossa Comissão também estará sendo um lugar de debate para a solução do problema. Agradeço a oportunidade do aparte.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) –

Agradeço pelo aparte e registro o esforço de V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que este assunto seja realmente aprofundado no Senado Federal com o objetivo de evitar maiores prejuízos, não só para os índios mas também para os proprietários rurais.

Concedo o aparte ao ilustre Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Sena-

dor Juvêncio da Fonseca, é com preocupação que vejo esse movimento começar a ocorrer no seu Estado. No meu isso já vem ocorrendo há trinta anos. As pessoas são postas para fora de suas propriedades e, até há pouco tempo, não tinham sequer direito de defesa, porque os entendidos da lei achavam que não havia esse direito para aqueles que ocupavam as áreas que foram solicitadas pelos indígenas. Certamente, há alguma organização não-governamental por trás desse movimento, provavelmente financiada com dinheiro de fora deste País. É assim que acontece no meu Estado. Agora, essas propriedades que estão sendo invadidas, se for como em Roraima, deve haver algo debaixo da terra que não sabemos. Porque todas as áreas indígenas do meu Estado são coincidentemente alocadas em cima de províncias minerais. V. Ex^a me falou que há suspeita de que estão trazendo indígenas de outro País para aumentar o número de indígenas no local. Há trinta anos, procedem desta forma no meu Estado. Basta citar o exemplo dos Wai-Wai, indígenas que habitavam na Guiana e que foram atraídos quatrocentos indivíduos para a fronteira sudoeste do meu Estado que, inicialmente, tinham trezentos mil hectares; e agora o Presidente Lula ampliou mais quatrocentos mil hectares. E os senhores agora vão lutar com algumas pessoas, inclusive de dentro da Funai, que costumam não usar da verdade para falar das coisas. Recentemente, ouvi um ongueiro comentando que o Presidente Lula, em seu governo, não havia feito nada pelos indígenas. Sua Excelência reconheceu e homologou um milhão e cem mil hectares de terras indígenas nesse primeiro ano de governo, dos quais oitocentos mil no meu Estado, em cinco áreas indígenas que foram ampliadas. Então, isso vai acontecer no seu Estado. Prepare-se, porque vai ser assim. Vão começar, vão ficar com um pedaço, e, daqui a uns anos, chega um antropólogo não sei da onde e am-

plia a área. Se não houver uma solução neste País por parte deste poder, para que essa questão de criação e ampliação de áreas indígenas seja decidida pelo Parlamento, vamos continuar tendo problemas. Peço inclusive aos participantes do conflito que não usem da violência, porque a cordinha é muito tênue para começar a violência numa situação dessas. Vemos a nossa propriedade de repente se acabar. É como vêm as pessoas. Na minha terra, pessoas que nasceram e que estão na segunda geração, vivendo nas cidades, são consideradas invasores. E as vilas onde moram as famílias são chamadas, por esse pessoal que defende de forma radical isso, de corrutelas, que são os prostíbulos dos garimpos. Quer dizer, eles chegam ao ponto de atingir a dignidade das famílias, quando querem atingir os objetivos deles. Mas, no meu Estado, sempre pergunto e pergunto em qualquer lugar: por que as áreas indígenas são demarcadas em cima de áreas minerais? Certamente, nesse Município, deve haver algum minério por baixo da terra. Muito obrigado.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Agradeço pelo aparte, Senador Augusto Botelho, que enriquece meu discurso.

Ao concluir, Sr. Presidente, pois está esgotado o tempo, gostaria de dizer que tanto o Juiz de 1ª Instância, Dr. Odilon de Oliveira, reconheceu a propriedade de terceiros, como também a Juíza Federal do Tribunal Regional da 3ª Região, de São Paulo, que afirmou em sua decisão: “Como se vê, todos estão empenhados na mais rápida e eficaz solução do litígio. E temos consciência de que sua perpetuação só aumentará os prejuízos dos proprietários dos imóveis invadidos, afora outros prejuízos, inclusive institucionais.”

Não há dúvida de que a invasão existiu, que é ilegal e que há prejuízo patrimonial para os proprietários. Mas os índios não desocupam a área. A Funai está continuamente instigando, assim como lideranças do MST, infiltradas, pois existem acampamentos do MST por perto. E os encapuzados se colocam sempre à frente dos movimentos indígenas, insuflando as invasões e os confrontos. É iminente, Sr. Presidente, um derramamento de sangue em Japorã. O conflito pessoal, físico, é iminente. Temos que ter consciência do fato. Graças à Polícia Federal e à Justiça Federal, estamos em Mato Grosso do Sul contendo a situação. Mas hoje recebi informações de Japorã

dizendo que a população está se organizando para, juntamente com os proprietários rurais, retirar os índios das áreas de invasão. Isso é muito perigoso, Presidente Romeu Tuma. É preciso que haja uma consciência no sentido de que nós, aqui no Senado Federal, que já tomamos algumas iniciativas, mas sabemos que isso está acontecendo, porque, quando lá faltar a vida de algum irmão nosso, seja índio ou não, não vamos dizer que somos inocentes ou que ignorávamos o fato grave que está ocorrendo dentro do território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra o Senador Efraim Moraes, como Líder da Minoria. Agradeço a compreensão de V. Ex^a, ao permitir que o Senador Juvêncio da Fonseca ocupasse a tribuna antes de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece até que eu havia combinado com o Líder José Agripino sobre o que tratar nesta tarde. Mas para não ser cansativo, farei alguns comentários sobre o artigo do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil** de hoje – e peço antecipadamente a V. Ex^a seja transcrito nos Anais da Casa –, que tem como título “O governo não olha para o céu”. Não está olhando para a terra também não. O artigo diz o seguinte:

Alguém precisa avisar ao governo – tanto ao pedaço que viaja pelo mundo, na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como aos ministros e secretários que permanecem em Brasília, nas voltas e roscas do maxixe de despedida dos que saem e nos saracoteios do cordão dos que entram a reboque do abre-alas do PMDB – que imensas regiões do país estão em literal estado de calamidade pública, castigadas por temporais de violência incomum que se anteciparam às chuvaradas tradicionais do verão nas despedidas das águas de março.

É preciso que o Presidente saiba – Sua Excelência está na Índia – que abandonou o País num momento como esse.

Há semanas que a televisão, em todos os noticiários dos diferentes canais, registra as cenas da tragédia das ruas alagadas, dos açudes e represas que transbordam,

das centenas de casas destruídas, com a perda total de móveis e utensílios domésticos, das pontes aluídas, interrompendo o trânsito nas rodovias esburacadas e intransitáveis. Há dezenas de vítimas de afogamento e milhares de desabrigados que tudo perderam, recolhidos a colégios e prédios públicos e socorridos pela solidariedade da população e pelos governos estaduais e municipais.

A desgraça virou rotina e perdeu espaço nos jornais, baixando das manchetes para as notas nas páginas internas, com raras fotos.

O que não se vê é a presença federal. Nem do presidente Lula nem, muito menos, de um só dos 35 ministros e secretários do paquiderme ministerial que não emagreceu um quilo na fajuta dieta da reforma. O presidente espairose no giro nostálgico da despedida do Sucatão e vive a ansiedade da espera do novíssimo Airbus, que o levará de Brasília à Europa sem escalas, num conforto de Primeiro Mundo, e já está encomendado ao preço de US\$ 56 milhões – por extenso, cinquenta e seis milhões de dólares e quebrados, para penitência do erro denunciado por um leitor atento. Em Brasília, estão todos ocupadíssimos com a sucessão de posses e de olho nas possíveis vagas do segundo escalão ou onde possam faturar uma função gratificada.

Reconheça-se que o governo, enrolado nas intermináveis reuniões, conversas e fofocas para fechar a barganha, foi expedito em anunciar a liberação de verba raspada nas sobras orçamentárias, se não me falha o neurônio solitário da memória, no total de R\$ 32 milhões, que não se teve notícia se chegou, está sendo distribuída, por quem e com que critérios de prioridade.

Abro um parêntese aqui para dizer que ouvi o pronunciamento dos companheiros do Piauí, e no Piauí não chegou. Ouvi a palavra dos companheiros de Sergipe, e em Sergipe também não chegou esse dinheiro. Ouvi os companheiros do Ceará, de Pernambuco, e, da mesma forma, lá também não chegou. Na Paraíba, aqui digo e tenho certeza, com o apoio dos companheiros que representam a Paraíba nesta Casa, de que não chegou um tostão sequer. E já morreram mais de 13 paraibanos. Foram 13 as

vítimas até às 13 horas. São mais, pois estão aqui as manchetes nos principais jornais da Paraíba: “Chuvas desabrigam mais de 7 mil pessoas e destroem mil casas.”

Sr. Presidente, a Paraíba tem 20 áreas de risco nas estradas. Aqui está o Governo Cássio Cunha Lima, que, com poucos recursos, tem conseguido chegar perto dos paraibanos, tem dado apoio aos paraibanos, tem usado os poucos recursos do Estado, juntamente com os Municípios, para tentar diminuir o sofrimento dos nossos irmãos. Mas, infelizmente, o Governo Federal prefere estar encantado com os desfiles na Índia, esperando a oportunidade de inaugurar o Airbus. Não está olhando para o céu, porque só tem preocupação no ar; não está olhando para a terra, só tem preocupação de fazer a política externa, levando os recursos do Brasil, do BNDES, para serem aplicados no exterior, na construção de estradas e metrô. Enquanto isso, as estradas do nosso País estão sendo prejudicadas, estão intransitáveis. O Governo do PT, pelo menos, deve ter sensibilidade com o cidadão, com o ser humano, com aquele que está sofrendo. Dão-lhes as costas e se esquecem de que são brasileiros. Pior ainda, de que são nordestinos na maioria, como o Presidente, que saiu do Nordeste e hoje nem se lembra de nossa região.

Darei continuidade ao que disse o grande jornalista Villas-Bôas Corrêa:

Até se entende a abertura presidencial para anunciar a caiação do governo antes de iniciar a exaustiva viagem de mais de 30 horas para a Índia. E necessitando abrir uma brecha para, na rápida parada em São Paulo, ao lado da prefeita Marta Suplicy, candidata do PT à reeleição, inaugurar a feérica iluminação multimídia do Parque do Ibirapuera, que enfeita a bela capital na comemoração dos seus 450 anos de fundação.

Pode-se alegar que as presenças do presidente ou de ministros não param as chuvas nem secam as cidades e as terras debaixo de água. E que é preciso esperar que o tempo melhore para iniciar as obras de reconstrução. Argumento de duvidosa eficácia política. O comparecimento do presidente e dos ministros mais ligados aos problemas de desesperada urgência levaria aos milhões diretamente atingidos pela calamidade a pronta solidariedade federal. E

ainda permitira a avaliação pessoal dos estragos, selada com o compromisso do presidente de mobilizar o governo, como prioridade de urgência máxima.

Ministro ou secretário não foi identificado em qualquer ponto das muitas áreas alagadas pelos temporais inclementes. Se algum andou por lá, escondeu-se em modesto anonimato.

Sr. Presidente, para ser rápido e poder ouvir os companheiros, farei um pequeno salto no meu discurso.

Enquanto o Governo permanece ausente, o Governador da Paraíba já coordenou ações e distribuiu representantes da administração estadual em diversas regiões: o Secretário de Infra-Estrutura, Hypólito Militão, dirige os trabalhos de socorro na área polarizada pelo Município de Patos; o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sérgio Góes, na região polarizada em Campina Grande; e o coordenador da Defesa Civil, Coronel Álvaro Vitorino Pontes, mantém vigilância na área da grande João Pessoa.

O Governador está dando assistência pessoal aos paraibanos. Enquanto isso – repito –, o Presidente Lula está em desfiles na Índia, fazendo divulgação pessoal e, acima de tudo, emprestando dinheiro brasileiro que deveria ser usado para socorrer as vítimas e gerar emprego.

E assim conclui o nosso jornalista:

São apenas flagrantes de milhões pedindo socorro. Governadores e prefeitos, com verbas curtas, não dão conta do recado. O desafio é ao governo federal. E pessoalmente ao Presidente Lula. Na sua ausência, ao vice José Alencar e ao ministro todo-poderoso José Dirceu.

É esse o apelo que faz Villas-Bôas Corrêa. É esse o apelo que, tenho certeza, fazem todos os Srs. Senadores, independentemente de região, mas principalmente os Senadores nordestinos, que clamam sensibilidade ao Governo Federal, para que, pelo menos, acompanhe de longe o que está acontecendo no Nordeste, com essas chuvas antecipadas. São chuvas que vão melhorar muito a situação brasileira, até mesmo a nordestina, mas, neste momento, o Nordeste precisa do Governo, que lhe dá as costas. O Presidente está mais preocupado em ver acima das nuvens, do seu avião, da sua air base, enquanto isso, sofremos, olhando para o

céu e para o sofrimento dos nossos irmãos brasileiros, de forma geral.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, penso que o Presidente da República e os que governam este País estão equivocados, Venceram as eleições por ação do publicitário Duda Goebbels Mendonça – Goebbels em semelhança àquele que foi o publicitário de Hitler, que dizia que se planta e se repete a mentira, e ela se torna verdade. Mas o País ouve, acredita, lê e segue jornalistas sérios, conceituados, como Villas-Bôas Corrêa, um homem que conhece o Brasil todo e cuja reportagem V. Ex^a traz à Casa. Tive o privilégio de recebê-lo quando Governador do Estado, em uma homenagem ao jornalista Carlos Castelo Branco, o Castelinho, do Piauí. Ele foi escolhido para fazer o lançamento de um livro seu na Academia de Letras. Então, Villas-Bôas Corrêa reflete a calamidade por que passa o Brasil. Hoje já abordei esse tema e queria dizer que se agrava a situação em várias cidades do Piauí. O Governador Wellington Dias, do PT, decretou calamidade pública em Fronteiras, Arraial, Vera Mendes, Francisco Ayres, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz, Paulistana, Caridade do Piauí, Uruçuí, Colônia do Gurguêia, Picos, Floriano, Alagoinha do Piauí e Isaías Coelho, e, neste exato momento, recebo um fax do Prefeito de Patos do Piauí, Aluizio Coelho dos Reis. Eu só acredito em Governo que tem duas pernas: sensibilidade política e responsabilidade administrativa. E o Governo, diante dessa calamidade do Nordeste, não se apresenta com sensibilidade política, nem com responsabilidade administrativa. Peço a Deus que o clamor de V. Ex^a, que tão bem representa a forte e brava Oposição nesta Casa, o forte e bravo povo da Paraíba e do Nordeste, desperte sensibilidade e responsabilidade no Governo da República.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Meu caro amigo e companheiro, Senador Mão Santa, incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento, com muita alegria. V. Ex^a vem traçando uma luta em defesa do povo do Piauí, ao lado dos outros dois Senadores daquele Estado. Solidário com todo o Nordeste e com outras regiões do País, quero dizer que podemos ser até cansativos, Senador João Tenório, mas vamos continuar insistindo desta tribuna, até o final da convocação, para que o Governo do PT acorde e entenda que, para governar, é preciso ter solidariedade e sensibilidade. Contudo, estamos vendo que este Governo está mais preocupado com reuniões, aviões e outras coisas e me-

nos com os flagelados das enchentes. Na época da seca, não nos atendiam e agora, na hora das enchentes, escondem-se.

Então, deixo o meu apelo, em nome da Paraíba e dos paraibanos, do Governo Cássio Cunha Lima e dos demais Estados do Nordeste. O Presidente da República é um nordestino. Talvez S. Ex^a não tenha chegado a conhecer essa situação, porque foi muito cedo para São Paulo, a terra de V. Ex^a, Presidente Romeu Tuma.

Senador Ney Suassuna, com muito prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Efraim Moraes, acabamos de realizar uma reunião. Embora não estivessem presentes os 27 Senadores, tomamos uma deliberação. Os 27 Senadores do Nordeste, acompanhados dos três Senadores de Minas Gerais, pedirão ao Presidente Lula uma audiência e levarão um documento assinado, pedindo a revitalização da Sudene, que foi anunciada no ano passado, no Ceará, mas lamentavelmente não ocorreu. Se a Sudene estivesse funcionando neste momento, esses problemas menores de enchente estariam sendo contornados. Como ela não existe, estamos sem nenhum instrumento para estimular o progresso da nossa região ou para prestar-lhe socorro quando necessário. V. Ex^a, porque estava falando da tribuna, não pôde participar. Aproveito para louvar o pedido de socorro de V. Ex^a em face da enchente. É verdade que, aproximadamente, 15 paraibanos já morreram, mas devem ter morrido mais pessoas.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Até às 13 horas, haviam morrido 13.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Soube agora pela rádio que haviam morrido 15, mas pode ser que mais gente tenha falecido, porque houve uma enxurrada. Quer tenham morrido 10, 13 ou 15, estamos pedindo socorro. Por isso, solidarizo-me, como paraibano, com V. Ex^a. Estamos realmente preocupados com essa situação.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço-lhe o aparte, eminente Senador Ney Suassuna. Sei da preocupação que tem V. Ex^a com as enchentes no Nordeste.

À reunião da Sudene não pude comparecer, porque, primeiro, eu estava presente a uma reunião com o Presidente desta Casa, sob o comando do Senador Paulo Paim, tratando da PEC 77, ou seja, da PEC paralela. Esse foi o motivo da minha ausência. Ademais, tinha que fazer este pronunciamento. Mas, sabendo que na reunião da reabertura da Sudene, a Paraíba estaria e sempre estará bem representada na pessoa de V. Ex^a, estou tranquilo porque a presença de V. Ex^a é como se eu lá estivesse em defesa da Paraíba.

Sr. Presidente, vou conceder um aparte ao Senador João Tenório, que já me havia solicitado antes.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Efraim Moraes, suas palavras se aplicam com muita precisão ao Nordeste como um todo porque o drama, a tragédia que vive a sua Paraíba acontece igualmente, ou pelo menos com alguma semelhança, em todos os Estados nordestinos. Eu queria apenas chamar a atenção para um detalhe: V. Ex^a reclama da falta de solidariedade do Governo na cheia. Quero dizer que falta essa solidariedade também na seca. Há um mês, uns 25 dias, tivemos uma reunião com um grupo de pequenos produtores do agreste nordestino, quando discutimos os limites, os tetos acima dos quais não poderia haver os benefícios da reprogramação das dívidas dos fornecedores. Essa discussão foi meio inútil, porque, caso houvesse ou não concordância, esses agricultores não poderiam pagar de forma nenhuma pela pura e simples total destruição da safra agrícola da maior parte dos Estados nordestinos graças a uma das maiores secas dos últimos 50 anos. Naquele momento, o Governo foi muito mesquinho no atendimento, demonstrando, igualmente, a falta de solidariedade em outra situação totalmente diferente. Então, falta solidariedade ao Nordeste na cheia assim como falta na seca. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Tem razão V. Ex^a, nobre Senador, e incorporo na íntegra o seu aparte ao meu pronunciamento. Não há dúvida, que precisamos. Tenho certeza que os 27 Senadores do Nordeste tomarão o caminho em defesa do Nordeste como se fosse um bloco monolítico, sem cor partidária, em defesa da região. Esse é o caminho que temos que assumir para ver se o Governo acorda para a defesa da nossa Região.

Sr. Presidente, tenho outro pronunciamento que vou deixar aqui e pedir a V. Ex^a que seja dado como lido. Esse assunto já foi tratado hoje pelo meu Líder, o Senador José Agripino. Trata-se da decisão que tomou o nosso Partido, o PFL, na reunião da executiva, no sentido de entrar com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para tentar barrar a Medida Provisória nº 163, que cria 2.797 novos empregos, dispensados de concurso público. É mais uma jogada política do PT. Sabemos que o PT cobra dos seus titulares de mandato e ocupantes de cargos de confiança percentual de até 30% para inchar o cofre do Partido. Estamos em ano de eleição. A criação desses cargos tem esse objetivo. É claro que, hoje no poder, o Partido comete mais esse delito contra a sua própria memória; ele que, no passado, defendeu tanto o concurso público.

Eu gostaria de concluir com as palavras do Presidente do nosso Partido, Senador Jorge Bornhausen, que classificou essa medida provisória de uma “nova operação gafanhoto”.

Para o PFL, Sr. Presidente, os princípios democráticos e a ordem constitucional, sem os quais não há ética ou isonomia, devem ser a prioridade do País e do Congresso Nacional, responsável maior pelas garantias institucionais.

Peço a V. Ex^a que seja transcrito, na íntegra, esse meu pronunciamento.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em reunião há pouco encerrada, a Executiva Nacional do meu partido, o PFL, decidiu entrar com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal para “barrar” a medida provisória 163, que cria nada menos que 2.797 novos cargos e funções gratificadas no governo federal, dispensadas de concurso público.

Trata-se de um escândalo administrativo, que custará ao povo brasileiro a despesa anual de R\$58 milhões. Com muita propriedade, o presidente do meu partido, senador Jorge Bornhausen, classificou essa medida provisória de “nova operação-gafanhoto”, numa referência ao escândalo recente havido em Roraima, envolvendo o governo estadual petista, comandado pelo governador Flamarion Portella.

Lá, as nomeações escandalosas tinham como objetivo central dar empregos e locupletar cabos eleitorais do PT, de modo a fortalecer a máquina partidária. Aqui, no plano federal, temos sólidos motivos para crer que se dá o mesmo.

Sabemos todos, que, por imposição de seu Estatuto e isso a imprensa já divulgou diversas vezes, o PT cobra de seus titulares de mandato e ocupantes de cargos de confiança percentual de até 30% do salário para os cofres partidários.

Por essa razão, o PT é hoje de longe o partido mais rico do Brasil. E mais rico ainda ficará quando esses quase três mil cargos ditos de confiança que ninguém tem dúvida que serão entregues basicamente ao PT forem preenchidos. Cargos que frise-se dispensam a exigência constitucional de concurso público.

Consideramos esta Medida Provisória inconstitucional, porque infringe o dispositivo da Lei Maior que estabelece o concurso público como a via de acesso ao serviço público. E ainda: é inconstitucional porque autoriza por Medida Provisória o remaneja-

mento de recursos orçamentários, o que é absolutamente vedado.

Flagramos também nessa iniciativa e lamentamos mais uma contradição do PT, que, ao tempo em que era oposição, primava pela defesa intransigente do concurso público como única via de acesso moralmente aceitável ao serviço público.

Hoje, no poder, o partido comete mais esse delito contra sua própria memória. É mais um ato político que se inscreve no capítulo do livro “Esqueçam o que eu disse”. Um livro, que, pelo visto, ao final da Era PT, terá milhares e milhares de páginas.

Quero aqui resumir algumas outras conclusões a que a Executiva Nacional do PFL chegou quanto a este assunto em sua reunião de hoje.

O custo dessas contratações para o povo brasileiro será, como já disse, de 58 milhões de reais a cada ano. A reforma da Previdência sacrificou direitos adquiridos de milhões de idosos, como bem lembrou o ex-ministro e hoje senador Cristovam Buarque, a pretexto de economizar recursos públicos. Mas, na seqüência imediata, o governo faz esta extravagância indecorosa com os recursos do Erário.

Em face do desconto em folha dos salários de todos os filiados petistas indicados para cargos públicos, essas novas contratações promoverão a transferência de até 17 milhões anuais do contribuinte brasileiro para os cofres daquele Partido. Temos aí outro escândalo, como subproduto das nomeações.

Por essa razão, comparamos esse ato à “Operação Gafanhoto”, de Roraima. Por meio dela, o cidadão-contribuinte, mesmo sem ter qualquer vínculo partidário, está compulsoriamente contribuindo para abarrotar o caixa de campanha do PT.

Em ano eleitoral, a situação de desigualdade para com os demais partidos afronta a ordem democrática, a ética e a moral e ameaça a lisura do pleito. Por essa razão, o PFL repudia a MP 163 e recorrerá à Justiça para coibir as medidas que estabelece.

Para o PFL, os princípios democráticos e a ordem constitucional sem os quais não há ética ou isonomia devem ser a prioridade do País e do Congresso Nacional, responsável maior pelas garantias institucionais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O governo não olha para o céu

Alguém precisa avisar ao governo - tanto ao pedaço que viaja pelo mundo, na comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como aos ministros e secretários que permanecem em Brasília, nas voltas e roscas do maxixe de despedida dos que saem e nos saracoteios do cordão dos que entram a reboque do abre-alas do PMDB - que imensas regiões do país estão em literal estado de calamidade pública, castigadas por temporais de violência incomum que se anteciparam às chuvaradas tradicionais do verão nas despedidas das águas de março.

Há semanas que a televisão, em todos os noticiários dos diferentes canais, registra as cenas da tragédia das ruas alagadas, dos açudes e represas que transbordam, das centenas de casas destruídas, com a perda total de móveis e utensílios domésticos, das pontes aluídas, interrompendo o trânsito nas rodovias esburacadas e intransitáveis. Há dezenas de vítimas de afogamentos e milhares de desabrigados que tudo perderam, recolhidos a colégios e prédios públicos e socorridos pela solidariedade da população e pelos governos estaduais e municipais.

A desgraça virou rotina e perdeu espaço nos jornais, baixando das manchetes para notas nas páginas internas, com raras fotos.

O que não se vê é a presença federal. Nem do presidente Lula nem, muito menos, de um só dos 35 ministros e secretários do paquiderme ministerial que não emagreceu um quilo na fajuta dieta da reforma. O presidente espairose no giro nostálgico da despedida do Sucatão e vive a ansiedade da espera do novíssimo Airbus, que o levará de Brasília à Europa sem escalas, num conforto de Primeiro Mundo, e já está encomendado ao preço de US\$ 56 milhões - por extenso, cinquenta e seis milhões de dólares e quebrados, para penitência do erro denunciado por leitor atento. Em Brasília, estão todos ocupadíssimos com a sucessão de posses e de olho nas possíveis vagas do segundo escalão ou onde possam faturar uma função gratificada.

Reconheça-se que o governo, enrolado nas intermináveis reuniões, conversas e fofocas para fechar a barganha, foi expedito em anunciar a liberação da verba raspada nas sobras orçamentárias, se não me falha o neurônio solitário da

memória, no total de R\$ 32 milhões, que não se teve notícia se chegou, está sendo distribuída, por quem e com que critérios de prioridade.

Até se entende a abertura presidencial para anunciar a criação do governo antes de iniciar a exaustiva viagem de mais de 30 horas para a Índia. E necessitando abrir uma brecha para, na rápida parada em São Paulo, ao lado da prefeita Marta Suplicy, candidata do PT à reeleição, inaugurar a feérica iluminação multimídia do Parque do Ibirapuera, que enfeita a bela capital na comemoração dos seus 450 anos de fundação.

Pode-se alegar que as presenças do presidente ou de ministros não param as chuvas nem secam as cidades e as terras debaixo de água. E que é preciso esperar que o tempo melhore para iniciar as obras de reconstrução. Argumento de duvidosa eficácia política. O comparecimento do presidente e dos ministros mais ligados aos problemas de desesperada urgência levaria aos milhões diretamente atingidos pela calamidade a pronta solidariedade federal. E ainda permitiria a avaliação pessoal dos estragos, selada com o compromisso do presidente de mobilizar o governo, como prioridade de urgência máxima.

Ministro ou secretário não foi identificado em qualquer ponto das muitas áreas alagadas pelos temporais inclementes. Se algum andou por lá, escondeu-se em modesto anonimato.

A omissão não caiu bem. Municia a oposição para a dura crítica da insensibilidade, que dói como pancada em carne viva no governo tão cioso das suas preocupações sociais. Repetidas à exaustão no chorrilho de discursos e entrevistas nas recentes mexidas para a montagem do Superministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, confiado à provada competência do ex-prefeito de Belo Horizonte Patrus Ananias. E que só ontem tomou posse. Espera-se que com o avião preparado para percorrer as áreas mais atingidas.

Ainda há gente morrendo. Quatro em Sorocaba e em Araçatuba (SP), em áreas inundadas por 24 horas de temporal. Em Águas Belas (PB), mais 102 casas foram destruídas e duas pessoas morreram. No Sul, ao longo da rodovia BR-277, a fila de caminhões carregados passa de 16 quilômetros. Com o pátio inundado, o Porto de Paranaguá está paralisado. E até na Ilha de Fernando de Noronha, como contou Boechat, as ondas destruíram o cais da Vila dos Remédios.

São apenas flagrantes de milhões pedindo socorro. Governadores e prefeitos, com verbas curtas, não dão conta do recado. O desafio é ao governo federal. E pessoalmente ao presidente Lula. Na sua ausência, ao vice José Alencar e ao ministro todo-poderoso José Dirceu.

O esquecimento, a demora e a simples ajuda burocrática deixam o governo vulnerável às cobranças da oposição, fornecendo um tema que deve sacudir a pasmaceira do Congresso, convocado extraordinariamente para uma pauta de urgência discutível.

Deslumbrado com o reconhecimento internacional da sua ascensão a um dos líderes do mundo, o presidente não pode descuidar da sua biografia e relegar a segundo plano, para quando tiver vagares na agenda, os seus compromissos de nordestino, de militante sindical e fundador do PT: a história de toda a sua vida.

Chuvas desabrigam mais de 7 mil pessoas e destroem mil casas

- KAYLE VIEIRA
- João Pessoa

Os dados mais recentes da Defesa Civil da Paraíba revelaram que 7.790 pessoas estão desabrigadas em todo o Estado em virtude das fortes chuvas que estão caindo na Paraíba há quase uma semana. Onze pessoas morreram e mais de mil casas foram destruídas ou danificadas nos últimos dias. Até ontem à tarde, municípios de Mulungu, Arara, Ingá, São Domingos, Mogeiro, Guri-nhém, Itatuba, Alagoinha e Aro-eiras já haviam decretado estado de calamidade pública. Já as cidades de Alagoa Grande, Campo de Santana e Bayeux estavam aguardando a formalização da homologação do decreto.

De acordo com informações da Assessoria de Comunicação do governo do Estado, 33 açudes registraram 100% da capacidade de armazenamento. Vários trechos da BR-230 estão danificados em decorrência das chuvas. O acesso aos municípios de Mogeiro e Ingá, Riachão e Campo de Santana e Campo de Santana e o Rio Grande do Norte também estão comprometidos e a ponte de acesso à cidade de Ingá também foi prejudicado. O município de Mulungu é um dos apresenta maiores problemas de infra-estrutura viária com 150 quilômetros de estradas danificadas.

Segundo dados do Instituto de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto (LRMS/PB), a previsão é de mais chuva para todo o litoral e para a região do Agreste paraibano. Até as 7 horas de ontem, foram confirmadas precipitações em 141 dos 235 postos pluviométricos monitorados pelo instituto. Os maiores índices de chuva foram registrados nos municípios de Lagoa de Dentro (129,5 mm), de Teixeira (124,8 mm), de Cacimba de Areia (118,0 mm) e de Desterro (112,0 mm).

Segundo informações do LMRS, entre fevereiro e maio, a média de chuva deve oscilar em torno de 620,00 mm, no Sertão. Já nas regiões do Cariri e Curimatá a previsão é de 360,00 mm. Para as regiões do Litoral, Brejo e Agreste, a estimativa é de que o período chuvoso concentre-se entre os meses de abril e julho. O governo do Estado está montando uma ação conjunta com as secretarias de Infra-Estrutura, Recursos Hídricos, Ação Social e da Saúde para dar assistências às pessoas prejudicadas com as chuvas. Várias equipes estão percorrendo as regiões atingidas com objetivo de adotar providências em relação à distribuição de medicamentos, cestas básicas e abrigos.

- 100 km de rodovias afetados

Mais de 400 quilômetros de rodovias estaduais já foram afetados pelas fortes chuvas dos últimos dias. As informações preliminares são da

Secretaria de Infra-Estrutura do Estado. Segundo o secretário, Hypólito Militão, somente na região do Alto Sertão do Estado a malha viária não foi afetada com mais intensidade pelas precipitações. Os prejuízos calculados com as chuvas já chegam a R\$ 10 milhões, com estradas, pontes, casas, entre outros prejuízos materiais.

De acordo com o diretor de obras do DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem), Francisco Cartaxo, são mais de 20 pontos nas rodovias estaduais do Estado que estão com problemas, que vão, segundo o diretor, de precário a interditado. Os maiores problemas estão no Cariri e Curimataú, com maior ênfase para a região de Solânea. Os dois pontos interditados estão na PB-133, na região de Solânea, no trecho entre Telha e Barra de Santa Rosa. O outro ponto interditado pelo DER fica na PB-109, na região de Campo de Santana.

Em outros pontos, apesar do tráfego de veículos não estar interrompido, estão complicados. O acesso à cidade de Mogeiro, na PB-408, está precário. No trecho entre Telha e Damião, na PB-133, o trânsito esteve interrompido até domingo, com o rompimento de um bueiro, sendo necessária a construção de um desvio. De acordo com Hypólito Militão, anteontem foi concluído um plano de trabalho parcial para enfrentar os prejuízos causados pelas chuvas. (FB)

PB tem 20 áreas de riscos nas estradas

Henriqueta Santiago

Cerca de 20 pontos de rodovias federais e estradas estaduais representam um perigo para os motoristas. Nessas localidades, as pistas apresentam falhas na infra-estrutura, provocadas por causa das chuvas caídas no Estado, nos últimos dias.

Pelo menos nove trechos de rodovias federais que cortam a Paraíba foram considerados de risco por causa da erosão e dos deslizamentos de barreiras. O levantamento foi feito, ontem, pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit).

Segundo a Assessoria de Comunicação da PRF, o trecho mais crítico está localizado no Km 18 da BR-101 Norte, próximo à Barra de Camaratuba, na estrada que vai para Natal (RN). Nesse local, houve um princípio de erosão, na noite de anteontem e a pista pode ser interditada.

O Km 196,6 da BR-230, próximo ao município de Soledade, que foi interditado anteontem porque parte da pista cedeu, ainda preocupa a Polícia Rodoviária Federal, apesar do trecho já ter sido liberado para o tráfego.

A PRF explicou que para desviar esse trecho, os motoristas podem utilizar a BR-412 ou a BR-104 Norte. "Os motoristas andarão aproximadamente 30 Km até chegar no local conhecido como 'Praça do Meio do Mundo'. O desvio passa pelos municípios de Boa Vista, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé. Vinte quilômetros depois de Sumé, tem um entroncamento à direita. Os motoristas devem pegar uma rodovia estadual até Patos", explicou Cássia Mendes. Já pela rodovia 104 Norte, os motoristas viajarão por Lagoa Seca, passando por vários municípios até chegar à PB-167. Passa por Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Seridó e Soledade, onde chega novamente na BR-230.

Outro trecho considerado crítico pela PRF é o Km 19, da BR-230, próximo à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na manhã de ontem, houve um deslizamento de barreira nesse ponto e uma equipe da PRF foi ao local porque havia risco de mais deslizamentos. O trecho que vai do Km 105 ao Km 107 da BR-230, próximo a Campina Grande, também apresentou erosão após as chuvas. Ainda nessa rodovia, os trechos dos quilômetros 108, na entrada do município de Juarez Távora e 127, próximo à Riachão.

No Km 280 (BR-230), na Serra de Santa Luzia, houve queda de barreira e o trânsito ficou lento no local e no Km 480 dessa mesma rodovia, em Cajazeiras, houve erosão. Na BR-104, em Barra de Santa Rosa, também existe um trecho de risco. Parte do acostamento ruiu.

Cássio inova em estratégia para atender comunidades atingidas pelas chuvas em todo o estado



Como forma de coordenar as ações relacionadas com as chuvas, o governador Cassio Cunha Lima estabeleceu uma estratégia de assistência às áreas atingidas, definindo secretários para coordenarem regiões alagadas do Estado.

Para prestar socorro nas diversas localidades da Paraíba que passam por problemas com as chuvas e inundações, o governador Cássio Cunha Lima determinou que fosse montado um esquema de informação, distribuindo representantes da administração estadual em diversas regiões.

O secretário da Infra-Estrutura, Hypólito Militão, por exemplo, está na região polarizada pelo município de Patos; Sérgio Góes (Semarh) coordena os trabalhos de socorro na região polarizada por Campina Grande; e o coordenador da Defesa Civil, coronel Alvaro Vitorino Pontes, mantém vigilância na área da Grande João Pessoa.

Deve continuar chovendo em toda a região do Litoral

A previsão para João Pessoa e demais cidades do Litoral é de muita chuva nas próximas horas. Segundo dados do Instituto de Meteorologia, Recursos Hídricos e Sensoriamento Remoto – LRMS/PB, também ocorrerá alta precipitação pluviométrica na região do Agreste.

No período das 7h de segunda-feira até às 7h de ontem, foram confirmadas precipitações em 141 dos 235 postos pluviométricos monitorados pela Semarh/LRMS-PB.

Durante as últimas 24 horas permaneceram as condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de chuvas com mais intensidade sobre o Litoral e Agreste e menor no restante do Estado da Paraíba.

Cagepa

A Cagepa divulgou comunicando informando que em virtude das fortes chuvas que caem na Capital, o serviço de atendimento móvel da empresa, que começou a operar segunda-feira no bairro de Cruz das Armas, não pode funcionar ontem.

Caso as chuvas diminuam hoje, o serviço voltará a funcionar normalmente, atendendo a população do bairro de Cruz das Armas, das 8 às 17h, em frente à Maternidade Frei Damião. No Atendimento Móvel Cagepa, os clientes podem fazer solicitação de religação d'água, renegociação de débitos, reclamações e obter dicas de economia e higiene. Em Cruz das Armas, o Atendimento Móvel Cagepa estará funcionando até sexta-feira (dia 30).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Com a palavra, o Senador Ramez Tebet.

Três dos inscritos estão presentes. Há o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Maria do Carmo. Dispomos de 15 minutos, mas não sei se haverá tempo hábil para que os três Senadores se pronunciem.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Exm^o. Sr. Senador Romeu Tuma, que preside os nossos trabalhos, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna no fim desta tarde porque não posso deixar de registrar uma grande contribuição que a revista Veja está prestando à sociedade brasileira. O último número dessa revista estampa em sua capa um título altamente convocativo que diz: “Por que o Brasil não é Primeiro Mundo?”. Em reportagem especial, a revista diz “...o Brasil entre os piores do mundo”. Ela retrata um estudo feito pelo Banco Mundial em 133 países, no qual, infelizmente, o Brasil está entre os piores para receber investimentos. E aponta as causas. Ao apontar as causas, vejo a importância do Poder Legislativo. É a oportunidade de refletir sobre a contribuição que o Congresso Nacional pode dar para ajudar o Brasil no seu progresso, no seu desenvolvimento. Estamos discutindo aqui há muito tempo e sabemos que somente podemos gerar crescimento neste País na medida em que houver investimento. A revista diz aquilo que nós, do Poder Legislativo, sabemos, mas a sociedade brasileira talvez não tenha plena consciência disso. A revista Veja é importante; tem um alcance muito grande perante a sociedade. Mostra isso e nos convoca a uma reflexão. Diz por que os investimentos estrangeiros, de qualquer ordem, são difíceis.

Não tenho muito tempo para comentar, nem descrever trechos da narrativa da revista Veja, mas o fato é que o Banco Mundial esmiuçou como as leis e a burocracia dos países interferem no processo natural de nascimento, vida e morte das empresas. Foi essa investigação que o Banco Mundial fez. O Brasil saiu-se muito mal, pois o estudo mostra que a legislação e o emaranhado burocrático brasileiro asfixiam a atividade empresarial. São um poderoso obstáculo à criação de empregos, além de incentivo à sonegação e à corrupção. Note-se que a revista registra:

O trabalho envolveu mais de 2.000 consultores em todo o mundo, e, na equipe, havia 21 brasileiros.

Vamos resumir. O que se constatou? Olho para o Senador Ney Suassuna. Quantas vezes vi V. Ex^a ocupar a tribuna? Quantas vezes o aparteei para tratar da desburocratização deste País? Um dos motivos responsáveis pelos poucos investimentos no Bra-

sil e que nos colocam como uma Nação que registra as piores possibilidades de investimento é justamente a burocracia que existe para abrir-se uma empresa. O Brasil tem o sexto pior desempenho da lista. Convenhamos que é uma colocação vexatória para nós.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, como eu, já ressaltou isto: são necessários 152 dias para abrir-se uma empresa. O Brasil só está melhor do que Moçambique, que leva 153 dias, Indonésia, 168 dias, Laos, 198 dias, Haiti, 232 dias, e República Democrática do Congo, 215 dias. Para fechar uma empresa, o Brasil é o segundo pior país do mundo nesse processo, que dura 10 anos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse fato alerta para a nossa responsabilidade, e em seguida direi o porquê. Na dificuldade para se fechar uma empresa só perdemos para a Índia, onde se encontra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele país, consomem-se 11 anos e 3 meses para se fechar uma empresa. Países do Primeiro Mundo fazem isso, em média, em pouco mais de um ano.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos analisando, nesta convocação extraordinária, duas leis importantíssimas que talvez nos dêem a oportunidade de reduzir os obstáculos que se opõem ao crescimento do nosso País. Refiro-me à Lei de Falências e à reforma do Poder Judiciário. De acordo com a revista, o terceiro obstáculo é a qualidade das leis trabalhistas e o quarto é o funcionamento da Justiça.

Com relação às leis trabalhistas, quero dizer que recebi hoje, em meu gabinete, representantes da CUT que comparecerão, no próximo dia 5, à Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com representantes da Força Sindical, para participar de uma audiência em que debaterão sobre a Lei de Falências e de Recuperação das Empresas.

Estive hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a fim de dar andamento à reforma do Poder Judiciário. O Brasil tem a 30^a Justiça mais lenta do mundo quando um credor recorre a ela para fazer valer um contrato ou para receber uma dívida.

Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos sair desse processo. Devemos tentar sair desse cipoal de obstáculos, desse emaranhado de teias que prejudicam o desenvolvimento do País e o nível de vida da sociedade brasileira. O desemprego não tem diminuído, mas aumentado, como demonstram as estatísticas. Precisamos adotar medidas de incentivo visando atrair capitais, a fim de que realmente possa haver investimentos.

Agora mesmo, o setor industrial, respondendo ao Presidente Lula, que convocou os empresários... A imprensa diz que ele chamou a atenção – não sei o contexto em que Sua Excelência falou isso – dos empresários dizendo que eles deveriam chorar menos e vender mais. Não sei em que contexto Sua Excelên-

cia falou isso, mas a verdade é que o setor industrial brasileiro, por exemplo, tem um lucro de apenas 5%, enquanto o setor financeiro tem um lucro de 25%. Precisamos atinar para essas coisas.

Parece que o discurso no Brasil está voltado apenas para a diminuição de juros, o que também é um descalabro. Ouvimos queixas de que o Banco Central não reduziu a taxa de juros num momento em que os economistas entendiam que era razoável fazê-lo. Empacamos um pouco nisso e logo parece que uma onda de pessimismo começa a tomar conta de nós! Temos que evitar isso. A Nação brasileira e o mundo precisam entender que o Congresso Nacional está cumprindo e vai cumprir o seu dever, que temos o objetivo de mudar essas coisas.

Lembrei-me, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando o Senador Ney Suassuna falava em desburocratização, que neste País já houve até um ministério para a desburocratização. Mas não conseguimos desburocratizar nada, precisamos fazê-lo. Não é possível que essas coisas aconteçam, nós temos que facilitar a vida das pequenas e médias empresas, dos microempresários, porque eles são responsáveis, segundo alguns, por 48% dos empregos do País – e já vi estatísticas de que as pequenas e médias empresas são responsáveis por 60% dos empregos no Brasil. Vamos facilitar a vida dessa gente. Está em nossas mãos contribuir para isso. É o nosso dever, a nossa obrigação.

Senador Ney Suassuna, a quem em seguida concederei o aparte, e Senadores José Maranhão, Mão Santa, Augusto Botelho, que estão carinhosamente me ouvindo, quero dizer que eu estava discutindo isso há pouco na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos ajudar a vida dessa gente. Temos que fazer alguma coisa, é imperioso que o façamos, e para isso essa Lei de Falências é importante.

Sr. Presidente da Comissão, Relator da matéria, vou proceder com calma e com ponderação. Quero que a Casa colabore comigo, quero que os segmentos da sociedade venham, se juntem, porque vamos fazer o melhor possível. Apresentaremos uma legislação mais moderna e algo de mais ágil. A mesma coisa no que concerne à reforma do Poder Judiciário. Vamos diminuir a quantidade excessiva de recursos que existem por aí.

A União e os Poderes Públicos precisam ter a compreensão de que não se pode ficar recorrendo e entrando com ações rescisórias a todo instante e a todo momento, atravancando os tribunais. Daí a necessidade da súmula vinculante. Ouvi o Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, esse grande maranhense, defender a súmula vinculante. Isso não prende, não atrapalha a consciência de juiz nenhum, pois serve mais para questões objetivas, tributárias,

previdenciárias. Isso é o que temos que fazer imediatamente. Sei que meu tempo é pouco.

Senador Ney Suassuna, tem V. Exª a palavra para o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, V. Exª, um elemento muito precioso nesta Casa, coloca muito bem a questão. E sendo V. Exª o Relator da Lei de Falências, pode dar uma contribuição grandiosa ao Brasil, e sei que dará. Ontem mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu dizia a V. Exª que ousasse, ousasse fazer de conta que não conhecia a lei anterior e fizesse uma lei o mais moderna possível, porque sendo o Relator, pode fazê-lo, e tenho muita esperança disso. Agora, o Brasil já teve um Ministério, sim, da Reforma Administrativa, onde até trabalhei. Não deixou de fazer muita coisa, fez muita coisa! Para V. Exª ter uma idéia, no Rio de Janeiro, decidimos comprar os cofres das exatarias federais. Então, compramos em São Paulo e mandamos para o Brasil todo. Havia lugar onde o cofre não podia ficar, porque deveria ficar no primeiro andar, e o cofre pesava 400 quilos, vindo abaixo. O Dasf centralizava a compra de todos os carros para a Nação e mandava para o País todo. Tínhamos rotinas que eram coisas esdrúxulas. Tudo isso foi mudado! Agora, há uma perseverança na burocratização. Isso é um atavismo ibérico. Por exemplo, quantos regimes nós já fizemos na vida? Há gente que faz toda semana; sai dele no final de semana e retorna a ele segunda-feira. Então, de quando em quando a Nação precisa fazer. Mas estou lembrando, por exemplo, que havia uma Comissão do Cavalo Nacional que recebia dinheiro do Ministério da Agricultura e do Ministério do Exército e praticamente não existia. Havia 2.500 funcionários na Fundação Brasil Central sem atribuições há cinco anos. Então, já foi feita muita coisa, mas precisa-se fazer de novo, porque de novo o organismo engordou e precisa entrar num outro regime de emagrecimento. A verdade é que, se eu fosse o Presidente Lula, nobre Senador, estaria fazendo, temporariamente, o Ministério da Reforma Administrativa, para, novamente, tentar desburocratizar outro tanto. Parabéns pelo tema que V. Exª aborda e tenho certeza, e espero em Deus, que V. Exª será um elemento precioso na elaboração da Lei de Falência, que tramita há dez anos na Câmara, portanto, desde 1993, não no Senado Federal, ela aqui chegou em setembro do ano passado. V. Exª é o grande Relator que esperávamos. Se Deus quiser – repito –, V. Exª terá sucesso e o Brasil usufruirá dela. Parabéns.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, ao incorporar o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento, quero aqui ressaltar o quanto V. Exª tem lutado para que possamos atingir a finalidade de facilitar a vida de empresas para obtermos o crescimento econômico do País.

Senador Mão Santa, ouço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me permite?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em respeito à Senadora Maria do Carmo Alves e ao Senador Eduardo Suplicy, que estão inscritos, prorrogo, por vinte minutos, a sessão, a fim de que V. Ex^a conclua e, conseqüentemente, S. Ex^{as} possam fazer uso da palavra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, o seu pronunciamento traduz a grandeza de V. Ex^a nesta Casa como Senador, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e como um dos maiores Líderes do meu Partido. Digo a V. Ex^a que isso se reflete muito bem. A realidade do Brasil é essa. O problema é que as empresas vão mal! As próprias empresas de comunicação, semifalidas, se ajoelham perante o Governo e escondem a verdade. Não existe fome zero. O que se vê, na verdade, e o que é pior, é o salário zero; é o desemprego que cresce. Roberto Campos, há vinte anos, em pronunciamento, disse que pior do que a dívida externa, que em 1831 já era grande, é a dívida interna, que aumenta. Aumenta o número de Ministérios, aumenta a mordomia, aumenta o número de aviões desnecessários, os gastos desnecessários, como o ingresso de quase três mil pessoas no funcionalismo público, sem concurso. Isso tudo é pior. Quero apenas complementar o sábio pronunciamento de V. Ex^a para despertar o nosso País e o Presidente da República. Tenho, aqui, documento oriundo da Vice-Presidência da República – o grande Vice-Presidente da República – sobre taxa de juros reais dos principais países do mundo. No Brasil, descontada a inflação projetada nos últimos 12 meses, é de 11%. Gostaria que Presidente da República, que está na Índia, refletisse, porque lá, a taxa é de 1,5%. Seria de grande utilidade a viagem de Sua Excelência se refletisse sobre essa taxa de juros de 1,5%, na Índia. No Brasil, repito, é de 11%, segundo documento que me foi enviado pela Vice-Presidência da República, cujo Vice-Presidente, sabiamente, inicia uma campanha para baixar os juros. Vejam V. Ex^{as}: em Israel, a taxa é de 7,1%; na Hungria, 6,3%; na África do Sul, 6,1%. Aí vem caindo. No México, 1,1%. Em alguns países, chega a décimos. Essa é a realidade. A vida está muito difícil para o empresário. Aliás, é o empresário quem propicia emprego, trabalho, renda, riqueza.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex^a. É verdade: temos a taxa de juros mais elevada do mundo, e isso não pode continuar. Devemos lutar por mais esse instrumento. Não acredito que, por si só resolva, mas seria um dos instrumentos capazes de ajudar o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a gentileza de V. Ex^a e a de todos quantos tiveram a paciência de me ouvir.

Encerro reafirmando uma questão de ordem. Penso que se tivéssemos o funcionamento automático do painel eu não teria ultrapassado o tempo a mim destinado, porque a minha voz não seria ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a imagina o prejuízo que o Senado e a população teriam se não ouvíssemos o discurso de V. Ex^a até o final!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Neste caso, nos prepararíamos para falar no tempo exato.

Quando presidi esta Casa, V. Ex^a bem o sabe – felizmente deixei a Presidência tendo o carinho de todos –, que uma das coisas mais difíceis é mantermos o orador dentro do seu tempo. Portanto, se a contagem fosse automática, como na Câmara, eu não o teria ultrapassado, creio que até poderia tê-lo economizado para ouvir oradores que melhor pudessem desenvolver suas idéias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a não ultrapassou o tempo. Ocorre que a sessão teria que ser encerrada. Para tanto, V. Ex^a teria mais tempo ainda. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy, a quem solicito que, se possível, seja conciso em seu pronunciamento para darmos oportunidade à Senadora Maria do Carmo que, também, permaneceu firme aguardando o momento de se pronunciar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, quero dizer à Senadora Maria do Carmo que me esforcei para que S. Ex^a possa também usar da palavra.

Quero, nesta tarde, registrar acontecimento significativo realizado no último dia 8 de janeiro, quando o Presidente Lula sancionou a Lei que institui a Renda Básica de Cidadania.

Também gostaria de registrar a posse do Ministro do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, Deputado Patrus Ananias, substituindo os Ministros José Graziano da Silva e Benedita da Silva, respectivamente, Ministros da Segurança Alimentar e do Combate à Fome e o do Desenvolvimento Social, que tão bem honraram as gestões e as missões para as quais haviam sido designados. Agora, esta responsabilidade é transferida ao Ministro Patrus Ananias, que tem granjeado um extraordinário respeito, e que deu exemplos, ao longo de sua vida pública, especialmente como Prefeito de Belo Horizonte, de pessoa com a compreensão profunda dos problemas de erradicação da pobreza, do combate à fome e forma de

gerar as possibilidades de inclusão de todos os brasileiros.

Quero registrar que a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, assinada pelo Presidente da República e pelos Ministros Guido Mantega e José Dirceu de Oliveira e Silva, dá a definição desse novo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que terá as seguintes atribuições: a política nacional de desenvolvimento social; a política nacional de segurança alimentar e nutricional; a política nacional de assistência social; a política nacional de renda de cidadania e outros itens, portanto, incorporando, entre as suas missões, a instituição da renda básica de cidadania, que, conforme a lei, deverá ser instituída gradualmente a partir de 2005.

Sr. Presidente, o Prof. Philippe Van Parijs, presente à cerimônia, escreveu um artigo a respeito, e até mesmo usou da palavra, e tão relevante é o conteúdo do que disse naquele momento, bem como nesse artigo, que o jornal Valor Econômico publicou, assim como o jornal Business Day, o principal jornal financeiro da África do Sul, que eu gostaria de registrá-lo.

Diz Philippe Van Parijs, professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain, fundador e secretário-geral da Rede Européia da Renda Básica:

O mundo está vendo o Brasil. Com grande interesse. Com grandes esperanças. Com alguma apreensão.

Será que o governo e o povo brasileiros conseguirão realizar a sua promessa de erradicar a fome, de drasticamente reduzir a desigualdade em uma das mais desiguais sociedades do mundo? E será que administrará isso de maneira a não prejudicar o dinamismo econômico? Conseguirão fazer isso mesmo de forma a estabelecer a fundação de um desenvolvimento econômico sustentável, colocando as pessoas numa posição de ajudar a si próprias, e assim a ajudar melhorar o seu país?

Os desafios são grandes. Mas a vontade aí está e, assim parece, a sabedoria para fazer as coisas funcionarem. O ambicioso, embora razoável, projeto de uma Renda de Cidadania para todos os brasileiros, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, aprovado no Senado em dezembro de 2002 e pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2003 e que foi sancionado em 8 de janeiro

de 2004 pelo presidente Lula, evidencia de forma espetacular e sem precedentes tanto essa sabedoria quanto essa vontade.

Diferente dos programas de bem-estar exclusivamente voltados para os pobres, a Renda Básica de Cidadania contém o compromisso, quando inteiramente implantada, de atacar a pobreza sem criar dependência, de garantir a todos a subsistência diária sem estigmatizar o pobre, sem criar uma armadilha que os exclui do mercado de trabalho. E contém ainda o compromisso de atingir maior justiça social promovendo maior liberdade real para todos.

No Brasil, mais do que em qualquer outro país, isso não é apenas um sonho nas mentes de um punhado de ativistas e visionários. Está construído nos inúmeros esquemas de manutenção de renda integrados em outubro último no Programa Bolsa-Família, nas lutas sociais que os tornaram possíveis e na experiência administrativa que eles geraram.

A Renda de Cidadania procurará atingir diversos objetivos ao mesmo tempo, como diversos outros programas já o fizeram. Ela não é apenas um modo de atacar da forma mais direta a pobreza e a desigualdade. Elevará o capital humano ao estimular a frequência à escola, ao expandir os cuidados com a saúde pública e ao encorajar a alfabetização dos adultos. Contribuirá para a distribuição mais equilibrada da população do Brasil em seu território, diminuindo o êxodo rural para as cidades superpopulosas.

Efetiva e mais visivelmente do que todos os esquemas anteriores, a Renda de Cidadania será também um símbolo de solidariedade da nação brasileira inserida na economia global. Devido aos seus recursos e à sua posição no mundo, o Brasil tem um imenso potencial para se beneficiar de uma globalização justa, por meio de um aumento massivo daquilo que pode vender no mercado mundial, atraindo investimentos diretos estrangeiros e também através de muitos outros efeitos multiplicadores. Mas nenhum mecanismo de mercado espontâneo irá garantir que esses benefícios atinjam todos os setores e todas as regiões do país. Alguns estão mesmo fadados a sofrer. Nesse contexto, uma renda de cidadania pode

ser vista como um dividendo federal. É uma maneira de distribuir para todos os brasileiros, como uma retribuição por um esforço aceito por todos, os ganhos de participação em uma economia globalizada que, de outra forma, tenderia a ser monopolizada por alguns setores e por algumas regiões.

Uma renda de cidadania completa não pode ser instituída em um dia. A sábia forma de implementá-la por etapas a partir de 2005 terá de ser desenhada de forma inteligente. Condições relacionadas à renda ainda serão necessárias, mas terão de tomar a forma de regras simples e de procedimentos transparentes, fáceis de explicar e de implementar, de maneira a alcançar efetivamente a maior parte dos beneficiários e firmemente desencorajar as práticas clientelistas que desacreditariam o esquema.

Desde o começo deverá ser dada atenção especial à harmoniosa articulação com os sistemas de seguridade relacionados ao emprego formal e com os sistemas de isenção incorporados ao mecanismo de imposto de renda. Quanto mais cedo, mais aprofundado e de maneira inteligente os vários esquemas forem integrados, menor será o risco de a Renda de Cidadania ficar para sempre presa a um vasto programa direcionado aos pobres, com todos os riscos de dependência e, finalmente, de reações políticas que isso implica.

Para muitos países haverá tanto que aprender com o caminho que o Brasil segue agora, gradualmente, de forma ousada, mas responsável, em direção a um esquema completo da Renda Básica de Cidadania. O que será tentado e alcançado aqui, pode ser uma fonte de inspiração e encorajamento para muitas pessoas e organizações que lutam por mudanças corajosas desse padrão em torno do mundo, mais destacadamente hoje na República Federal da África do Sul. Como o renomado economista Celso Furtado colocou em mensagem que enviou ao Presidente Lula nesta ocasião, embora o Brasil tenha sido – vergonhosamente – um dos últimos países a abolir a escravidão, pode esperar agora ser lembrado – orgulhosamente – como o primeiro país a introduzir um amplo sistema de solidariedade.

Hoje está sendo dado um passo importante. Mas não é, de forma alguma, o fim da estrada. Pensar de forma criativa a longo

prazo, refletir a curto prazo com as instituições do lugar, realizar avaliações objetivas dos esquemas existentes e de novas experiências, a liderança firme que combina a prudência com a responsabilidade, e pela ambição que é necessária para haver esperança, tudo isso permanecerá necessário no futuro, como tem sido crucial no passado, para nos levar tão longe quanto nós agora estamos.

O objetivo final é fazer a vida menos dura para as pessoas para quem ela tem sido inaceitavelmente difícil. É prover opções às pessoas que não têm opção. É assegurar que a riqueza seja distribuída de maneira menos injusta em toda a sociedade. Mas isso não é criar uma sociedade de pessoas passivas, aguardando ser alimentadas pelo governo. Uma renda de cidadania, enfaticamente, não é uma alternativa de acesso ao emprego. Ao contrário, é um meio de permitir às pessoas realizar as coisas para si próprias e para a sociedade, já que presentemente elas não estão podendo realizar por causa da pobreza e da exclusão. É um meio de fortalecer os recursos humanos que presentemente são desperdiçados, como resultado da injustiça e da miséria. É um novo movimento maior para servir tanto a uma economia mais próspera quanto a uma sociedade mais justa.

Em nome de todos que em torno do mundo acreditam na justiça social, meus cordiais agradecimentos ao Presidente Lula, ao Senador Eduardo Suplicy, a todos que contribuíram para que isso se torne alcançável, meus sinceros agradecimentos pela imaginação, pela esperança, pela vontade e sabedoria que transformarão a esperança em realidade.

Requeiro, Sr. Presidente, que sejam também colocados como parte de meu pronunciamento o próprio discurso do Presidente Lula na oportunidade, bem como o outro pronunciamento do Professor Philippe Van Parijs, que será publicado na **BIEN News Flash**, o Boletim da Rede Européia de Renda Básica, e assim cumpro o meu compromisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil: Lei da Renda de Cidadania Sancionada pelo Presidente Lula***Philippe Van Parijs¹***

Este foi um verdadeiro evento extraordinário. Com vista para a mundialmente famosa Praça dos Três Poderes, projetada por Oscar Niemeyer, a sala do Cerimonial do Palácio do Planalto da Presidência da República foi gradualmente ocupada por jornalistas, fotógrafos, equipes de TV, ministros e outras autoridades políticas. Diante de uma platéia importante, quatro cadeiras vazias. E atrás delas, uma imensa parede coberta por rostos sorridentes e coloridos de todas as idades e raças, alternando com dizeres em grandes letras: "RENDA BÁSICA. Cidadania para todos".

Uma voz em "off" anunciou a chegada do Presidente, e a multidão ficou em silêncio assim que Luiz Inácio Lula da Silva e sua esposa Marisa se sentaram. Ao lado deles, o Ministro da Casa Civil José Dirceu, e o Senador Federal Eduardo Matarazzo Suplicy, o único concorrente do Lula nas eleições primárias do Partido dos Trabalhadores para indicação do candidato a Presidente da República e autor da lei a ser sancionada pelo Presidente.

Convocado pela voz em "off", fui até o púlpito para falar rapidamente sobre o que vejo como mundialmente significativo deste evento. A seguir, foi a vez do Senador Suplicy, visivelmente emocionado, que reconstituiu a sua longa luta para a criação de uma renda mínima garantida no Brasil, e eloqüentemente recitou um poema, expôs as principais vantagens de uma renda de cidadania universal sobre esquemas condicionais, agradeceu aos vários membros importantes do Partido dos Trabalhadores que colaboraram na evolução da proposta em vários estágios, e terminou de uma forma bastante notada pela imprensa brasileira, abraçando calorosamente o Presidente. Depois da cerimônia de assinatura, Lula prestou a sua homenagem, elogiando a determinação do seu velho camarada, que ele descreveu como o incansável Dom Quixote da renda mínima, enquanto alertou que não

¹ Philippe Van Parijs é Professor de Economia e Ética Social da Universidade Católica de Louvain; Fundador, em 1986, e Secretário da Basic Income European Network (BIEN) (Rede Européia da Renda Básica) e autor de "Real Freedom For All. What (if anything) can Justify Capitalism?" Oxford (1965).

existe uma solução mágica para os problemas do Brasil e que a nova lei será introduzida gradualmente.

Apesar da cautela do Presidente, este foi definitivamente um “dia de glória” para o bastante popular Senador por São Paulo, de 62 anos, que na ocasião estava acompanhado de sua mãe de 95 anos, sua ex-esposa e prefeita de São Paulo Marta Suplicy, vários outros membros de sua família e muitos amigos. A primeira vitória de sua luta foi a aprovação unânime do seu projeto de lei sobre a renda mínima em 1991, pelo Senado Federal, mas que até hoje não havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. O seu mais ambicioso projeto de lei da renda de cidadania, apresentado em 2001, no entanto, foi aprovado com algumas emendas pelo Senado Federal em Dezembro de 2002 e pelas comissões relevantes da Câmara dos Deputados em setembro e dezembro de 2003. O Presidente da República tinha o prazo para vetar ou sancionar a lei até Janeiro de 2004. Ele optou pela sanção.

O que acontecerá agora? Segundo a fórmula inicial, o projeto de 2001 de Suplicy estipula que, sujeita ao endosso pelo referendo nacional em 2004, “uma renda básica incondicional, ou renda de cidadania” será instituída em 2005 para cada cidadão brasileiro ou estrangeiro residente há pelo menos cinco anos no Brasil, que será de igual valor para todos, pagável mensalmente, e suficiente para cobrir “despesas mínimas com alimentação, habitação, educação e saúde”, levando em consideração “o grau de desenvolvimento do país e suas possibilidades orçamentárias”. Duas principais emendas foram feitas antes da aprovação unânime pelo Senado Federal: a idéia do referendo popular foi retirada, com pretexto de que qualquer um será a favor de qualquer forma, e um novo artigo foi adicionado, estipulando que “a renda básica de cidadania” será instituída em etapas, “a critério do Poder Executivo, dando prioridade às camadas mais necessitadas da população”. E foi com estas duas emendas que o projeto de Suplicy foi assinado e transformado em lei por Lula.

Com base na segunda emenda, sem dúvida o Brasil deverá conviver por algum tempo com o sistema de concessão condicional. Mas isso não retira o sentido da lei. Em primeiro lugar, a existência da lei abre o caminho para uma integração mais forte do sistema assistencial existente, e em direção a uma integração mais forte com o sistema de previdência social e com o sistema tributário, uma vez que o governo federal do Brasil está legalmente credenciado para adotar quaisquer procedimentos para etapas seguintes, de

maneira financeiramente responsável, em direção à renda básica universal integral. Em segundo lugar, esta perspectiva ajudará a enfrentar as objeções que certamente surgirão em breve, uma vez que o sistema de concessão condicional federal se tornará mais abrangente e mais generoso, e na medida em que os beneficiários individuais e coletivos estrategicamente se ajustam ao mesmo. Quando mais de 50% da população ativa trabalham no setor informal, a verificação dos dados sobre a renda precisa confiar essencialmente nas declarações da renda auferida pelos beneficiários. Como os encarregados da verificação de dados do atual sistema Bolsa Família sabem muito bem, não existe forma realística para verificação séria sobre a correção dos dados.

Conseqüentemente, é necessário estar preparado para problemas maiores de arbitrariedade e de ressentimentos decorrentes das decisões locais de inclusão e exclusão, particularmente da prática de clientelismo. Ou então, é necessário elaborar critérios alternativos mais claros sobre renda e pobreza, tais como o número de lâmpadas, a qualidade do material utilizado para construção das casas ou aparência das crianças, às custas de desencorajar sistematicamente o uso do sistema de contagem dos aparelhos eletrodomésticos nas casas dos pobres. Uma renda de cidadania genuína resolverá esses problemas de uma só vez, além de estender a ajuda às famílias trabalhadoras de baixa renda. Mesmo que o progresso em direção a isso deve ser gradual – por exemplo através de transformação do sistema condicional Bolsa Família atual e da isenção de imposto de renda por criança dependente para sistema de benefício às crianças que também beneficiará as famílias trabalhadoras que não são tão pobres para poderem receber aos pagamentos de bem-estar (cerca de EUR 50 *per capita* por mês) nem rico suficiente para pagar imposto (cerca de EUR 400 por mês) -, proporcionando portanto, uma maneira de responder efetivamente às críticas que o sistema atual está sujeito para dar início a um processo que não aceite recuos.

Para estudar uma maneira de como a nova lei possa influenciar o desenvolvimento dos programas existentes, Eduardo e eu tivemos, de 7 a 9 de Janeiro, uma rápida sucessão de discussões com Jacques Wagner, Ministro do Trabalho e sua equipe; duas longas reuniões com Antonio Palocci, Ministro da Fazenda, e dois dos seus assessores do primeiro escalão; e com Cristovam Buarque, Ministro da Educação e ex-Governador do Distrito Federal de Brasília, onde o programa Bolsa Escola foi introduzido pela primeira vez; um almoço de trabalho com Ana Fonseca, a Secretaria Executiva do Presidente, encarregada do novo programa Bolsa Família e sua equipe, e com Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo, onde o maior programa municipal de assistência se encontra em operação; e um café da manhã de trabalho com José Graziano, Ministro encarregado do programa Fome Zero. A imagem geral demonstra a existência de uma forte simpatia com relação ao objetivo, mas nenhuma visão clara de como chegar lá, além da existência de muitas outras prioridades. É ainda incerta a avaliação de quanta diferença a nova lei fará ao sistema de proteção no Brasil nos próximos anos. Considere apenas que dos quatros ministros com quem conversamos, dois (Buarque e Graziano) perderam os seus cargos e um foi transferido (Wagner, do Ministério de Trabalho para Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) numa recente reforma ministerial do governo Lula em 23 de janeiro. Apesar disso, a assinatura da lei do Senador Suplicy foi um momento importante, verdadeiramente incrível, na história da renda básica, dando esperança e força para muitos que por este mundo afora consideram a renda básica como um componente central de um futuro desejável e sustentável para as nossas sociedades.

08/01/2004

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania

Palácio do Planalto

Meu querido companheiro, senador da República Eduardo Suplicy,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro companheiro José Dirceu,
Minha querida Dona Filomena, mãe do senador Eduardo,
Minha querida prefeita de São Paulo, Marta,
Meus amigos e minhas amigas,
Professor Philippe Van Parijs,
Ministros aqui presentes,
Senadores,
Deputados,

E pessoas que dedicaram parte da sua vida na luta – ou dedicam, ainda, parte da sua vida na luta por justiça social.

Eu quero, primeiro, dizer aos nossos amigos fotógrafos que hoje, sendo o dia deles, eu queria dizer para vocês do reconhecimento que todos nós temos por vocês e por suas inconvenientes máquinas. A verdade é que eu acho que não existiria política se não existisse fotógrafo. Porque político gosta tanto de fotografia que você pode ver que em todas as fotos aparece um político rindo. Não sei do quê, mas estão rindo.

E eu acho que vocês prestam um serviço enorme à democracia do nosso país, mostrando aquilo que só os olhos mágicos de uma máquina e a competência profissional podem mostrar. Por isso, quero começar dando os parabéns aos fotógrafos brasileiros, pelo dia dos fotógrafos.

Quero dizer ao companheiro Suplicy que essa lei aprovada, não como sonhou o companheiro Suplicy, no seu projeto embrionário, mas, aprovada de conformidade com a consciência dos deputados e dos senadores que votaram e, sobretudo, levando em conta a realidade econômica do nosso país, demonstra, mais uma vez, o grau de maturidade a que o nosso país chegou.

Mas eu penso que ninguém, neste país, tem mais méritos do que a sua ousadia e a sua teimosia, para transformar a idéia num projeto de lei aprovado e sancionado agora.

Se metade da classe política brasileira, ou metade da sociedade brasileira tivesse a persistência que você tem, certamente nós já teríamos mudado o país, rapidamente.

E eu quero que você continue. Continue com a sua ousadia, com a sua boa teimosia, porque eu acredito que assim, com gente do seu comportamento, da sua sensibilidade, não desistindo nunca das coisas que acredita ser possível fazer, mesmo quando as pessoas não concordam – e você sabe o quanto você sofreu para fazer essa lei se tornar lei. Entretanto, está consagrado.

08/01/2004

Agora, o nosso papel é transformar essa lei numa lei que funcione, numa lei que pegue, porque no Brasil tem “lei que pega” e “lei que não pega”. E queremos que essa lei pegue. E, para ela pegar, vai ser preciso a compreensão de todos de que não é possível, como num passe de mágica, se arrumar todos os recursos de que precisamos para fazer a lei acontecer.

Quero até pedir aos meus companheiros e companheiras de imprensa que compreendam que essa lei é como se nós estivéssemos fazendo um barco. Essa lei só vai se transformar num barco completo quando colocarmos esse barco no mar. Não faltarão aqueles que irão cobrar, já no mês que vem, a aplicação da lei. E todos nós temos que trabalhar com a clareza de que essa lei faz parte de um processo da política social que nós queremos implementar no Brasil, tendo como ponto de vista e como objetivo que a conquista da cidadania pelos seres humanos se dará no dia em que todos puderem viver às custas de um trabalho digno e de uma remuneração justa. Enquanto isso não for possível, o Estado terá que criar instrumentos para garantir àqueles que não tiveram chance a oportunidade de sobreviver decente e dignamente.

Um governo – assim como um país – é uma convergência de sonhos, projetos e atos renovadores. Hoje, o consenso democrático no Brasil converge para uma agenda incontornável: trata-se de vencer a exclusão e implantar a justiça social como novo motor do desenvolvimento nacional.

Significa dizer que a regeneração humanista da nossa sociedade é a grande tarefa desta geração. É o dado verdadeiramente novo da equação histórica que estamos vivendo. Penso que isso deve ser dito, repetido e lembrado cotidianamente, em todas as oportunidades, para que saibamos sempre por onde vamos e para onde vamos.

Distribuir para crescer – e crescer para o bem comum. Eis o lema obrigatório do nosso tempo, a epígrafe deste capítulo inadiável da história que estamos todos convocados a escrever – e que já estamos escrevendo.

Hoje, milhões de brasileiros pobres não ganham nada ou ganham menos do que os subsídios destinados à criação de animais nos países ricos. É uma inversão de valores assustadora porque o direito à vida humana é o mais sagrado de todos e ele tem sido secularmente preterido entre nós.

É nesse cenário, portanto, que estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário – e da esperança solidária – representada pela renda básica de cidadania, que o Estado brasileiro passa a incorporar a seu leque de políticas sociais, a partir de 2005. Trata-se de um fruto colhido após década de persistência inabalável do companheiro e amigo, senador da República Eduardo Suplicy.

Desde 1991 ele desempenha o papel de um incansável Dom Quixote para convencer a sociedade de que é possível universalizar direitos sociais em nossa terra. A bandeira da renda mínima é um símbolo desse esforço. Nós sabemos, e o economista Suplicy sabe melhor que todos nós: trata-se de uma meta a ser implantada gradualmente.

Possivelmente, ela significará o desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado, que já chega a 3 milhões e 600 mil famílias, e deve beneficiar 45 milhões de brasileiros até 2006 – portanto 25% da população do nosso país.

Devemos lembrar, também, que 2.369 municípios já têm suas comunidades mais carentes beneficiadas pelo Programa Fome Zero, participando, inclusive, dos seus comitês gestores.

08/01/2004

Estamos transformando excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância dos seus próprios laços comunitários. Sua voz passa a ser ouvida e seus direitos vão sendo contemplados nos projetos de desenvolvimento do governo e nas ações solidárias de interesse da coletividade.

Meus companheiros e minhas companheiras,

O que diferencia a esperança da simples espera conformista é a coragem e a determinação. É o chão por onde andam aqueles que têm que fazer o seu próprio caminho – e isso inclui países em construção, onde o dinheiro sempre é escasso e os recursos são insuficientes para atender a todas as demandas.

É isso que nos permite ir além das circunstâncias. É isso que nos dá condições para dizer sim, sempre que possível, e não, quando é necessário. É isso que nos dá força para vencer a incredulidade; para abrir novos caminhos; e para superar ceticismos e dobrar resistências.

A incorporação desse novo patamar de dignidade social pelo Estado brasileiro faz parte desse percurso histórico de coragem e responsabilidade, assim como aconteceu também com a sanção do Estatuto do Idoso no ano passado.

Sabemos, porém, que não existe vacina única para todos os desafios brasileiros. Não há panacéias milagrosas.

Desequilíbrios estruturais têm que ser resolvidos na origem, ou vão se reproduzir continuamente, seja na educação e no aproveitamento escolar, seja nos indicadores de saúde ou nas estatísticas de violência. Por isso tenho dito sempre que o verdadeiro antídoto contra a exclusão é a construção de uma sociedade que pare de gerar excluídos. Esse é o nosso grande desafio social.

Mas ele só será vencido mediante consensos democráticos cada vez mais amplos, com forte participação social, que nos ajudem a retomar o desenvolvimento, resgatando a certeza de que o futuro somente será melhor se for bom para todos.

Essa é, justamente, a missão mais importante do Estado brasileiro no mundo de hoje: proteger e ampliar as fronteiras universais do humanismo entre nós. Credenciar-se, enfim, como um instrumento democrático de renovação do sonho brasileiro neste século – cujo nome é justiça social.

Eu, antes de terminar, quero dizer ao companheiro Suplicy, como companheiro de muitos anos, antes do PT e depois do PT, que dentre todos nós, certamente nenhum teria a abnegação que você teve para levar esse projeto a chegar aonde chegou, Eduardo.

Acho que, juntos, você, enquanto Senador da República, o governo federal, os governos estaduais, os prefeitos brasileiros e as prefeitas brasileiras, o movimento social, juntos, certamente, se todos nós formos tomados da sua ousadia e da sua persistência, muito antes do que os incrédulos acreditam, nós vamos conseguir implantar definitivamente a renda básica no nosso país.

Obrigado, companheiro Eduardo Suplicy. O mérito desta lei é do Congresso Nacional, mas, sobretudo, é de um personagem teimoso chamado Eduardo Suplicy. Parabéns, querido.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, DE 23 DE JANEIRO 2004.

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral, pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, pelo Gabinete Pessoal e pelo Gabinete de Segurança Institucional.

....." (NR)

"Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, bem assim, na avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como promover a publicação e preservação dos atos oficiais e supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o Conselho Superior do Cinema, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, três Secretarias, sendo uma Executiva, um órgão de Controle Interno e até três Subchefias.

Parágrafo único. Compete, ainda, à Casa Civil exercer a coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, formular políticas e diretrizes para modernização do Estado e de gestão relativas aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem assim supervisionar a sua aplicação." (NR)

"Art. 2º-A. À Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação política do Governo, na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os partidos políticos e na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo como estrutura básica o Gabinete e até duas Subchefias." (NR)

"Art. 25."

II - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

.....

Parágrafo único São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, o Chefe da Casa Civil, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Controle e da Transparência." (NR)

"Art. 27.

.....

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) política nacional de desenvolvimento social;
- b) política nacional de segurança alimentar e nutricional;
- c) política nacional de assistência social;
- d) política nacional de renda de cidadania;
- e) articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- f) articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda de cidadania e à assistência social;
- g) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e assistência social;
- h) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- i) Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
- j) coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;
- l) aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria - SESI, do Serviço Social do Comércio - SESC e do Serviço Social do Transporte - SEST; e

.....

XVII -

.....

g) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil e de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais;

Mpv 163

....." (NR)

"Art. 29.

.....

II - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho de Articulação de Programas Sociais, o Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, e até cinco Secretarias;

.....

§ 4º Ao Conselho de Articulação de Programas Sociais, presidido pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação.

....." (NR)

Art. 2º Fica criada a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 3º São transformados:

I - o Ministério da Assistência Social em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, em Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 4º São transferidas as competências:

I - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, relativas à formulação e coordenação da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à articulação da participação da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, à promoção da articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil ligadas à produção alimentar, alimentação e nutrição, e ao estabelecimento de diretrizes, supervisão e acompanhamento da implementação de programas no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

II - da Casa Civil da Presidência da República, relativas à coordenação política do Governo, ao relacionamento com o Congresso Nacional, à interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os Partidos Políticos, para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;

III - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, relativas à coordenação e gestão dos sistemas de organização e modernização administrativa, política e diretrizes para modernização do Estado e de gestão relativas aos recursos humanos, à organização de carreiras e à remuneração, ao dimensionamento da força de trabalho, à capacitação, ao desenvolvimento e à avaliação de desempenho dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, para a Casa Civil da Presidência da República;

IV - da Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º São transferidos:

I - a Subchefia de Assuntos Parlamentares e a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República para a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República;

Mpv 163

II - a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Casa Civil da Presidência da República.

Art. 6º Ficam extintos:

I - o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

II - o Conselho do Programa Comunidade Solidária e a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

III - a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, da Presidência da República.

Art. 7º Fica criado o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

Art. 8º Fica criado um cargo de natureza especial de Subchefe, na Casa Civil da Presidência da República, com a remuneração fixada pelo parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.683, de 2003.

Art. 9º Fica transformado o cargo de Ministro de Estado da Assistência Social em Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 10. Ficam extintos os cargos de Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e de Secretário-Executivo do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Art. 11. São criados, para atendimento imediato das necessidades dos órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais órgãos criados ou transformados por esta Medida Provisória, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e as seguintes Funções Gratificadas - FG:

I - doze DAS-6;

II - setenta DAS-5;

III - duzentos e oitenta DAS-4;

IV - duzentos e sessenta DAS-3;

V - quatrocentos e oitenta DAS-2;

VI - duzentos e vinte DAS-1;

VII - mil, cento e setenta e cinco FG-1;

VIII - duzentas FG-2; e

IX - cem FG-3.

Art. 12. A alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) 65% (sessenta e cinco por cento) da remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial, do Grupo DAS, níveis 4, 5 e 6 e dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4." (NR)

Art. 13. O acervo patrimonial dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória será transferido para os Ministérios, órgãos e entidades que

Mpv 163

tiverem absorvido as correspondentes competências.

Parágrafo único. O quadro de servidores efetivos dos órgãos de que trata este artigo será transferido para os Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes competências.

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2004 em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados por esta Medida Provisória, mantida a mesma classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação em seu menor nível, conforme definida no art. 4º, § 2º, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 15. São transferidas aos órgãos que receberam as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas aos órgãos transformados, transferidos ou extintos por esta Medida Provisória, ou a seus titulares.

Art. 16. O Poder Executivo disporá, em decreto, na estrutura regimental dos Ministérios, dos órgãos essenciais, dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República e da Controladoria-Geral da União sobre as competências e atribuições, denominação das unidades e especificação dos cargos.

Art. 17. O Poder Executivo disporá sobre a organização, reorganização, denominação de cargos e funções e funcionamento dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mediante aprovação ou transformação das estruturas regimentais.

Art. 18. Até que sejam aprovadas as estruturas regimentais dos órgãos essenciais e de assessoramento da Presidência da República, das Secretarias Especiais da Presidência da República e dos Ministérios, são mantidas as estruturas, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos respectivos cargos, vigentes em 31 de dezembro de 2003, observadas as alterações introduzidas por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os cargos em comissão integrantes da estrutura dos órgãos de que tratam os incisos II e III do art. 6º ficam remanejados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 19. As despesas decorrentes do disposto nesta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Ficam revogados o art. 26, a alínea "I" do inciso XVII do art. 27 e o art. 37 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Brasília, 23 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

José Dirceu de Oliveira

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.1.2004(Edição extra)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Cumprimento V. Ex^a pela persistência e pela luta pela aprovação da Renda Mínima. Espero que o Presidente consiga colocá-la em execução o mais rápido possível.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de, inicialmente, agradecer ao Senador Eduardo Supley a compreensão quanto ao horário, permitindo que eu também me pronuncie.

Hoje, eu falaria sobre dois temas. O primeiro, sobre as fortes chuvas que atingem o meu Estado, deixarei para a próxima semana, em razão do adiantado da hora, e aproveito, então, este momento para falar a respeito do Inca.

Desde o início do Governo do Presidente Lula, o Instituto Nacional do Câncer – Inca – tem sido alvo frequente de matérias na grande imprensa.

Infelizmente, como todos sabemos, os motivos que levaram o Inca à televisão e aos jornais não foram os méritos de suas realizações, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Transplantes, que colocou o Brasil como a segunda nação do mundo em número absoluto de transplantes. O que colocou o Inca na imprensa foi a ingerência administrativa que, primeiramente, tomou conta do poder central do instituto e, agora, tenta contaminar esse centro de referência com a tentativa de tráfico de influência.

Apesar desses fatos recentes, o passado e a contribuição do Inca para a saúde pública do Brasil devem ser destacados. O Sistema Nacional de Transplantes, tecnicamente falando, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para todos nós brasileiros e tem alcançado resultados excelentes no que diz respeito à qualidade na prestação do serviço médico. No entanto, todos esses esforços não são suficientes para atender à enorme fila de pacientes que cresce a cada dia, à espera de uma oportunidade para realizar um transplante. E realizá-lo a tempo e a hora significa conseguir uma grande melhoria na qualidade de vida ou mesmo a diferença entre a vida e a morte. É desnecessário dizer que um assunto de tamanha importância e gravidade tem que ser tratado pelo Governo de forma séria, comprometida e responsável.

No nosso País, o Instituto Nacional do Câncer, Inca, além de ser o órgão nacional de coordenação da política na área do câncer, é também o responsá-

vel pela coordenação nacional dos transplantes de medula óssea. Não precisa ser médico para saber que um paciente que necessita de um transplante de medula morrerá se não o fizer. Por isso, todos os brasileiros sempre viram com bons olhos o papel definido pelo Ministério da Saúde para o Inca.

Essa instituição tem uma história de seriedade e de muita competência técnica e alcançou reconhecimento internacional. E a que estamos assistindo, lamentavelmente, neste Governo, Sr. Presidente? Estamos assistindo a essa respeitável instituição envolver-se em escândalos, resultado da politicagem, resultado da falta de respeito e de responsabilidade com que o Ministério da Saúde vem tratando o Inca. A situação é ainda mais grave porque o Inca, como eu já disse, é o órgão nacional de coordenação da política na área do câncer. E também não precisa ser médico para saber da importância desse tema. Em particular, o Inca tem coordenado o Programa Nacional de Combate ao Câncer de Colo do Útero e o do Câncer de Mama.

O câncer de colo do útero tem cura. Mesmo assim, ainda mata muitas mulheres em nosso País. Em 2000, morreram 3.953 brasileiras, vitimadas pelo câncer de colo do útero, segundo dados do DataSUS – Ministério da Saúde (datasus.gov.br). Só em Sergipe, meu Estado, em 2003, foram registrados 67 casos de morte, sendo 21 em Aracaju. Por quê? Por falta de diagnóstico. Por isso é tão importante que todas as mulheres brasileiras façam o exame preventivo. Essa tem que ser uma questão de honra para o SUS, Sistema Único de Saúde, e para os Governos nos seus diferentes níveis: federal, municipal e também estadual.

A prestação desse serviço é hoje de responsabilidade dos Municípios, mas, em muitos casos, não só no meu Estado como em outros Estados da Federação, as secretarias municipais de saúde ainda não conseguiram superar as dificuldades para assegurar esses serviços à população.

Mesmo sendo uma das maiores conquistas do nosso povo, o SUS ainda não está completamente implantado, e a população continua a ter dificuldades para assegurar vários atendimentos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, as Leis Federais nºs 8.080 e 8.142, de 1990, e as normas operacionais do Ministério da Saúde que as seguiram definem a **descentralização**, a **regionalização** e a **mudança do modelo assistencial** como as estratégias mais significativas para a execução da política pública de saúde no País, ou seja, a implantação do Sistema Único de Saúde.

O processo de descentralização e regionalização vem, gradativamente, **transferindo aos Municípios** deveres e responsabilidades na atenção à saúde da população, que antes correspondiam ao Estado e ao Go-

verno Federal. Amplia-se a autonomia e o poder de decisão municipal para a definição de ações estratégicas para o enfrentamento dos problemas e para as necessidades locais. Confere-se ao Município a possibilidade de gestão plena do seu sistema de saúde na perspectiva de construção de redes locais de serviços capazes de ofertar atenção à saúde de forma integral, resolutiva e humanizada à sua população.

Esse processo acrescenta aos gestores locais, aos gestores municipais novas e crescentes **responsabilidades** e também **poder**, para os quais, com frequência, as secretarias municipais não estão suficientemente preparadas. A máquina administrativa municipal surpreende-se tanto no que se refere à sua missão institucional quanto aos novos papéis que deve assumir frente às demais instâncias governamentais e frente aos próprios prestadores de serviços que compõem a rede assistencial.

Para enfrentar esses desafios, a gestão municipal precisa adotar uma série de providências que sempre significam mudanças, que, por sua vez, requerem não só seriedade no uso dos recursos, mas, de modo igualmente importante, uma gestão competente e socialmente comprometida. E demanda tempo para que essas mudanças se consolidem.

Preocupado com essa situação e entendendo ser sua obrigação apoiar os Municípios, o Governo do meu Estado, por intermédio da sua Secretaria de Saúde e da Secretaria de Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho, vem desenvolvendo o Pró-Mulher, Pró-Família, mais Saúde, mais Vida. Pró-Mulher porque a prioridade é para o diagnóstico e a prevenção do câncer feminino, como o câncer de colo do útero e o câncer de mama; mas também para o diagnóstico e a prevenção do câncer de próstata, doença que tem vitimado muitos homens. No cumprimento do que estabelece a legislação, essa iniciativa do Governo Estadual é desenvolvida em comum acordo com o prefeito e com a Secretaria Municipal de Saúde.

São excelentes os resultados que se têm obtido com essa iniciativa nos vários Municípios sergipanos onde já foi executada. Registramos uma enorme satisfação da população atendida, e a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria de Combate à Pobreza têm sido fortemente pressionadas pela população de outros Municípios que desejam os benefícios do projeto.

Essa aliança que é feita em Sergipe, onde Estado e Município se unem em prol da qualidade de vida e da melhoria das condições de saúde da população, é um exemplo claro de “governar para o povo”, acima de qualquer interesse político, eleitoral ou de promoção pessoal. Creio que só assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será possível fazer o que determina a nossa Carta Magna e garantir a cada brasileiro,

em qualquer local do País, o suporte de saúde que merecem todos os cidadãos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2004

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Nivaldo Dias Lins da Costa.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2004. – **Leonel Pavan; Antonio Carlos Magalhães; Heráclito Fortes; Eduardo Suplicy.**

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª tem a palavra para encaminhar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o PFL, no Senado Federal, associo-me à essa iniciativa ilustre de V. Exª e do Senador Antonio Carlos Magalhães, não somente apondo minha assinatura ao requerimento, como também me solidarizando com o grande Parlamentar baiano que é o Deputado José Carlos Aleluia, Líder na Câmara dos Deputados, membro da Executiva do PFL e homem de trajetória parlamentar brilhante. No Poder Executivo, já presidiu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a Chesf. É um dos Parlamentares mais benquistos do Congresso Nacional.

Portanto, associo-me à manifestação ora apresentada, solicitando que também sejam enviadas condolências à família enlutada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu gostaria também de manifestar nosso sentimento de pesar pelo falecimento do pai do Líder José

Carlos Aleluia, expressando, em nome de todos do PT, o respeito a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a assinará o requerimento, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me referir, hoje, a uma entrevista muito instigante que foi publicada nas páginas amarelas da revista Veja, na edição de 12 de novembro último. O tema é a Amazônia, e o entrevistado é o geógrafo norte-americano David MacGrath, que atualmente leciona na Universidade do Pará.

O que impressiona na entrevista do Professor MacGrath é sua visão do desenvolvimento da Amazônia, vazada num espírito crítico pragmático, com alto senso de realidade, como costuma ser característica dos povos anglo-saxões. Pragmatismo, no entanto, não deve ser confundido com frieza, pois, nas respostas do professor norte-americano, interpostas às indagações do entrevistador, depreende-se, também, fascínio e admiração por esse imenso patrimônio natural brasileiro que é a Amazônia.

O cerne da posição de MacGrath sobre o desenvolvimento da região poderia ser sintetizado na polêmica formulação de que não se pode deter o desmatamento da Amazônia. O professor afirma que há base científica para se dizer que o desmatamento acompanha o crescimento econômico e o aumento da população. Chega a dizer que fez uma regressão estatística e que, nesse estudo, as curvas do crescimento da economia e do crescimento do desmatamento são praticamente idênticas.

À primeira vista, tal modo de ver as coisas poderia levar à suspeição de um posicionamento fatalista e imobilizador: “já que não podemos fazer nada, assistamos, de braços cruzados, à destruição da floresta amazônica!” Mas não é isso que propõe o professor.

O que ele propõe são políticas realistas para lidar com o problema, de modo a minimizar o impacto ecológico destrutivo que o processo de ocupação da Amazônia inevitavelmente impõe aos recursos naturais da região. Ele defende políticas de racionalização do processo de desenvolvimento que leve em conta o interesse da preservação dos recursos naturais, em conjugação com a legítima aspiração do povo por melhores condições de vida. Ou seja, o homem não pode esquecer a floresta, mas a floresta tampouco pode esquecer o homem. Nesse sentido, há de se conviver com as atividades econômicas que ocorrem na Amazônia, como a agricultura, a pecuária e até mesmo a mineração. Tudo ordenado e fiscalizado pelo Poder Público, de acordo com o tipo de atividade, bem como com a área em que se dá a atividade econômica.

Sr. Presidente, a entrevista que menciono vem a propósito, pois é necessário mudar a mentalidade de algumas entidades ambientalistas, de algumas ONG que atuam na região, que só vêem as necessidades da floresta, mas se esquecem do homem em busca de melhor qualidade de vida, para o qual a floresta é menos paisagem para contemplação e mais oportunidade econômica legítima. Muitas dessas entidades querem encerrar a Amazônia numa espécie de redoma de vidro, subtraindo tudo, ao máximo, da exploração econômica. A economia produtiva não é vista como um imperativo que deve ser harmonizado com a preservação da floresta, mas apenas como inimigo da floresta que deve ser contido a todo custo, para que a integridade e a pureza da mata não seja maculada.

Não é essa a posição do Professor MacGrath, que diz, de modo peremptório, que a floresta não sobreviverá caso se tente esquecer uma realidade que existe, que é a ocupação econômica da floresta. Portanto, é melhor buscar racionalidade e disciplinamento para a atividade econômica enquanto é tempo. Se se tentar deter o seu progresso e seu avanço, estar-se-á lutando por uma batalha perdida. Para citar uma frase sua: “*tudo depende da capacidade do governo, junto com a sociedade civil, de ordenar o processo de transformação na fronteira, o que nunca aconteceu.*”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouçamos a lição de prudência e de pragmatismo do Professor David MacGrath. Sou Senador por um estado, Roraima, em que metade do território é ocupado por reservas de preservação ambiental e por terras indígenas. Estará esse imenso patrimônio natural e étnico livre de ameaças, estará em segurança, caso se ignore a legítima aspiração do povo amazônida por desenvolvimento econômico? Acho que não. O professor MacGrath concordaria comigo, não tenho dúvida.

Então, espero que possamos mudar o ângulo do debate na questão da floresta amazônica. Em vez de nos mantermos em dois campos antagonistas e irreconciliáveis, – num dos quais figuram os preservacionistas antidesenvolvimento econômico e noutro figuram os pró-desenvolvimento a qualquer custo, – reconciliemos nossas posições, em busca da racionalidade e da temperança.

Que o desenvolvimento econômico possa ser ordenado e disciplinado pelo Poder Público, por pressão da sociedade, de modo a provocar os menores riscos possíveis à existência do patrimônio natural amazônico, fonte de riqueza do País, que é um dos principais motivos de orgulho do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que hesitei – e muito – antes de decidir-me por este discurso. A morte, especialmente de um ente querido tão singular quanto a incomparável e insubstituível figura materna, é, por essência, assunto de natureza privada, que enseja recolhimento e reflexão. Faz-se necessário respeitar em toda a sua radicalidade a dor e o luto.

Contudo, o falecimento de Dona Kyola Ferreira de Araújo Costa, mãe de nosso estimado Presidente, Senador José Sarney, avó da Senadora Roseana e do Deputado Sarney Filho, comoveu o Brasil e suas principais lideranças. E isso, graças ao papel referencial que ela detinha na vida pública brasileira, sobretudo a partir do exercício da Presidência da República por seu dileto filho, na segunda metade dos anos 80. Na verdade, devemos concordar em toda a linha com Carlos Heitor Cony, que em memorável escrito, impregnado de tons autobiográficos, lembrou-nos, por ocasião do falecimento de Dona Kyola, que “a mãe é o único valor absoluto que temos”; sua perda implica o vazio, a absoluta falta de sentido.

Matriarca de uma família que, durante toda a sua longa e generosa existência, sempre lhe proporcionou orgulho e satisfação, Dona Kyola faleceu aos 92 anos de idade, depois de conduzir uma vida frugal e despojada. Católica sincera e fervorosa, mas avessa a *carolices*, sempre se mostrou verticalmente comprometida com os princípios maiores inspiradores da prática cristã.

Enfrentou com altivez e fibra as adversidades e privações que a vida lhe impôs ainda na meninice. Retirante da seca pernambucana aos 14 anos, quando migrou para o Maranhão, que adotou e pelo qual foi adotada, temperou seu caráter com a sensibilidade dos fortes que sabem entender as fragilidades da

humana condição e acolher os necessitados, por verdadeiro amor ao próximo. Cultivou a virtude por amor à virtude.

Sua casa, sempre de portas abertas, foi a casa da família extensiva – dos filhos, netos e bisnetos – e de todos os amigos, mas também foi o ponto de referência para aquelas pessoas materialmente despossuídas que recorriam ao seu amparo.

Sua atitude diante dos pobres sempre esteve a ensinar a todos nós que ninguém é pobre por livre escolha. E mais, todos aqueles nossos semelhantes que se encontram na pobreza são merecedores e devem ser destinatários de nossa melhor atenção, consideração e solidariedade. Nunca da indiferença, triste e lamentável traço que parece prevalecer em nossos dias.

Dona Kyola lega a todos nós um formidável exemplo de compreensão e amor ao mistério da vida. Nas disposições de última vontade, como revelou José Sarney, em sua emocionada e emocionante coluna na *Folha de São Paulo*, ao firmar aquela que seria a derradeira *Carta aos Filhos*, a matriarca do clã Sarney transferiu a eles a responsabilidade pela continuada assistência aos pobres, o que ela sempre fez pessoalmente. Assim, Dona Kyola só fez confirmar os postulados que regeram sua honrada, auspiciosa, inspiradora e iluminada existência.

Esta é minha singela homenagem.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exploramos pouco e mal nosso potencial pesqueiro. Com uma imensa área litorânea e, em que pese, ainda, nossa considerável capacidade de construção naval, o Brasil não dispõe, até a presente data, de uma frota de embarcações pesqueira em quantidade e qualidade para explorar soberanamente e de forma sustentável nossos recursos pesqueiros costeiros e oceânicos.

Além disso, muitíssimo resta a fazer para que cheguemos a extrair todo o potencial pesqueiro de nossas águas interiores, da piscicultura e da aquicultura. Tampouco temos dado o necessário e merecido apoio à pesca artesanal e a suas cooperativas.

Felizmente, essas insuficiências começam a ser superadas, Sr. Presidente, conforme demonstra o Balanço de Resultados para o ano de 2003 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, a SEAP. Trata-se de um relatório, uma prestação de contas, um breve balanço de realiza-

ções que nos deixa esperançosos em relação ao futuro da pesca no Brasil.

Num ano de recursos extremamente escassos, a SEAP cuidou bem do setor pesqueiro brasileiro, traçando programas, consultando extensamente os agentes setoriais e os órgãos ambientais, montando linhas de crédito e criando úteis contatos internacionais. Enfim, preparou-se a SEAP para ensejar ao País, em breve prazo, um salto, um rápido avanço no âmbito dessa promissora fonte de riqueza, de empregos e de fortalecimento nutricional para os brasileiros.

O Governo Lula, ao instituir uma Secretaria de Pesca, sob o comando do Ministro José Fritsch, apostou não somente nas boas potencialidades dos efeitos sociais e econômicos de um setor pesqueiro dinamizado, mas visou também, acertadamente, à defesa de nossos interesses geopolíticos, de ocupação da vasta Zona Econômica Exclusiva que abraça nosso litoral. Território oceânico que tem sido objeto de pilhagem da pesca ilícita e clandestina praticada por embarcações estrangeiras.

Um dos resultados dos esforços da SEAP no ano de 2003 foi o envio, em novembro, à Casa Civil da Presidência, de Proposta de Medida Provisória, subscrita, conjuntamente, pelos Ministros José Fritsch, Ciro Gomes e Marina Silva, que estabelece a criação do Programa Profrota Pesqueira. O programa abarca a pesca industrial e a pesca artesanal, com duas modalidades de financiamento.

A primeira linha de financiamento visa constituir uma frota pesqueira oceânica nacional, capaz de garantir a exploração soberana da Zona Econômica Exclusiva. As embarcações serão construídas no Brasil, inserindo essa iniciativa no quadro das iniciativas do Governo Lula de promoção do desenvolvimento e da inclusão social.

A segunda linha de financiamento destina-se à modernização da frota de embarcações costeiras e continentais. É modalidade de financiamento estritamente vinculada à readequação do esforço pesqueiro. Embarcações que atuam na pesca de espécies sobre-explotadas serão convertidas de modo a poderem operar em outras pescarias. Embarcações obsoletas serão substituídas. Enfim, uma iniciativa de modernização que garantirá uma exploração sustentável.

Assim, aumentando a oferta interna de proteína animal, promovendo exportação e substituindo importação, gerando empregos na pesca e na construção naval, esse projeto impulsionará o setor pesqueiro, atendendo a uma premente necessidade, preenchendo lacunas e abrindo novo horizonte em nossa economia. Os recursos para as duas linhas de finan-

ciamento deverão vir do Fundo de Marinha Mercante, do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

A SEAP estruturou, além disso, ao longo de 2003, o importante Programa de Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca do Norte e Nordeste. Também aqui a articulação é centrada no aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito, e é decisiva a participação dos bancos regionais.

Foi igualmente desenvolvido o PRONAF Pesca, voltado à pequena aqüicultura, piscicultura e atividade de pesca artesanal. O PRONAF Pesca, a rigor, é criado como um ramo do PRONAF, que, há alguns anos, vem dando crédito subsidiado para a agricultura familiar, promovendo a produção local, a segurança alimentar e a inclusão social.

Nos planos da SEAP está sempre presente a preocupação e o cuidado com as fases do beneficiamento e da comercialização, de grande importância na cadeia setorial. A infra-estrutura de apoio, com a instalação de terminais pesqueiros, bem como o fortalecimento e correta operação de entrepostos vêm sendo objeto de intensa atenção da SEAP, incluindo-se nesses planos a obtenção de financiamento do Banco Mundial.

Outra frente aberta pela SEAP em 2003 foi a de aperfeiçoamento do conjunto de normas legais que afetam a pesca. Isto é, trabalha-se intensamente no marco regulatório setorial, tendo-se como meta geral um objetivo bem claro: pescar mais, com maior controle público e em bases de sustentabilidade. Estão sendo objeto de articulação temas tais como o Registro Geral da Pesca e a democratização do acesso às águas da União para a prática da piscicultura e aqüicultura. O efeito final desses esforços será um melhor ordenamento legal do setor de pesca.

Atuou, ainda, a SEAP, nos temas da pesquisa para apoio à pesca, firmando convênio, nesse sentido, com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Serão enfocados, por meio desses convênios, principalmente, as alternativas para o desenvolvimento da aqüicultura no semi-árido e o cultivo de espécies nativas.

Destacam-se, também, na agenda da SEAP, programas sociais como o seguro-desemprego para o pescador artesanal, a introdução do pescado na merenda escolar em regiões carentes do semi-árido e a alfabetização de pescadores.

Finalmente, sem esgotar a ampla gama de atividades da SEAP em 2003, cabe destacar a articulação de cursos de capacitação profissional de pescadores, de modo que possam eles adequar-se ao salto tecnológico que se prepara para muitas atividades do setor pesqueiro brasileiro.

Sr. Presidente, creio que foi muito feliz a iniciativa do Governo Lula de criar uma Secretaria de Pesca. Esse novo órgão, sob o comando do Ministro José Fritsch, vem atuando com grande dinamismo, abrindo promissores horizontes para a pesca no Brasil, com todas as implicações positivas que isto encerra no que diz respeito ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comunico à Casa que, a pedido do Senador Paulo Paim, Presidente em exercício, ao Sr. Juiz de Rondônia, a Secretaria da Mesa recebeu comunicação, informando que S. Ex^a já encaminhou a documentação solicitada, original, via Sedex.

Esperamos que até amanhã pela manhã chegue, pois o prazo estipulado pelo Correio é de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 136, de 2003, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.*

Relator revisor: Senador **Fernando Bezerra**

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 137, de 2003, que *autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Álvaro Dias**

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 138, DE 2003

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 138, de 2003, que *altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.*

Relator revisor: Senador **Cristovam Buarque**

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 24, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 57, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos Municípios a instituições financeiras e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.930 e 1931, de 2003, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, com as Emendas nºs 3 e 4-CAE, que apresenta.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 25, de 2004 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2004 (nº 7.493/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *cria e transforma cargos e funções nos Quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.*

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 859, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2003 (nº 732/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita, entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 11, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 891, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2003 (nº 1.695/2002, na Câ-

mara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico, celebrado em Wellington, em 3 de outubro de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 12, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevideu, em 19 de junho de 2001.*

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 895, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a*

República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

– 11 –

MENSAGEM Nº 18, DE 2004

Votação, em turno único, da Mensagem nº 18, de 2004 (nº 20/2004, na origem), de 20 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 1995 (nº 111/95, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR MARCO MACIEL, NA SESSÃO
DO SENADO FEDERAL DO DIA 19 DE
JANEIRO DE 2004, QUE ORA SE
PUBLICA POR HAVER SIDO RETIRADO
PARA REVISÃO PELO ORADOR.**

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação . Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, o século XX, disse o historiador Eric Hobsbawm, foi o breve século. Segundo o historiador britânico, teria o século começado na segunda década do século XX e se encerrado com a queda do Muro da Berlim, em 1989.

Nesse período do chamado breve século, a humanidade conheceu duas grandes guerras mundiais, a revolução russa, o comunismo, o fascismo, o totalitarismo, a guerra fria, sem contar os conflitos localizados. Por isso, também disse outro ilustre historiador que foi um século violento, talvez o mais violento da nossa história.

Norberto Bobbio viveu justamente nesse período. Sua vida perpassou todo o século XX: nasceu em 1909 e faleceu em 2004. Talvez por conta disso ele tenha conseguido, mercê dos seus grandes dotes intelectuais, deixar-nos lições muito importantes em variados campos da atividade humana: como filósofo, jurista, cientista político, sociólogo, notável pensador

e, sobretudo, formulador. Apesar de ter deixado excelentes lições no campo da política, Norberto Bobbio nunca ocupou cargo eletivo. Foi professor emérito, inclusive da universidade de Turim, uma das mais antigas da Europa, jornalista, em tempos difíceis do fascismo, e também Senador vitalício. Como todos nós sabemos, na Itália existe a instituição do Senador vitalício. O alçado a essa função pode exercer o mandato de Senador por toda a vida, embora sem o direito de voto.

Norberto Bobbio, pelos seus méritos intelectuais e sua conduta digna e proba, mereceu o reconhecimento do Presidente da Itália, que indicou seu nome para Senador vitalício, função que exerceu de 1994 até a morte, em 2004.

Como intelectual, jornalista, escritor, formulador, filósofo, Bobbio ofereceu lições muito importantes, que certamente farão com que continue por muito tempo a influir nos destinos da História.

Escreveu cerca de duzentos livros. Eu destacaria alguns traduzidos para o português – publicados por editoras do Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília: **Política e Cultura; Locke e o Direito Natural; Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant; Qual Socialismo?; O Problema da Guerra e as Vias da Paz; O Futuro da Democracia; Direita e Esquerda – Destra e Sinistra** na edição italiana –; **Os Intelectuais e o Poder; Teoria Geral da Política**; e, finalmente, um livro extremamente interessante, o último que tive a oportunidade de ler, chamado **Elogio da Serenidade**.

Bobbio é também autor do mais famoso dicionário de política, que concebeu em companhia de dois outros grandes pensadores italianos, Gianfranco Pasquino e Nicola Matteucci. O **Dicionário de Política**, que a editora da Universidade de Brasília traduziu para o português – creio que no Brasil está na segunda edição –, talvez seja a mais abrangente obra de Bobbio, a qual não é exclusivamente dele, pois, como disse, além de Gianfranco Pasquino e Nicola Matteucci, para ela contribuíram muitos outros colaboradores, italianos e não italianos, que ajudaram a escrever muitos dos verbetes constantes dessa obra-prima, se assim posso dizer, posto que trata de questões relativas ao Direito, à Sociologia, à Filosofia, deixando muitos ensinamentos úteis a todos os que desejam melhor compreender essa estranha máquina que é o mundo.

Entre as várias obras de Bobbio, desejo destacar apenas uma, para não me alongar em minhas considerações. Trata-se de uma obra cujo original se intitula **De Senectute**, “da velhice”, para usar a ex-

pressão vernácula. Esse é também o título de uma obra de Cícero, pensador romano. Quando escreveu a sua obra **De Senectute** Cícero tinha, se não me engano 62 anos, aos 44 anos antes do nascimento de Cristo.

Bobbio nos trouxe a sua obra **De Senectute** quando contava com 86 anos. É lógico que entre a obra de Cícero e a de Bobbio, outros escreveram sobre a velhice, entre as quais gostaria de citar a escritora francesa Simone de Beauvoir, que tem um livro chamado **Da Velhice**, o qual cuida das questões relativas aos idosos.

Vou deter-me, pois, mais especificamente em alguns pontos da obra intitulada **De Senectute**, no Brasil traduzida por **O Tempo da Memória**, e que tem notável apresentação do ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Vale a pena ler essa obra pelas considerações que o autor nela faz, mas pela excelente apresentação do Ministro Lafer, amigo de Bobbio.

Não vou comentar todo esse livro, mas alguns pontos que considero nucleares. Diz Bobbio a respeito de democracia e direitos do homem:

Direitos do homem, democracia e paz são, portanto, três momentos necessários do mesmo processo histórico: sem direitos do homem reconhecidos e garantidos não há democracia; sem democracia não há condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos sociais. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos. Os súditos passam a ser cidadãos quando seus direitos fundamentais são reconhecidos. Só haverá paz estável, uma paz que não tenha por alternativa a guerra, quando houver cidadãos não apenas neste ou naquele Estado, mas no mundo organizado em um sistema jurídico democrático.

Ele, que esteve encarcerado durante o fascismo, que conheceu a prisão várias vezes, sabe a significação e a transcendência dos direitos do homem para que tenhamos uma sociedade verdadeiramente democrática.

Sobre direito e poder, diz Norberto Bobbio:

Direito e poder são duas faces da mesma moeda. Uma sociedade bem organizada precisa das duas. Nos lugares onde o Direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar na anarquia; onde o poder não é controlado, corre o risco oposto, do

despotismo. O modelo ideal do encontro entre o direito e o poder é o Estado democrático de direito, isto é, o Estado no qual, através de leis fundamentais, não há poder, do mais alto ao mais baixo, que não esteja submetido a normas, que não seja regulado pelo direito, e no qual, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema de normas derive, em última instância, do consenso ativo dos cidadãos.

Faz Bobbio alusão a Hans Kelsen, famoso jurista austríaco que morreu nos Estados Unidos e que deixou uma obra sobre democracia, intitulada **Democracia, sua Natureza e seu Valor**:

Para Hans Kelsen, apenas o poder legítimo é efetivo, para Weber, o poder é legítimo quando é também efetivo. Poder e legitimidade completam-se. O poder torna-se legítimo por meio do direito, enquanto o direito se torna efetivo através do poder. Quando um e outro se separam, encontramos-nos diante de dois extremos, dos quais qualquer convivência organizada deve se afastar do direito impotente e do direito arbitrário.

Não me vou alongar, Sr. Presidente, mas gostaria de lembrar que Bobbio se preocupou também com temas atuais, inclusive os relativos à bioética.

Na referida obra, **O Tempo da Memória**, no capítulo *Escritos Autobiográficos*, ele lembra:

Outro tema sobre o qual me debrucei é o da historicidade dos direitos do homem, que não foram concedidos de uma vez por todas, todos de uma vez. Depois da afirmação dos direitos de liberdade, dos direitos políticos e dos direitos sociais, hoje avançamos numa “nova geração” de direitos, que se afirmam diante das ameaças à vida, à liberdade e à segurança, que provêm do crescimento cada vez mais rápido, irreversível e incontrolável, do processo técnico. Refiro-me em particular ao direito à integridade do próprio patrimônio genético, que vai muito além do tradicional direito à integridade física.

Bobbio, ao contrário do que se supõe, foi um homem que teve a vida marcada por grande preocupação no tocante à moderação.

Sou moderado – afirma – porque sou um convicto seguidor da máxima in medio

stat virtus (no meio está a virtude). Com isso não quero dizer que os extremistas estejam sempre errados. Não quero dizê-lo porque afirmar que os moderados têm sempre razão e os extremistas estão sempre errados equivaleria a raciocinar como um extremista. Um empirista deve-se limitar a dizer “em geral”. A experiência ensinou-me que “em geral”, na maioria dos acontecimentos da vida pública e privada, as soluções, se não as melhores, as menos ruins, são aquelas propostas por quem foge das escolhas demasiado nítidas, de um lado ou de outro.

E acrescenta:

A democracia é o lugar onde os extremistas não prevalecem (e se prevalecem, a democracia acaba). Essa também é a razão pela qual as alas extremas, em alinhamento político pluralista, de esquerda ou direita, unem-se através do ódio à democracia, ainda que por razões opostas.

E, lapidariamente, ao final:

A quem um dia me perguntou com que trecho de meus escritos eu me definiria, aponte a conclusão do prefácio de *Italia Civile*: “Da observação da irreducibilidade das crenças extraí a maior lição de minha vida. Aprendi a respeitar as idéias alheias, a deter-me diante do segredo de cada consciência, a compreender antes de discutir, a discutir antes de condenar. E porque estou com disposição para as confissões, faço mais uma ainda, talvez supérflua: detesto os fanáticos com todas as minhas forças.

Além disso, Sr. Presidente, Bobbio deixou também lições muito interessantes sobre aquilo que hoje chamam de “terceira idade”, de “boa idade”, ou de “quarta idade”, pois agora já se fala na geração daqueles que ultrapassam os oitenta anos, como foi o caso dele. Ele começa citando um dos *Adagia* de Erasmo sobre a guerra: “*Quem louva a guerra não a teve diante dos olhos*”. Bobbio aplica o mesmo brocardo à velhice: “*Quem louva a velhice nunca a teve diante dos olhos*”. A partir daí, ele faz uma série de considerações sobre a velhice, chamando a atenção para o fato de que o tempo do velho não é mais o tempo do futuro, é o tempo do passado. E, a seguir, observa:

Há formas de lentidão impostas pelas circunstâncias: a hierática, do sacerdote na procissão; a majestática, do grande estadista em uma cerimônia pública; a fúnebre, dos que carregam o féretro e dos que o seguem. Toda solenidade requer tempos prolongados: o gesto comedido, o passo cadenciado, um avançar grave, um discorrer nem impetuoso, nem emocionado, interrompido por pausas calculadas, palavras ponderadas, em que uma não atropele a outra. A lentidão do velho, ao contrário, é penosa para ele e para os outros. Suscita mais pena que compaixão. O velho está naturalmente destinado a ficar para trás, enquanto os outros avançam. Ele pára. Senta-se em um banco. De vez em quando precisa descansar um pouco. Os que estavam atrás o alcançam, o ultrapassam. Ele gostaria de apressar o passo, mas não pode.

Então, diz ele:

Enquanto o ritmo da vida do velho fica cada vez mais lento, o tempo que tem pela frente fica dia a dia mais curto.

Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar uma observação de Bobbio sobre os conflitos entre o intelectual e a política:

Atribuí a mim mesmo, com ou sem razão, a função do intelectual mediador, coincidindo toda a minha vida com o “século breve”, perseguido por contrastes de uma violência inaudita. Dessa vocação para colocar-me “de um lado e de outro” derivaram meus “oxímoros”, que foram amigavelmente apontados como liberalismo e socialismo, iluminismo e pessimismo, tolerância e intransigência, e outros mais. Meus textos sobre o tema foram reunidos em um volume intitulado *Il dubbio e la scelta* (A dúvida e a escolha), que espelha o conflito que sempre vivenciei em um estado de perene “consciência infeliz”, entre o político, obrigado a tomar decisões e que para decidir deve fazer escolhas, e o intelectual, que pode se dar ao luxo de analisar pacatamente os prós e os contras de um problema e terminar sua análise com um ponto de interrogação.

Eu gostaria ainda de fazer uma citação extraída de outro livro de Norberto Bobbio, *O Elogio da Sereni-*

dade. Nesse livro, ele fala um pouco de sua vida, sobretudo de seus últimos momentos, revelando-se um homem sem nenhuma convicção religiosa:

Sempre tive grande respeito pelos que crêem, mas não sou um homem de fé. A fé, quando não é um dom, é um hábito; quando não é nem um dom, nem um hábito, deriva de uma forte vontade de acreditar. Mas a vontade começa onde a razão termina: e eu, até agora, parei antes disso.

Também me é completamente estranha a fé na razão. Jamais tive a tentação de substituir o Deus dos que crêem pela Deusa da Razão. Para mim, nossa razão não é um facho de luz, mas apenas um pequeno lume.

E continua:

Só o que não teve um princípio não tem um fim. Mas o que não tem princípio nem fim é o eterno.

Com isso, Sr. Presidente, presumo que Bobbio abriu uma janela para acreditar no eterno. Sabemos que o eterno entrou no tempo, assumiu nossa condição temporal, direcionando-nos para a eternidade. Por isso, é bom lembrar que à cidadania terrestre se segue a cidadania celeste, pois, para nós, católicos, como é o meu caso, a vida não é tirada, mas transformada. Embora não fosse homem de fé, admitiu o eterno o nosso Norberto Bobbio. Por isso mesmo, tenho certeza de que ele repousa no reino dos justos.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a transcrição de dois textos que os considero importantes, para complementar minhas palavras. A apresentação feita pelo Ministro Celso Lafer da obra *O Tempo da Memória* e a entrevista dada por Norberto Bobbio, se não estou equivocado, em 1993, ao Ministro Bresser Pereira, na Folha de S. Paulo, falando sobre questões políticas dos nossos tempos, inclusive sobre dissídios que marcaram o fim do século XX e continuam a marcar a nova centúria.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210,
inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Norberto
BOBBIO

O TEMPO DA MEMÓRIA

DE SENECTUTE
e outros escritos autobiográficos

Diretor Editorial
Claudio M. Rothmüller

Tradução
Daniela Versiani



Preencha a ficha de cadastro no final deste livro
e receba gratuitamente o informativo da Campus

9	Direito e Poder	154
10	Um Balanço	162

Apêndice Organizado por Pietro Polito

Notas aos Textos	177
Notas Biográficas	184
Índice Onomástico	201

Prefácio à Edição Brasileira

A Autoridade de Norberto Bobbio

"What ultimately stills the fear of death is not hope or desire but remembrance and gratitude."
Hannah Arendt

I

Bobbio, como ele mesmo observou, tem o gosto e o instinto das combinações. Em sua *ars combinatoria* vale-se constantemente das dicotomias, utilizando-as como instrumento metodológico para distinguir e diferenciar, e deste modo clarificar, uma realidade percebida como complexa e concebida como pluralista. O tempo da memória: *De Senectute e outros escritos autobiográficos*, seu último livro, insere-se nessa tendência recorrente, caracterizadora de sua trajetória intelectual. Pode assim ser dividido em duas partes, distintas mas complementares, implantadas em um contínuo: o de sua vida.

A primeira parte é a grande reflexão sobre o significado da velhice no mundo contemporâneo, em especial a dos *três âgês*, os da "quarta idade", vale dizer os que estão, como Bobbio, com mais de 80 anos e se multiplicaram graças aos progressos da medicina e da saúde pública. Estes se tornaram novo tema — social e psicológico — pois não só aumentou o número de velhos nas sociedades quanto o número de anos que as pessoas, em sua individualidade, vivem como velhos.

Essa reflexão tem como pano de fundo, como é usual na sua obra, uma prévia indagação sobre a pertinência da “lição dos clássicos”. Bobbio registra que os clássicos — regra geral — escreveram sobre a velhice aos 60 anos — como é o caso de Cícero — com o objetivo de dramatizar a morte e fazer a apologia da sabedoria da idade. Trata-se de uma lição inequivocamente precária para os dias de hoje, em que o conhecimento se desatualiza e se desgasta rapidamente. Por isso somos numa época de “tantos mestres e nenhum mestre”. Daí a necessidade de repensar o tema, o que ele faz na primeira parte do livro.

A segunda parte é um conjunto de ensaios, redigidos entre 1979 e 1996, que também, como é característico de sua obra, resultam do método de aproximações sucessivas. São várias tentativas de balanço e avaliação de sua vida. Esta é basicamente a de um professor universitário, com uma vida privada serena, que por isso mesmo não manteve um diário íntimo, mas tem uma bibliografia. A bibliografia de Bobbio é expressiva e enormemente representativa de um intelectual inquieto, voltado para a análise e a reflexão, de grande curiosidade e múltiplos temas, que buscou com rigor conhecer as coisas e compreender o mundo — o mundo do século XX que viveu duas guerras mundiais, a revolução russa, o comunismo, o fascismo, o nazismo, Auschwitz, Hiroshima, o equilíbrio do terror das armas nucleares, o fim da guerra fria e a desagregação da URSS, o terrorismo internacional, para enumerar alguns dos eventos dramáticos do tempo histórico de Bobbio.

Sua atitude diante deste mundo é a de um “iluminista-pessimista” que confia no papel da razão esclarecida nos interstícios de uma realidade factual repleta de horrores.

Esse papel pode e tem sido exercido por ele, kantianamente, através do uso público da própria razão, por meio do diálogo com os conceitos e os homens. Um diálogo

norteado pelas virtudes laicas da dúvida metódica, da moderação, da tolerância e do respeito pelas idéias dos outros, e conduzido pelas armas da crítica, mas sem os ímpetos desqualificadores de um cruzado-missionário. É assim que se contribui, no entender de Bobbio, para a verificação de quais são os caminhos sem saída do labirinto — uma de suas metáforas prediletas — da vida e da convivência coletiva. Esses são assuntos que ele analisou em profundidade, cultivando, como professor de filosofia do direito e filosofia política, os estudos jurídicos e políticos, e valendo-se continuamente destes dois pontos de vista — o do direito e o do poder — que são tão relevantes para o entendimento dos complicados problemas do convívio humano.

Qual é a relação entre as duas partes do livro, que acabo de indicar? Na primeira, Bobbio diz que a velhice não é uma cisão em relação à vida precedente. É uma continuação da adolescência, da juventude, da maturidade que podem ter sido vividas de diversas maneiras. Por exemplo, como uma montanha a ser escalada, como um rio em que se está imerso, como uma selva em que se está perdido. Diz ele também, na segunda parte, que sua vida, com seus eventos próprios, e sua obra se interpenetram e se iluminam. Assim parece-me metodologicamente que, para entender o alcance e o significado de sua reflexão sobre a velhice, deve-se começar pelo exame da avaliação que faz sobre o próprio percurso de vida. Nesse contexto, e considerando que nele a produção intelectual é não só diário, mas também o que há de mais relevante em sua biografia, vale a pena sublinhar que ele registra, percorrendo o índice analítico da primeira edição da *Bibliografia de seus escritos*, que o tema mais versado é o da relação entre política e cultura, com destaque para as várias atitudes do intelectual diante do poder.

É nesse âmbito que quero, inicialmente, discutir *De Senectute*. Adianto que a pergunta instigadora que me move

ness proveniente de um agir conjunto no espaço público criado por parceiros na ação e ensejador da experiência da liberdade como participação.

A experiência de *vita activa* foi para Bobbio e seus companheiros tão relevante, que a organização política, ainda clandestina, à qual aderiu em 1942, denominava-se, significativamente, Partido da Ação. Era um partido de intelectuais, sem maior enraizamento na sociedade civil, inspirado no socialismo liberal — entre outros de Carlo Rosselli — que via na guerra de libertação não uma guerra de classes mas a antecipação de uma revolução democrática. Na Resistência, os intelectuais do Partido da Ação combateram lado a lado com os comunistas, neles reconhecendo, independentemente das divergências, uma grande força ideal. Pelo Partido da Ação, que teve curta duração na cena política, Bobbio concorreu sem sucesso às eleições para a Assembléia Constituinte italiana de 1946, não tendo posteriormente nem vontade nem encorajamento para buscar outra oportunidade de ser um ator político militante.

É certo que muito mais tarde passou a ter alguma atuação legislativa, quando se tornou, em 1984, já sendo um homem de idade, *senatore a vita*. Foi nomeado pelo então presidente Pertini, nos termos do artigo 59 da Constituição italiana, “por altíssimos méritos no campo social, científico, artístico e literário”. Esta nomeação foi portanto um reconhecimento de sua autoridade intelectual pelo sistema político italiano, cabendo observar que, no Senado, Bobbio se viu e se vê mais como espectador curioso do que como protagonista. Consequentemente, Bobbio foi construindo na sua vida a sua autoridade pública, não como ator político, mas essencialmente como intelectual, graças ao poder ideológico que se exerce sobre as mentes através da produção e da transmissão de idéias, pela palavra.

Assim, a sua autoridade pública é paradigma de um dos tipos ideais de relacionamento positivo entre o intelectual

xi

é a aspiração de desvendar como Bobbio foi se convertendo, no correr de sua vida, em um ponto de referência do debate público na Itália, mas também fora desse espaço geográfico-intelectual-político em que basicamente se moveu. Em síntese, a pergunta é: por que é ele uma autoridade cuja palavra, impregnada de uma *gravitas* própria, é lida e ouvida com prioridade em relação à dos demais integrantes da frugal *res publica* da consciência. Palavra caracterizada por um impacto em relação aos seus destinatários, que se é menos do que um comando, é mais do que um conselho — para valer-me da qualificação do grande romanista Mommsen, citado por Hannah Arendt, no ensaio “O que é autoridade?”, que integra *Between past and future*. É claro que ao referir-me a essa passagem de Mommsen, estou pensando no importante estudo de Bobbio sobre a diferença dicotômica entre comandos e conselhos no qual, todavia, ele não trata deste *tertius* situado entre ambos.¹

II

Bobbio, que não se considera um homem de ação mas de contemplação, registra como de decisiva importância em sua vida a resistência e os meses da guerra de libertação da Itália do fascismo e da ocupação nazista, de que participou ativamente. É um tempo existencial, configurador de um “antes” e um “depois”. Valendo-me de observações de Hannah Arendt² eu diria que esse breve tempo de *vita activa* foi para ele, como para tantos intelectuais que participaram na Europa da resistência à opressão, uma oportunidade para encontrar-se e transcender a opacidade da vida privada dos anos de chumbo do fascismo. Representou a *public happy-*

¹ cf. Norberto Bobbio, *Studi per una teoria generale del Diritto*, Torino, Giappichelli, 1970, pp. 49-78.

² cf. *Between past and future*, new and enlarged edition, New York, Viking Press, 1968, p. 4-5.

x

do latim, do verbo *augere*, aumentar, e a *auctoritas*, que em Roma, institucionalmente, residia no Senado, derivava de uma responsabilidade em zelar por aquilo que podia ser acrescentado à tradição histórica da Roma.⁵ Bobbio, no meu entender, acrescentou à tradição liberal algo significativo que o diferencia de Croce e Einaudi. Esse *algo*, que é um ingrediente importante na construção de sua autoridade, expressa-se na postura de suas obras de cultura militante, como ele as qualifica e radica na experiência breve mas decisiva de *vita activa*.

Aliás, ele próprio reconhece que os artigos, recentemente coligidos e republicados, que escreveu para imprensa em 1945-1946, depois da queda do fascismo, no calor da hora de sua militância no Partido da Ação, tratam de maneira incipiente, mas de forma convergente, dos temas de cultura militante, que depois veio a examinar e desenvolver maduramente.⁶

Explico-me, a respeito desse *algo* que Bobbio acrescentou a Croce e Einaudi, com uma consideração preliminar sobre a tradição liberal. Esta, ao contrário da socialista, na qual o poderoso legado de Marx abafou outros pontos de referência, é pluralista. É pluralista nas suas origens, nos seus clássicos e mantém-se nesses moldes nos seus desdobramentos. Assim, por exemplo, Kant e Adam Smith, Humboldt e Tocqueville, Benjamin Constant e John Stuart Mill, Raymond Aron e John Rawls, Popper e Isaiah Berlin, se têm afinidades que permitem integrá-los na doutrina liberal, caracterizam-se também por diferenças muito apreciáveis. É por esse motivo que convém falar em liberalismos, no plural, e não em liberalismo, no singular, no trato de uma doutrina que contém tanto vertentes de vocação conservadora quanto vertentes de índole inovadora. Bobbio é um expoente da vertente inovadora de esquerda pois, para

⁵ cf. Hannah Arendt, *Between past and future*, cit. pp.120-128.

⁶ cf. Norberto Bobbio, *Tra due repubbliche*, Roma, Donzelli, 1996.

e o político: o que não visa a exercer o poder, porque este corrompe a liberdade do juízo da razão, mas que faz uso público da razão, convencido de que este uso serve para bem iluminar os assuntos de governo, consoante a lição de Kant no fecho do segundo suplemento do *Projeto de Paz Perpétua*.³

Nesse magistério intelectual, cuja força expressiva não é política, Bobbio teve, na Itália, dois eminentíssimos antecessores, que viveram longos e laboriosos anos e foram os mestres de sua geração: o filósofo Benedetto Croce (1866-1952) e o economista Luigi Einaudi (1874-1961). Croce e Einaudi exprimem vertentes distintas do pluralismo que caracteriza a doutrina liberal. O primeiro emblematiza o liberalismo político; o segundo, a relação entre liberalismo econômico e político. Sobre este tema — liberalismo na Política, liberalismo na economia — debateram durante o regime fascista, ao qual resistiram e contra o qual combateram, mantendo viva e com dignidade as múltiplas dimensões da cultura liberal.⁴

No plano da presença política, Bobbio se diferencia de Einaudi e Croce, porque estes, sem prejuízo do fundamental que foi o magistério de influência que os caracterizou, tiveram mais ação política direta. Einaudi, no pós-guerra, foi o primeiro Presidente da República parlamentarista italiana. Croce foi chefe do partido Liberal, ministro, ainda que por breves períodos, e senador. No plano das idéias, são muito expressivos os pontos que separam Bobbio de ambos, não cabendo aqui apontá-los. O que os une é a filiação comum ao campo liberal.

O que se pode dizer dessa filiação, do ponto de vista da construção da autoridade pública de Bobbio? Autoridade, etimologicamente, como lembra Hannah Arendt, provém

³ cf. Norberto Bobbio, *Il dubbio e la scelta*, Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1993, pp. 12-13, 151-152.

⁴ cf. *Il dubbio e la scelta*, cit., p. 107.

III

Quais são os temas, os problemas e o sentido de oportunidade histórica desvendados por Bobbio na condução desse diálogo?

Na primeira metade dos anos 50 (1951-1955), seu diálogo foi com os comunistas italianos, que detinham expressiva hegemonia cultural no campo da esquerda. Teve como cerne a defesa dos direitos humanos, em especial os direitos de liberdade, derivados do legado do liberalismo. O objetivo foi realçar que esses direitos não eram uma conquista da burguesia, mas sim um valor de alcance universal, a ser reconhecido e preservado, como requisito de salvação da própria revolução russa e da persistência do legado axiológico do socialismo. Os textos básicos dessa discussão foram reunidos no livro de 1955, *Política e cultura*. Cabe observar que dessa polémica participou o próprio Togliatti, indicando, diga-se de passagem, a maior abertura do Partido Comunista Italiano ao debate — quando comparado com os seus congêneres europeus e extra-europeus. Este dado explica, posteriormente, as teses do eurocomunismo de Berlinguer, sucessor de Togliatti na chefia do PCI, e mais recentemente a reconversão do PCI em um partido com características social-democráticas. (Sobre esse processo e como o partido comunista foi formado se tornou na Itália o primeiro partido de esquerda, desalojando os socialistas do cenário político, ver o recém-publicado Norberto Bobbio, *Verso la seconda repubblica*, Torino, La Stampa, 1997, introdução e Parte I — Sulla crisi della sinistra.)

A incursão seguinte de Bobbio, no âmbito da cultura militante, só ocorreu muito mais tarde, na década de 70. Teve como estímulo básico a rebelião estudantil de 1968 que varreu o mundo, e ele a viveu como professor. A rebelião estudantil questionou a legitimidade do “reformismo democrático”, ao exprimir-se em tonalidades estridentes de leninismo e maoísmo, na “utopia do homem novo” e tam-

xv

ele, na sua elaboração neo-contratualista e republicana, liberalismo quer dizer mais liberdade e menos privilégios.⁷

Pluralismo e reconhecimento do valor e importância da diversidade, que caracterizam a doutrina liberal, não significam relativismo axiológico. Na abertura do *De Senectute*, Bobbio observa, neste sentido, reiterando a defesa do Partido da Ação, acusado no correr dos tempos de ter sido excessivamente condescendente em relação aos comunistas e excessivamente severo em relação aos fascistas: não existe, nem deve ou pode existir, equidistância ou equivalência entre fascismo e antifascismo. O fascismo opõe-se frontalmente ao valor liberdade que nas suas múltiplas dimensões é o cerne da doutrina liberal. Além do mais, ainda que menos feroz do que o nazismo, foi a primeira ditadura imposta no coração da Europa depois da Primeira Guerra Mundial e é responsável, ainda que subordinado ao seu poderoso comparsa do Eixo, pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial. Era, portanto, o inimigo, ao contrário dos comunistas que eram adversários. Daí a postura de Bobbio, no âmbito de seus ensaios de cultura militante, do *diálogo com e não da pregação contra a esquerda*, em cujo campo sempre explicitamente se situou, em função da experiência decisiva da resistência à opressão da direita.

Na escolha dos temas desse diálogo com a esquerda, conduzido pelas virtudes laicas anteriormente mencionadas, Bobbio revelou uma aguda percepção dos problemas concretos suscitados pela experiência da política do segundo pós-guerra e associou, de maneira muito própria, senso histórico e inspiração analítica. É a fecundidade e a oportunidade desse diálogo o *algo* que ele agregou à tradição liberal de Croce e Einaudi, seus antecessores italianos no magistério de influência.

⁷ cf. Norberto Bobbio, *Liberalismo e Democracia*, São Paulo, Brasiliense, 1988, *Il futuro della democrazia*, 2a.ed., Torino, Einaudi, 1991, pp.115-140.

bém, no limite, na violência imprevisível e descontínua da crítica por meio das armas — o que na Itália inseriu-se no contexto político do terrorismo das brigadas vermelhas. A rebelião estudantil e seus prolongamentos políticos exigiram de Bobbio uma nova reflexão sobre o marxismo, a revolução e a democracia.

Essa reflexão desdobrou-se, nos anos 70, no diálogo travado com os socialistas, os comunistas, os social-democratas e a própria esquerda extra-parlamentar, radical e extrema. Desse diálogo resultou, em 1976, o livro *Quale socialismo?* no qual Bobbio realçou a inadequação do marxismo para lidar com uma questão básica da convivência coletiva, que é a das instituições indispensáveis para o bom governo, tema ao qual sempre dispensou atenção recorrente como estudioso de filosofia do direito e de filosofia política.

O ano de 1976 assinala também o início da colaboração regular de Bobbio no jornal *La Stampa*. A consequência foi a sua inserção mais constante no debate público, como “observador participante”, tendo como lastro para a ampliação da sua autoridade a pertinência histórica do diálogo com a esquerda, anteriormente travado.

São muitas as facetas dessa atuação no campo da cultura militante voltadas, preponderantemente, para pensar os acontecimentos, à luz da teoria política e da sua capacidade de esclarecer assuntos tão variados como o mercado político, o governo dos honestos, a relação entre a praça e o palácio, a virtude dos fracos, o direito à fuga, o lucro e o poder, para mencionar alguns artigos recolhidos em *L'Utopia Capovolta* (1a. ed., 1990). No seu pluralismo, esses textos têm, no entanto, um fio condutor que cabe explicitar: a convicção de que no labirinto da convivência coletiva o único salto qualitativo, possível, mas não necessário, é a passagem do reino da violência para o da não violência.⁸

⁸ Cf. Norberto Bobbio, *La ideologia e il potere in crisi*, Firenze, Le Monnier, 1981, p. 94.

Dai, no plano teórico, a defesa da democracia e de suas regras de jogo que se baseiam na ideia de que é melhor “contar cabeças do que cortar cabeças”, consoante a rigorosa elaboração contida nos ensaios de *Il futuro della democrazia* (1a. ed., 1984). Dai, igualmente, no plano internacional, a preocupação com a construção da paz diante do risco onipresente e crescente da violência da guerra devido à destrutividade técnica das armas modernas. Para Bobbio, ela é a expressão, por excelência, do mal ativo, associado à prepotência do poder, e do mal passivo, emblematizados nas vítimas que sofrem uma pena sem culpa. Essa preocupação se exprimiu nos ensaios teóricos de *Il problema della guerra e la via della pace* (1a. ed., 1974) e se desdobrou nos textos militantes de um pacifismo ativo recolhidos em *Il terzo assente* (1989), assim como nas considerações polémicas sobre a guerra do golfo, recolhidas em *Una guerra giusta?* (1991) — parte das quais comentei na época, defendendo a posição de Bobbio, em artigos publicados na *Folha de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*.

Democracia e paz se complementam, nesse mapa das preocupações teóricas de Bobbio — com sua repercussão nos textos de cultura militante —, por meio da defesa dos direitos humanos. Estes, tendo como base o lastro axiológico da Revolução Francesa e da americana, representam, historicamente, a passagem do dever dos súditos para o direito dos cidadãos no plano da organização política da sociedade. São, consequentemente, a forma de consagrar institucionalmente a perspectiva democrática *ex parte populi*, diante da ameaça permanente do arbítrio dos governantes.⁹ Democracia, paz e direitos humanos, em suas interconexões, constituem assim a meta ideal de convergência, na reflexão de Bobbio, da filosofia do direito e da filosofia política. São estes, com efeito, os seus campos acadêmicos

⁹ Cf. *L'età dei diritti*, 1a. ed., Giulio Einaudi Editore 1993.

blinhar a permanência dos problemas da desigualdade que o comunismo buscou sem sucesso equacionar, é o diálogo do socialista que propõe e situa de novo a atualidade da esquerda, diante do risco de uma hegemonia cultural da direita.

A matriz teórica da reflexão de Bobbio, que busquei indicar e se exprime no âmbito da cultura militante nos três livros de polémica política e também nas suas intervenções jornalísticas, é a chave para explicar a sua identidade política e como ela contribuiu para a construção da sua *auctoritas*. Explico-me: a identidade é um conjunto de predicados que responde à pergunta — quem sou? No plano político, como aponta Bovero, ela tem duas vertentes distintas, mas complementares: a identidade coletiva e a individual. A identidade coletiva se coloca pela afirmação da semelhança; a individual, pela especificidade da diferença.¹² Bobbio, no plano da identidade coletiva, situa-se no campo da esquerda, em sentido amplo, ao afirmar no correr de sua vida a solidariedade com uma concepção do bem comum. No plano da identidade individual, situa-se como um “socialista-liberal”, com as tensões próprias inerentes às dicotomias individualismo/coletivismo; liberdade/igualdade. As tensões da sua identidade individual o levaram, como liberal, a dialogar com a esquerda na afirmação da liberdade, da democracia, da paz e dos direitos humanos, quando isto se fazia historicamente indispensável. Inversamente, o colapso do comunismo e a crise do socialismo, assim como suas consequências no plano de organização da cultura política, levaram-no, como socialista, a afirmar a atualidade da dicotomia esquerda/direita.

A dicotomia “socialista-liberal” foi assim fecunda. Contribuiu, por obra de sua tensão dialética, para dar a Bobbio um olhar intelectual norteador de um útil reflexivo pros-

¹² cf. Michelangelo Bovero, “Identità individuali e collettive”, in *Ricerche politiche due* (a cura de Michelangelo Bovero), Milano, Il Saggiatore, 1993, pp. 33-34-41.

por excelência, e a sua convergência traduz a preocupação recorrente de lidar com as duas faces de uma mesma moeda, necessárias para a boa organização da sociedade: o direito e o poder, pois onde o direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar-se na anarquia, e onde o poder não é controlado pelo direito, a sociedade incorre no risco oposto de despotismo.¹⁰

A domesticação da violência a que aspira Bobbio é constitutivamente complexa, por obra do caráter problemático inerente à relação entre o mundo dos fatos e o mundo dos valores, ou seja, do dualismo que separa “ser” e “dever ser”. Como já ficou dito, Bobbio se interessa muito, analiticamente, por esse dualismo, também na condição existencial de “um iluminista-pessimista”. É isto que faz dele, ao mesmo tempo, um homem de ideais e um realista, muito ciente de que a vida moral e a vida de poder oferecem mais linhas paralelas do que convergentes.¹¹

Tomar conhecimento e analisar a realidade não o impedem de tomar posição diante da realidade, com agudo sentido histórico. No âmbito da cultura militante, a mais recente e consistente expressão disso é o seu terceiro livro de polémica política, *Destra e sinistra* (1a. ed. 1994), que resulta de uma reflexão sobre um evento matriz: a catástrofe do comunismo histórico, que vem a ser “L’utopia capovolta”, artigo de 9 de junho de 1989, que serviu de título ao livro de 1990 acima mencionado, coletânea de artigos publicados em *La Stampa*. O livro propõe o resgate, diante dos riscos ideológicos de sua diluição, nos anos 90, das razões e significados da distinção política entre esquerda e direita. Assim, se *Politica e cultura* e *Quale socialismo?* foram o diálogo de um liberal com a esquerda de cariz comunista e revolucionária, *Destra e sinistra*, ao su-

¹⁰ cf. igualmente Norberto Bobbio, *Diritto e Potere* — saggi su Kelsen, Napoli, Ed. Scientifica Italiana, 1992, p. 170.

¹¹ cf. *Elogio della miseria e altri scritti morali*, Milano, Linea d’Ombra, 1994.

elementos distintos, esclarecendo os conceitos com senso histórico, inspiração analítica e preocupação empírica. Nesse processo, ele se vale da clareza iluminada do seu inconfundível estilo, que como todo estilo, não é a forma que se adiciona à substância, mas sim, como apontou Proust, o da qualidade diferenciada de uma visão de mundo.

Qual é essa visão de mundo para retomar e aprofundar o que já foi dito? Ela é, ao mesmo tempo, a de um homem do Piemonte, com um sentido profundo da unidade cultural e política da Itália e a de um europeu, que pensa e pensou a Europa, não em termos de Leste/Oeste ou de fronteiras nacionais, mas de sua unidade histórico-cultural e de sua vocação de universalidade. Esta é, por exemplo, em *De Senectute*, a dicotomia da complementaridade existente entre os capítulos “Elogio do Piemonte” e “Política da Cultura”. Nessa visão de mundo se inclui, como permanentemente exercício de humildade, o ter presente a “lição dos clássicos” na sua análise seja dos temas recorrentes do seu percurso teórico — por exemplo estado/sociedade; formas de governo; mudanças políticas; direito e poder etc. —, seja dos problemas da atualidade.

Entre os autores clássicos preferidos de Bobbio estão, no pluralismo de suas reflexões, cinco dos maiores filósofos da política da Idade Moderna: Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Hegel, o que indica a sua implantação na grande tradição cultural européia. Entre os seus cinco autores mais recentes, estão três italianos — Croce, Pareto e Cattaneo e mais Kelsen e Weber. Não há, como observa, maneira de racionalizar apropriadamente as relações de afinidades entre eles. Todos tiveram a sua parte no desenvolvimento do seu percurso intelectual. Assim, por exemplo, Cattaneo o liberou de abstrações filosóficas estéreis; Pareto o ajudou a compreender os limites da razão; Kelsen lhe deu acesso a um entendimento do direito como sistema dinâmico; Weber tem sido uma inspiração para repensar e reformular as

pectivo que o capacitou a enxergar contra a corrente e corretamente o que era historicamente relevante nas conjunturas. A pertinência desse olhar é o *algo* que acrescenta à tradição liberal, fazendo dele, por excelência, um sábio intelectual de *mediação*. O sucesso desta mediação não se explica, no entanto, apenas pelo olhar. Resulta de um método de análise, de discussão e de argumentação, que cabe indicar, nas suas linhas gerais. É o que farei a seguir.

IV

Ao tratar da relação entre os intelectuais e o poder, no conjunto de ensaios reunidos no livro significativamente intitulado *Il dubbio e la scelta*, Bobbio observa que a tarefa do intelectual é a de agitar idéias e suscitar problemas enquanto a do homem de ação é a de tomar decisões. Portanto, este escolhe (*gouverner c'est choisir*, dizia Mendès-France) e a escolha pode obrigá-lo, no limite, a cortar os nós górdios e correr o risco de optar por um caminho de futuro, graças ao querer da vontade. Já o intelectual pode se permitir a paciência existencial da dúvida metódica, com o objetivo de tentar, graças ao pensamento, desatar os nós inerentes à convivência coletiva.¹³

Bobbio, como homem de contemplação e não de ação, no uso público de sua razão, está voltado para desatar nós. Ele os desata pensando e olhando para os diversos lados de um problema, que é uma das características de sua postura de filósofo analítico. Metodologicamente, isso se traduz, como apontou em mais de uma ocasião Alfonso Ruiz-Miguel, no uso das dicotomias, que são o instrumento por meio do qual distingue, diferencia e ilumina uma realidade percebida por ele como ontologicamente complexa. O jogo dessas dicotomias, na sua *ars combinatoria*, é a maneira pela qual opera, como intelectual mediador, a relação entre dois

¹³ cf. *Il dubbio e la scelta*, cit. p. 62, 127.

principais categorias da política; Hobbes, além do método, é uma fonte inspiradora de três temas substantivos do seu pensamento político: o individualismo, o contratualismo e a construção da paz através da instituição de um poder comum.

A diversidade dos autores clássicos preferidos de Bobbio é reveladora do abrangente e complexo repertório de idéias a partir das quais opera o seu papel de intelectual mediador. Nesse papel ele não é um filósofo de sínteses impossíveis, mas um filósofo da análise e é precisamente no rigor heurístico das análises que reside a força e a originalidade do seu pensamento.

V

A força e a originalidade da reflexão de Bobbio se fizeram sentir além da Itália, com impacto no debate público de outros países. Não é o caso de discutir, neste prefácio, a irradiação mais ampla de seu pensamento e de sua palavra, mas creio que vale a pena indicar como se deu o processo de recepção de sua obra no Brasil.

Em nosso país, Bobbio começou a ser discutido nos anos 50, entre os juristas, graças ao interesse que neles despertou. Estes, com efeito, encontraram na sua visão de *filosofia do direito*, concebida *sub specie juris*, ou seja, como resposta aos problemas concretos colocados pela experiência jurídica, um indispensável ponto de referência. De fato, o rigor na análise da norma e do ordenamento jurídico e a sua posterior abertura para a problemática, não apenas da estrutura, mas também das funções do Direito no mundo contemporâneo, explicam como o instrumental teórico da sua obra foi sendo incorporado ao debate jurídico brasileiro.

A partir da década de 70 — que coincidem com a presença mais constante de Bobbio no debate público italiano —, a sua obra, tanto de cultura acadêmica quanto de cultura

militante, passou a interessar a um público mais abrangente. Em um primeiro momento, isso ocorreu no contexto do debate sobre a redemocratização do país e da luta pelo término do regime militar. Posteriormente, em função da contínua pertinência de sua reflexão para *itens* da agenda política brasileira, que vem coincidindo em boa parte com os temas recorrentes de sua reflexão. Entre eles menciono, reiterando em parte o que já foi dito, o papel do estado de direito; a interação entre sociedade e estado; a dicotomia ditadura/democracia; os meios de mudança política (*reforma/revolução*); a relação entre direito e poder; política e cultura; a autonomia da política (o assim chamado problema maquiavélico, da diferença entre ética e política); a autonomia do político (a autonomia do poder político e do ideológico em relação ao poder econômico, ou seja, por que o nexo entre estrutura social e a base econômica e a superestrutura política e cultural não corresponde ao que afirmava na sua linearidade o catecismo marxista); a transparência do poder e os segredos do estado etc.

O público no Brasil para a obra de Bobbio foi assim, a partir da década de 70, alargando-se dos juristas para setores mais amplos da sociedade. Em função de sua identidade política de “socialista liberal”, e precisamente por conta de seu papel de intelectual mediador incorporou (i) a esquerda intelectual não dogmática e de vocação democrática, que considerou fecunda a discussão de Bobbio a respeito das limitações da teoria marxista do Estado e do Direito para a construção da democracia no Brasil; e (ii) os liberais que, atentos à escala da desigualdade existente no país e ao desafio que isso representava e representa para o futuro brasileiro, encontraram no liberalismo socialista de Bobbio uma fonte de inspiração. Uma fonte de inspiração para, ao examinar os modos de organização da vida coletiva, afirmar não apenas o estado de direito, o respeito pelo indivíduo, o papel do mercado, como também o imperativo

da concomitante tutela da liberdade e da igualdade para a democratização das sociedades nas condições do mundo contemporâneo.

A consequência foi o sucesso editorial de Bobbio em nosso país a partir dos anos 80. Esse sucesso atesta a irradiação de sua obra que hoje está, em boa parte, traduzida e disponível em português para os seus múltiplos leitores. Além das razões já expostas sobre a constituição do seu público no Brasil, a recepção da obra de Bobbio foi favorecida, no plano mais amplo, pela presença da cultura italiana na vida brasileira.

Essa presença não se explica apenas em função da imigração e da proximidade da língua. Resulta de densidade própria indiscutível no âmbito da cultura ocidental, somada a uma aptidão para a abertura transcultural. Dessa abertura, tão necessária para uma sólida experiência intelectual, a variedade dos clássicos de Bobbio dá testemunho. Uma abertura desse tipo é relevante, como referencial, para um país com as características do nosso. Tem o mérito de ir além do ensinamento derivado da combinação entre vigor intelectual e poderio político que assinala, por comparação, a cultura anglo-americana e a francesa.

No campo jurídico, por esses motivos, a presença italiana sempre foi relevante na Faculdade de Direito da USP, para isso tendo contribuído o magistério de dois contemporâneos de Bobbio, Tullio Ascarelli e Enrico Tullio Liebman, que, forçados a sair da Itália de Mussolini pelas leis raciais, foram acolhidos na Faculdade e nela lecionaram durante e após a Segunda Guerra Mundial, até regressarem ao seu país de origem. Foi assim que nos anos 60, para dar um depoimento pessoal, como aluno de graduação, tomei conhecimento da obra de Bobbio nas aulas de filosofia do direito do professor Miguel Reale, que muito contribuiu para divulgá-la nos meios jurídicos brasileiros. Nesta linha registrei e discuti a dimensão jurídica da obra de Bobbio em minha tese de livre-docência de 1977, sobre o Convênio

Internacional do Café de 1976, centrada, teoricamente, no papel da reciprocidade na criação e aplicação de normas do Direito Internacional Econômico.

Nos anos 70, que coincidiram, como observei, com a publicação de *Quale socialismo?*, *dei-me conta da importância e pertinência da obra de Bobbio no campo da teoria política e noto, para continuar em um depoimento pessoal, que foi o professor Antonio Cândido que me deu de presente, assim que foi publicada, a edição de 1979 da Einaudi, admiravelmente prefaciada por Bobbio, do *Socialismo liberale*, de Carlo Rosselli.*

Esse novo contato com a vertente política da obra de Bobbio acentuou minha admiração pelo seu pensamento que oferecia resposta às minhas próprias inquietações intelectuais, voltadas para a mediação e a convergência entre a filosofia do direito e a filosofia política. Essa mediação e convergência foi o que explorei no meu primeiro texto sobre Bobbio: o prefácio de 1980 ao seu primeiro livro publicado no Brasil, *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*,¹⁴ também recolhido no meu livro *Ensaio sobre a liberdade*.¹⁵

No plano mais geral da opinião pública informada, o interesse pela obra de Bobbio entre nós teve um estímulo adicional por ocasião da viagem que fez ao Brasil em setembro de 1982. Foi quando tive a satisfação de conhecê-lo pessoalmente. Nessa oportunidade, Bobbio pronunciou duas conferências na Faculdade de Direito da USP, que tiveram ampla repercussão na imprensa, e participou de um encontro/seminário sobre a sua obra patrocinado pela Universidade de Brasília e organizado por Carlos Henrique Cardim. Para esse encontro/seminário, preparei um texto que era um estudo sobre a sua contribuição a outro campo

¹⁴ Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.

¹⁵ São Paulo, Perspectiva, 1980.

compagni,¹⁶ do potencial de “uma outra História” que só se fez presente em raros momentos, felizes porém breves, mas à qual ele é fiel, na condição existencial de “iluminista-pessimista”.

A importância que Bobbio atribui na sua bibliografia à memória dessa “outra história” é que me permite ir concluindo este prefácio, retomando as suas reflexões sobre a velhice, posto que nelas, coerentemente com a sua vida, realça, em outras circunstâncias, a importância do tempo da memória.

VI

“Quem louva a velhice não a viu de perto”, diz Bobbio parafraseando o dito popular baseado no adágio de Erasmo sobre a guerra. Com um saber de experiência, ele explica como em relação aos *très âgés* é ainda mais pertinente a máxima de La Rochefoucauld: “Notre arrivons tout nouveaux aux divers âges de la vie et nous y manquons souvent d’expérience malgré le nombre des années.”

Com efeito, a velhice, última fase da vida, exprime um ciclo que se avizinha do fim. Por isso, ela é também empregada metaforicamente para assinalar a decadência de uma civilização, de um povo, de uma raça, de uma cidade. Daí ser o termo “jovem”, usualmente, o pólo positivo da dicotomia velho/jovem.

Bobbio articula com a clareza habitual a decadência imposta pelos limites fisiológicos da velhice, contrastando a lentidão deliberada das solenidades — a do sacerdote na procissão, a dos grandes do Estado nas cerimônias públicas — com a lentidão não desejada do velho, no andar, no manejo dos instrumentos, no pensar. Esta lentidão é penosa para o velho e para os outros. Bobbio registra o drama

¹⁶ Firenze, Passigli Edit., 1984, p.8.

de minha permanente preocupação intelectual: o das relações internacionais. O texto, intitulado “O problema da guerra e os caminhos da paz na reflexão de Norberto Bobbio”, revisto e ampliado, é um dos ensaios do meu livro *O Brasil e a crise mundial*¹⁶ e foi igualmente publicado, em espanhol, no *liber amicorum*, organizado por Agustín Squella.¹⁷

O estímulo intelectual da obra de Bobbio, no meu caso reforçado pelas afinidades dos campos acadêmicos e dos posicionamentos políticos, teve como atração adicional os instigantes diálogos que mantivemos nas múltiplas visitas que lhe fiz em Turim, depois do nosso encontro em 1982 no Brasil. Daí o empenho em discutir e trabalhar pela divulgação do seu pensamento em nosso país. Foi assim que, dando sequência a esse empenho, aceitei com a maior satisfação o convite para elaborar este prefácio à edição brasileira de *O tempo da memória*.

Consequentemente, ele é também, para usar a classificação de Bobbio, um texto que se insere no gênero de testemunho. Na sua obra, são três os livros desse tipo: *Italia civile* — *ritratti e testimonianze* (1a. ed., 1964); *Maestri e compagni* (1984) e *L'Italia fedele* — *il mondo di Gobetti* (1986). E são estes os que gostaria que lhe sobrevivessem. Nesses estudos sobre intelectuais que, na mediação sempre dialética entre política e cultura, não incorreram na traição dos clérigos, para citar o livro de Julien Benda que tanto aprecia. De fato, eles afirmaram, corajosamente, em situações difíceis, a liberdade contra a tirania, a tolerância contra a violência e a opressão e a unidade dos homens acima das raças, das classes e das pátrias nas divisões que provocam a diferença entre eleitos e condenados. São representativos, portanto, como diz no prefácio a *Maestri e*

¹⁶ São Paulo, Perspectiva, 1984.

¹⁷ *Norberto Bobbio, Estudios en su homenaje*, Valparaíso, Universidad de Valparaíso, 1987.

da finitude com a limpidez da metáfora da escada: o velho percebe que vai descendo a escada da vida de degrau em degrau e, por pequeno que este seja, sabe não só que não há volta como também que o número de degraus que tem pela frente é sempre menor. Registra, igualmente, que a sabedoria convencional diria que, para um velho, o apropriado é conhecer e aceitar os limites resultantes do avizinhar-se do fim do ciclo da vida. Estes limites ele os conhece, mas tem dificuldades em aceitá-los. Admite-os, como um realista, porque não tem alternativas. Por outro lado, sua postura diante da hipótese de uma outra vida depois da morte e de suas eventuais recompensas permanece, coerentemente, a de um laico: assim como os crentes acreditam crer, ele crê não crer em um outro mundo, entre os muitos mundos possíveis e imaginados de formas distintas por Platão, por Epicuro, pelos judeus, pelos cristãos. Diante disso, na vida como na velhice, é a *memória* que ele recorre, como meio de sobreviver.

Hannah Arendt (1906-1975), a quem tenho evocado neste prefácio para refletir sobre o percurso de Bobbio, morreu com quase 70 anos, sem alcançar a etapa dos *três agês*. Como relata a sua biógrafa Elizabeth Young-Bruehl, ela pretendia escrever um “De Senectute” e dizia, em *The Life of the Mind* que, na perspectiva do querer, a velhice é carência de futuro pois, como aponta Bobbio, o muncão do velho é o do passado.¹⁹

A falta de futuro, imaginava Hannah Arendt, não precisa ser, necessariamente, uma causa de angústia. Pode abrir novas possibilidades para o pensar, na medida em que o “eu que pensa” extrai significado do passado, conferindo-lhe a forma de uma “estória” por meio da memória. Esta se converte assim na solidez da sede da alma, como dizia Santo

Agostinho, um dos “clássicos” de Hannah Arendt — “*sedis animi est in memoria*”.

O sopro do pensamento, como o do Espírito, não desaparece inapelavelmente quando se retém, como é o caso de Bobbio, a capacidade de um juízo reflexivo, apto a extrair um significado geral a partir do caso específico de uma situação. Este tipo de juízo é fundamental em uma época como a nossa, na qual a lição do labirinto evidencia como os “universais” são fugidios. É este juízo reflexivo que Bobbio também nos oferece, ao pensar sobre os *três agês*, operando como sempre faz uma nova mediação: o tempo da memória na busca do significado para lidar com a velhice e a vida.

No *De Senectute* de Bobbio, como dizia Catão, no *De Senectute* de Cícero, os resultados do pensamento, do carácter e do juízo não diminuíram mas aumentaram com a idade. Por isso ele é não só um grande intelectual e um grande homem, mas igualmente — e isto é sem dúvida existencialmente mais difícil — um “grande *vecchio*”, um mestre dotado de autoridade, cujo ensinamento suscita sempre a melhor admiração.

— *Cláudio Lafer*
Cretóbra, março de 1997.

¹⁹ cf. *Hannah Arendt - For Love of the World*, New Haven, Yale University Press, 1982, p. 457.

Bobbio defende compromisso entre liberalismo e socialismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira entrevistou Norberto Bobbio. **Folha de S. Paulo**, Mais!, 5-12-94 Também disponível em Adriano Schwartz, org. (2003) *Memórias do Presente*. São Paulo: Publifolhas: 222-232. Bresser-Pereira interviews Norberto Bobbio on social-liberalism, democracy, populism, and the idea of progress. The political philosopher speaks also about his intellectual formation and major influences. Quando, ainda nos anos 70, ouvi pela primeira vez falar de Norberto Bobbio, aprendi que o grande filósofo político italiano era um socialista democrático. Depois, lendo seus trabalhos, principalmente seu maravilhoso ensaio “O Modelo Jusnaturalista”, verifiquei que sua visão da política era liberal, marcada pelos grandes filósofos iluministas.

Os séculos 19 e 20 foram caracterizados pelo conflito histórico entre o liberalismo, que surge como uma ideologia burguesa no século anterior, e o socialismo, que afirma os direitos dos trabalhadores. No século 20 o socialismo é distorcido pelo estatismo burocrático. Não obstante, Bobbio, que se autodenomina um mediador, sempre norteou seu pensamento para a busca de uma síntese – ou de um compromisso, como ele prefere – entre as duas primeiras visões. Este compromisso é o liberalsocialismo ou o social-liberalismo, que, conforme ele nos dirá nesta entrevista, afinal não se distingue essencialmente da social-democracia, e se caracteriza pelo compromisso entre o liberalismo político e o socialismo econômico. Para Bobbio, o socialismo democrático do século 19 não era a antítese do liberalismo mas um desenvolvimento deste. O liberalismo garantia a propriedade e os direitos individuais à burguesia, o socialismo passava a garantir os direitos sociais e o sufrágio universal aos trabalhadores.

Este é o tema central da entrevista que realizei com Norberto Bobbio em outubro último, em seu apartamento em Turim. O filósofo, com seus 84 anos, está lúcido e bem de saúde. Como venho lendo muito Bobbio nos últimos anos, decidi proveitar a oportunidade de uma viagem mais longa à Europa para ir a Turim conhecer o notável pensador, e entrevistá-lo. Para isto vali-me de Celso Lafer, o introdutor de Bobbio no Brasil, e de seu amigo Michelungelo Bovero, discípulo de Bobbio que o sucedeu em sua cátedra de filosofia política na Faculdade de Direito da Universidade de Turim.

Nesta entrevista, procurei, inicialmente, conhecer as influências básicas que Bobbio sofreu na sua juventude, nos anos 20 e 30. Luigi Einaudi e Gaetano Salvemini são os filósofos liberais; Gramsci, o socialista; e Piero Gobetti e Carlo Rosselli, aqueles que já nos anos 20 estavam tentando algum tipo de síntese

entre as duas visões da política e do Estado. Na filosofia do direito, Kelsen foi sua maior influência. Bobbio aproveitou a oportunidade para também falar sobre sua atividade política, particularmente sua luta contra o fascismo e sua participação na Resistência, embora, como salientou, nunca tenha sido um político, mas um professor. O fato de ter-se tornado senador vitalício não mudou esta condição básica de sua vida.

O tema seguinte da entrevista foi a democracia moderna. O autor de “O Futuro da Democracia” reafirmou sua crença na democracia, não como uma forma ideal, mas como uma forma concreta de governo que se tornou vitoriosa neste século, ao mesmo tempo que um compromisso se estabelecia entre o liberalismo e o socialismo. As democracias modernas são formas de governos “mistos”. O primeiro grande governo misto, em que monarquia, aristocracia e democracia estavam presentes, foi o de Roma. As democracias atuais são geralmente parlamentaristas. Nelas há um presidente ou um rei representando a monarquia, um senado representando as elites ou a aristocracia, e uma câmara dos deputados representando o povo. Falamos em seguida sobre o nacional – desenvolvimento latino-americano, que, como o estatismo comunista e o “welfare state” social-democrata, vem sofrendo um forte ataque por parte do neoliberalismo. Sugeri que a social-democracia, com uma maior ênfase no mercado e na disciplina fiscal, seria uma síntese possível. Bobbio concordou. Para Bobbio o estatismo, que acabou dominando o pensamento dos socialistas, foi um desvio, como o neoliberalismo conservador é uma distorção do liberalismo. A social-democracia, ao contrário, é a democracia realista. Mas afirmou sua preocupação com o populismo, que na Itália é representado pela Liga Lombarda, partido conservador do Norte.

No final da entrevista afirmei que suas idéias pressupunham uma visão otimista da história, dada a sua crença na democracia e na possibilidade da solução dos conflitos internos e internacionais sem o uso da violência. Bobbio reafirmou esta utopia, mas manifestou reservas quanto ao otimismo, dada a violência que ainda prevalece no mundo, uma violência que ele testemunhou durante toda a sua vida.

Luiz Carlos Bresser Pereira? – Professor, na sua juventude, o positivismo estava morto, o realismo conservador de Croce era dominante, o liberalismo democrático de Luigi Einaudi e Gaetano Salvemini uma ilha, o liberalismo social de Gobetti era uma promessa e o marxismo de Gramsci uma revisão voluntarista. O senhor pode dizer quem foram, naquele momento, os seus mestres na Itália, os intelectuais que mais o influenciaram na sua juventude? Norberto Bobbio – Não é fácil. Não é fácil porque o senhor sabe

que quando se é jovem, se está sujeito a diferentes influências, que muitas vezes são contraditórias. Eu, certamente, fui influenciado pelo ambiente de Turim, onde havia uma cultura de orientação liberal. Einaudi era professor na Universidade de Turim, era economista, como o senhor sabe, e mesmo durante a ditadura continuou a ensinar, porque o fascismo, como dizemos, foi uma ditadura mais branda.

A universidade não era ainda fascistizada. O processo de fascistização que tomou a Itália não tomou a universidade. Einaudi era um representante do liberalismo. Liberalismo político e liberalismo econômico, que na Itália chamamos liberalismo político e liberalismo econômico. Eram visões liberais em confronto com o fascismo.

Eu era coetâneo e amigo de Giulio Einaudi, filho de Einaudi, que em 1933 fundou uma grande editora, que existe até hoje, uma das maiores editoras italianas do ponto de vista cultural. Eu participei da fundação dessa editora, que tinha o propósito de publicar livros que não fossem fascistas. Foi uma tentativa de desenvolver uma atividade de caráter cultural contra o fascismo. Tanto é verdade que fomos todos presos, quando publicamos a revista, que se chamava 'Cultura', em 15 de maio de 35.

Gostaria de acrescentar que, do ponto de vista político, o ambiente de Turim nos anos imediatamente precedentes ao fim da Primeira Guerra e entre o fim da Guerra e o advento do fascismo, foi caracterizado pela presença de dois intelectuais políticos que foram, na época, e são considerados ainda agora, os mais importantes na Itália.

O primeiro foi Antonio Gramsci, o iniciador do Partido Comunista. Depois da divisão, em 1921, ocorrida no interior do Partido Socialista, os comunistas se retiraram e constituíram o Partido Comunista.

O outro personagem importante foi Piero Gobetti, que concebeu a mais importante revolução, a revolução liberal. Era um liberalismo de aspectos revolucionários em confronto com o advento da ditadura fascista. Teve uma enorme importância na cultura turinesa e, portanto, na formação dos jovens estudantes de alguns anos depois. Ambos pertenciam a duas correntes diferentes. Um era comunista, o outro era um liberal revolucionário – porém eram muito amigos. Gobetti colaborou como crítico no jornal comunista de Gramsci, que se chamava 'A Ordem Nova'. Esta era a atmosfera cultural pela qual eu e muitos outros fomos influenciados.

Bresser – E os intelectuais fora da Itália? Hobbes é a sua principal influência?

Bobbio – Não. Devo dizer que então eu não tinha interesses políticos. Tinha interesses nos estudos e não me preocupava com política. Eu me dediquei, naqueles anos, ao estudo da teoria lógica do direito...

Bresser – Kelsen?

Bobbio – Numa parte, a da teoria do direito, fui influenciado por Kelsen. Mas não há nos anos do fascismo escritos políticos meus. Eu comecei a escrever sobre política logo depois da liberação e do advento da democracia. Eu participei da Resistência do fim de 43 até 45. Comecei a escrever sobre política num jornal cotidiano de Turim, que foi fundado logo depois, em meados de 45, e que era a expressão do movimento político ao qual eu havia aderido durante a Resistência e que depois se transformou no Partido de Ação, que era a expressão da tradição republicana, aquela de Mazzini, homem político do século 19, muito conhecido em todo o mundo, que constituiu grupos de revolta contra o despotismo.

O Partido de Ação funcionou clandestinamente durante o fascismo, em 42. Depois nós participamos do então Comitê de Liberação Nacional, constituído por cinco partidos – o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido de Ação, a Democracia Cristã e o Partido Liberal. Esse era o quadro dos movimentos políticos que depois constituíram a ossatura do sistema político italiano por muitos anos.

Bresser – Mas, depois, o Partido de Ação tornou-se um partido socialista?

Bobbio – Não, o Partido de Ação, depois de constituída a República, em 2 de junho de 46, se dissolveu. Disse tudo isto para chegar aos primeiros artigos que escrevi. Foram para o jornal que se chamava 'Justiça e Liberdade', que nasceu em Paris, pelas mãos dos exilados do fascismo. O seu maior representante foi Carlo Rosselli, que escreveu um livreto em francês muito conhecido, intitulado 'Socialismo Liberal'.

A inspiração ideológica do Partido de Ação era o socialismo liberal, era Rosselli. O movimento de Rosselli se chamava Justiça e Liberdade. Gostaria de acrescentar que eu não tive jamais uma grande vocação política.

Bresser – O senhor sempre procurou manter uma independência forte em relação aos partidos políticos?

Bobbio – Claro. Eu repito, nunca tive uma grande vocação política, nunca quis fazer política, apesar das pressões que sofri. Se o senhor olha a minha bibliografia, são dez livros, nove dos quais sobre direito...

Bresser – E filosofia política.

Bobbio – Sim. E um de política. Eu comecei a escrever em jornal, a ter influência direta na formação da opinião pública, muito tarde, com 64 anos. Sempre me dediquei ao ensino. Sempre me considereei, acima de tudo, um professor. De fato, quando o presidente, em 1984, me nomeou senador vitalício, o primeiro a se surpreender fui eu. E quando alguém me perguntava se devia me chamar senador ou professor, eu respondia professor.

Bresser – Como professor, quando li o ensaio sobre jusnaturalismo (conjunto de teorias filosóficas e

políticas desenvolvidas nos séculos 17 e 18 para explicar o Estado como fruto de um contrato social, que colocavam como fundamento do direito a razão natural do homem), percebi que o senhor opõe o pensamento de Aristóteles, Hegel e Marx – pensamentos históricos – ao pensamento dos contratualistas, que seria lógico-dedutivo. Me parece que a sua formação combina as duas correntes muito claramente.

Bobbio – Sim. Eu me considero sincretista, no sentido de que, no fundo, eu nunca fiquei preso a uma corrente determinada. Sempre procurei ir além das tendências contrapostas. Eu me defini como um intelectual mediador, aquele que procura encontrar soluções, ao invés de dividir. Evitar opostos extremistas, como na Itália, o fascismo e o comunismo.

Bresser – O debate político do século 20 se obscureceu porque o liberalismo tornou-se a ideologia da burguesia, o socialismo que deveria ser a ideologia dos trabalhadores foi confundido com o estatismo burocrático, e o eficientismo, além do estatismo, é a ideologia dos burocratas. O senhor pode comentar essa minha afirmação, que está muito ligada a coisas que eu escrevi?

Bobbio – Estou de acordo. O socialismo foi desde o início estatista, no sentido de dar primazia ao setor público. A influência do comunismo na União Soviética determinou em parte, o pensamento socialista democrático. Uma das características do socialismo democrático em todos os lugares, e certamente na Itália, era a nacionalização, um maior alargamento da economia pública e do setor público.

Quando os partidos políticos socialistas franceses tiveram o poder houve nacionalização. Os partidos socialistas, desde o início, foram estatistas. Eu me lembro que Piero Gobetti, desde o início, era contrário aos socialistas italianos favoráveis à estatização, que teria levado inevitavelmente à burocratização do Estado. Eu acho que não há somente crise no comunismo, mas também, em grande parte, no socialismo democrático.

Bresser – Eu creio que o socialismo não necessitava ser tão estatista. Houve uma espécie de corrupção burocrática do socialismo, que foi confundido com a idéia de estatização e de poder burocrático, em vez de poder verdadeiramente democrático. Seu discípulo, Michelangelo Bovero, escreveu recentemente um artigo sobre o liberal socialismo, no qual diz que é possível haver um liberalismo socialista se o liberalismo e o socialismo forem definidos de uma forma limitada, que torne possível compatibilizar as duas idéias. Eu sei que esta é, talvez, a sua idéia fundamental – a possibilidade de um liberalismo social – mas o senhor também diz que não é possível uma síntese. O senhor pode comentar isso?

Bobbio – Para mim é possível um compromisso e não uma síntese. O fascismo não era nem liberal nem

socialista. Não era nem liberal em política nem socialista em economia porque protegia a classe burguesa. Eu creio que, se se quer falar de social-liberalismo deve-se falar de um compromisso de liberalismo político e de socialismo econômico e, portanto, da correção dos defeitos do livre mercado. Deve-se saber quanto de liberalismo e quanto de socialismo, na prática, pode-se pactuar em uma determinada situação. A dificuldade está, justamente, em determinar a dosagem.

Bresser – Professor, no Brasil, na América Latina, toda a estratégia, o modelo de desenvolvimento, foi o modelo nacional-desenvolvimentista, no qual o Estado teve uma importância muito grande. Nestes últimos dez anos, uma onda conservadora, neoliberal, vinda especialmente dos Estados Unidos, afirmava ser a única alternativa para o velho nacional-desenvolvimento que já está exaurido. Eu, pessoalmente, comecei a falar e escrever sobre a possibilidade de uma espécie de síntese. Esta síntese seria uma alternativa social-democrática ou poderia ser uma alternativa liberal-socialista, em que o liberalismo seria não somente político, mas também econômico, no sentido de que se deve usar o mercado; mas a idéia de justiça e a idéia de Estado forte, capaz de corrigir as falhas do mercado, também seriam importantes.

Bobbio – Eu estou de acordo. Acho, porém, que é muito mais fácil falar do que aplicar de fato. Sobre tudo diante deste triunfo do mercado capitalista, também aqui na Itália sem limites e sem preocupações com as consequências.

Bresser – Professor, qual a diferença entre social-liberalismo e social-democracia?

Bobbio – Eu creio que a diferença não existe. Se o senhor vê o socialismo liberal de Rosselli, ele dizia que o socialismo era o fim e o liberalismo o meio. Mas se o senhor interpretar desse modo, não há muita diferença daquele que era o ideal da social-democracia. A minha impressão é que o socialismo liberal de Rosselli, se o atualizarmos com outro nome, não é muito diferente do socialismo democrático.

No socialismo liberal, a palavra liberal tem um significado mais histórico. No século passado nós interpretamos o socialismo mais como um desenvolvimento do liberalismo e não como uma antítese do liberalismo. O socialismo não era tanto uma antítese do liberalismo, era um desenvolvimento, no sentido de que alargava, aqueles que são os direitos fundamentais já proclamados pela Revolução Francesa. Era um prosseguimento dos movimentos históricos inevitáveis e necessários. Não era um movimento que se opunha às conquistas da Revolução Francesa.

Eu me lembro que um professor de Rosselli, um professor socialista muito conhecido na Itália, escreveu no início do século um artigo importante, “Das Declarações dos Direitos ao Manifesto Comunista”, que estendia aos trabalhadores os direitos fundamentais

que foram definidos na declaração francesa. Quando os direitos do cidadão foram reivindicados pela burguesia, estes eram, sobretudo, direitos de liberdade em relação ao despotismo do Estado. Eram, sobretudo, direitos de liberdade e também direitos políticos de participação. Quando os trabalhadores começaram a ser ouvidos, eles reivindicavam, naturalmente, outros direitos.

Para os burgueses era importantíssimo o direito de propriedade, porque procuravam defender a liberdade de propriedade face às pressões do Estado, queriam liberdade em relação ao Estado opressor. Quando surgiram na ribalta política os trabalhadores, o interesse não era tanto pelo direito à propriedade, mas pelo direito ao trabalho. Além dos direitos de liberdade, também foram exigidos os direitos sociais, que dependem, de qualquer modo, da intervenção do Estado.

Nesse sentido, o liberal-socialismo era um desenvolvimento histórico dos direitos de liberdade aos direitos sociais. Os direitos de liberdade eram aqueles próprios da classe burguesa. E os direitos sociais, próprios dos trabalhadores. Mesmo o sufrágio universal, se o senhor pensar bem, poderia ser reivindicado somente quando surgiram em cena os trabalhadores. Os burgueses não precisavam do sufrágio universal. Os trabalhadores requisitaram o sufrágio tanto para aqueles que não tinham propriedade quanto para aqueles que não tinham cultura. Isto é visto sempre como uma espécie de processo inevitável e necessário na passagem, no alargamento da base social da democracia.

Bresser – Professor, o senhor é um importante teórico da democracia. No seu livro sobre formas de governo, o senhor observa que para os filósofos gregos a monarquia e não a democracia era a melhor forma de governo. O que mudou para que as pessoas, hoje, pensem que a democracia seja a melhor forma de governo?

Bobbio – A história é muito complicada. A democracia foi considerada não a melhor, mas a pior forma de governo, porque sempre desafiou a capacidade política do povo, da plebe...

Bresser – A impressão que tenho é de que a democracia, para ser possível, necessita de uma certa cultura popular. E necessário que o capitalismo seja, mais ou menos, estabilizado e que uma certa cultura política permita um governo democrático.

Bobbio – Sim. Mas é um assunto muito complexo. Eu falei no meu livro sobre a concepção inicial de democracia grega, aquilo que eles chamavam não tanto democracia mas isonomia. Penso que o maior exemplo histórico foi a Atenas de Péricles. Se alguém olha o epitáfio de Péricles, nele estão todos os princípios fundamentais da democracia. Esta alternativa entre governo de um e governo de muitos e, em Aristóteles, entre governo dos ricos e governo dos po-

bres, esta alternância entre a superioridade da monarquia e a superioridade da democracia é uma alternância que transcorre ao longo de toda a história...

Bresser – A monarquia para os gregos era a melhor forma de governo e a pior era a tirania. E, assim, o risco da monarquia era muito grande. E o problema fundamental – eu aprendi com o senhor, no livro “Teoria das Formas de Governo” – da democracia era sua instabilidade. As instituições desenvolveram-se de tal maneira no mundo moderno que garantiram para a democracia a estabilidade que era o seu problema. Creio que era esse o motivo pelo qual a democracia é considerada hoje a melhor forma de governo por todos ou por quase todos.

Bobbio – Mas não se deve confiar muito nessa estabilidade. Na Itália, nós estamos vivendo uma experiência traumática da nossa democracia. Atualmente a nossa democracia não está em condições de resolver nossos problemas econômicos e políticos. E, infelizmente, a alternativa para uma democracia frágil é o fascismo, no sentido de um Estado autoritário. Quando a liberdade perde os limites, o próprio povo invoca o tirano. Quando vejo na televisão os discursos desse chefe da Liga força política conservadora, com base no Norte rico italiano, contra “os impostos de Roma” e com inclinações separatistas], Umberto Bossi fico preocupado. São discursos de uma vulgaridade, de uma estupidez política e cultural inacreditáveis. E vejo a plebe que o aplaude, que agita bandeiras e lenços, de modo fanático. Vejo que a democracia se transforma em populocracia, no governo da plebe.

Bresser – No seu livro sobre formas de governo, o senhor dá muita importância à idéia grega de governo misto (misto de monarquia, aristocracia e democracia). No Brasil, quando li o seu livro, discutia-se o problema do presidencialismo e do parlamentarismo. E, para mim, parecia que o parlamentarismo, como instituição, seria mais adequado a um governo misto moderno que o presidencialismo. O senhor pode comentar isso?

Bobbio – O sistema parlamentar foi interpretado desde o início como um governo misto. Se nós pegarmos a origem do governo parlamentar na Europa veremos que ele nasceu da monarquia constitucional. E as monarquias constitucionais foram interpretadas como governos mistos: ficam os princípios monárquicos da monarquia e o parlamento representa os movimentos populares.

Os parlamentos, frequentemente, são constituídos de duas câmaras; a dos deputados representa o poder democrático, e o senado representa o movimento aristocrático. A força dos governos mistos é a sua duração. Um regime político que durou séculos, além do romano e da monarquia inglesa foi o das repúblicas de Veneza e Gênova. Eram repúblicas mo-

nárquicas, porque o “Doge” era eleito e vitalício. Quando a república precisa do coletivo, chama o consenso, o consenso deve ser dado. Quando um Estado tem um chefe eleito vitalício, cujo poder não pode ser controlado e reconfirmado periodicamente, é uma república monárquica.

Bresser – Para o senhor, uma das promessas não mantidas da democracia é a derrota dos poderes oligárquicos. Ao contrário, temos uma democracia de elite. É possível uma democracia oligárquica que não seja populista? Porque se fala muito de populismo na América Latina.

Bobbio – Eu sei, eu sei. Porém, a palavra populismo possui muitos significados. Hoje existe uma tal admiração pela economia de mercado, que qualquer um que diga “devemos também pensar nas classes inferiores” é chamado, de modo depreciativo, de populista. Por que o senhor me coloca essa pergunta?

Bresser – Eu pergunto porque a minha impressão é que é possível distinguir uma democracia popular de uma populista. Na América Latina especialmente, mas creio que em todo o mundo, com esta onda conservadora, neoliberal, qualquer coisa de caráter mais social tornou-se “populista”, o que é um perigo. Mas me parece que, com a vitória de Clinton nos EUA, houve uma mudança. E é possível pensar que este avanço do liberalismo radical começa a perder importância. E creio que neste momento é importante distinguir o populismo do popular. Há coisas populistas que são negativas mas há coisas populares que são positivas.

Bobbio – O populismo confunde um pouco a democracia com a demagogia. O populismo é um popularismo demagógico. O populismo necessita de um chefe carismático, um líder. Um partido popular tem líderes mas não tem um líder, um líder que seja considerado pelos seus fiéis como um chefe indiscutível. Por exemplo, a Democracia Cristã, na Itália, foi considerada um partido popular, enquanto o partido da Liga é de caráter populista, porque possui personagens que são aclamados nos períodos do grande crise. De Bossi não se sabe nada de sua vida; não estudou e agora é aclamado pela multidão como se fosse um líder carismático. Isto é populismo.

Bresser – Os economistas usaram a expressão populismo, nos últimos anos, para designar políticas econômicas que não levam em consideração o ajuste fiscal e que atendem a todas as reivindicações. Isto seria populismo? Bobbio – É uma forma de populismo. Um dos problemas da democracia na Itália depende deste tipo de populismo, isto é, ceder à todas as reivindicações sem levar em conta as incompatibilidades.

Bresser – Para Montesquieu, a democracia é o reino da virtude e o despotismo o reino do medo. Para o senhor, a democracia não é somente uma forma de procedimento político, mas um sistema de valores no qual a tolerância é fundamental. Isto quer dizer que o senhor é um filósofo essencialmente otimista, Estou certo?

Bobbio – No que diz respeito aos direitos, sim. O grande valor da democracia, para mim, é a não-violência. Nas democracias o objetivo é resolver os conflitos sem violência, através de discussões. Eu digo sempre: melhor uma democracia desarranjada, como esta da Itália, que um regime autoritário. A minha utopia é uma democracia internacional que consiga resolver os conflitos entre os Estados sem recorrer à violência.

Bresser – Para isso é necessária uma concepção otimista da história.

Bobbio – Sim. Porém eu estou dividido entre esta esperança utópica e a comoção contínua e muito amarga, realista e pessimista, provocada pelo que acontece diante dos meus olhos e por tudo que eu já vi durante minha vida. A história humana foi determinada pela potência. Eu tenho um pouco desta visão da história, uma visão em que há uma meta, mas, quando reflito sobre minha experiência pessoal, fico em dúvida se será possível alcançá-la.

ATA DA 4ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2003

(Publicada no **DSF** nº 215, 19 de dezembro de 2003)

Retificações

1) No sumário da Ata, à pág. nº 42.097, 1ª coluna faltou a ementa, no item 1.3.4 – Leitura de Requerimento nº 1.728, de 2003, referente ao Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.352/03, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Legislação Tributária Federal,

Onde-se:

“Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.353/03, na Casa de origem) que”

Leia-se:

“Projeto de Lei da Câmara, nº 101, de 2003 (nº 1.352/03, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Legislação Tributária Federal”.

.....
2) No trecho de Ata, à pág. nº 42.177, 2ª coluna, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de

2003, de autoria do Senador João Capiberibe, que altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas,

Onde-se:

“Art.81.

§ 4º Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual pertencem ao seu produtor.

§ 5º O contrato de produção e a autorização de inserção, importa na dispensa da necessidade de autorização prévia dos titulares de direitos das obras incorporadas à obra audiovisual para sua exibição cinematográfica pública”.

Leia-se:

“Art.81.

§ 3º Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual pertencem ao seu produtor.

§ 4º O contrato de produção e a autorização de inserção, importa na dispensa da necessidade de autorização prévia dos titulares de direitos das obras incorporadas à obra audiovisual para sua exibição cinematográfica pública”.

**ATA DA 5ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2003**

(Publicada no **DSF**, 20 de dezembro de 2003)

Retificação

Na página 42361, no Anexo do Parecer nº 1.946, de 2003, da Comissão Diretora, que ofereceu a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003, que convalida as tabelas de vencimentos básicos e demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal seus órgãos supervisionados,

Onde se lê:

ANEXO AO PARECER Nº 1.946, DE 2003

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003.

Convalida a Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as

tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que me confere o art. 52, parágrafo único, do Regimento Comum, e tendo em vista o disposto no art. 48, **caput**, da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam convalidados pela presente Lei as disposições estabelecidas na Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, sendo válidas as relações jurídicas já constituídas ou dela decorrentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO AO PARECER Nº 1.946, DE 2003

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2003.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que me confere o art. 52, parágrafo único, do Regimento Comum, e tendo em vista o disposto no art. 48, **caput**, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

LEI Nº

Convalida a Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, que unifica as tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do art. 17 da Resolução nº 9, de 1997, do Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam convalidados pela presente Lei as disposições estabelecidas na Resolução nº 7, de 2002, do Senado Federal, sendo válidas as relações jurídicas já constituídas ou dela decorrentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO PRESIDENTE
Nº 001 , DE 2004

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal referente ao terceiro quadrimestre de 2003.”


O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea “a” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, consolidado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2003, na forma dos anexos, nos termos dos arts. 18, 19 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de janeiro de 2004.


Senador PAULO PAIM
1º Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2003

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADA
		SET/2002 A AGO/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)		1.208.879
Pessoal Ativo		911.304
Pessoal Inativo e Pensionistas		444.372
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF).		146.797
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		11.287
(-) Decorrentes de Decisão Judicial		-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores		41.932
(-) Inativos com Recursos Vinculados		30.670
(-) Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		62.908
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II).		-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)		1.208.879
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)		224.920.164
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III) x 100		0,54
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,86%	1.934.313
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 95% DO LIMITE LEGAL>	0,82%	1.837.597
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF)		184.564
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)		0,08%
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF = (IV) – (V)		1.024.315
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF)	0,47%	1.057.124

FONTE: SIAFI, SECONT/SE e Portaria STN nº 36, de 16 de janeiro de 2004.


CELSON APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2003

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	100.361	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	20.729
Disponibilidade Financeira	100.361	Depósitos	1.291
Caixa	0	Restos a Pagar Processados	19.438
Bancos	2.820	Do Exercício	19.438
Conta Movimento	709	De Exercícios Anteriores	0
Contas Vinculadas	0	Outras Obrigações Financeiras	0
Aplicações Financeiras	2.111		
Outras Disponibilidades Financeiras	97.541		
Limite de Saque c/Vinc. De Pagamento	97.541		
SUBTOTAL	100.361	SUBTOTAL	20.729
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	79.632
TOTAL	100.361	TOTAL	100.361
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			18.381
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			61.249
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	0	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0
Regime Previdenciário	0	Regime Previdenciário	0
Bancos	0	Depósitos	0
Conta Movimento	0	Restos a Pagar Processados	0
Contas Vinculadas	0	Do Exercício	0
Outras Disponibilidades Financeiras	0	De Exercícios Anteriores	0
		Outras Obrigações Financeiras	0
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0
TOTAL	0	TOTAL	0
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO (VII)			
DÉFICIT	0	SUPERÁVIT	61.249

FONTE: SIAFI e SECONT/SF
Nota:

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

PAULA JUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR					Não inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos			Suficiência antes da Incrição em Restos a Pagar Não Processados		
	Processados		Não Processados			
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA SENADO FEDERAL	0	19.438	18.383	79.632	0	
TOTAL	0	19.438	18.383	79.632	0	

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
RECURSOS ORDINARIOS	0	15.076	17.770	42.852	
CONTRIB. S/A REC.DE CONC.DE PROGNOST. - FUNPEN					
CUSTAS JUDICIAIS - FUNPEN					
TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOUREO NACIONAL					-8
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA					
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARREGADADOS		8	613	19.395	
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS				-512	
CONTRIBUICAO P/FINANCIAM DA SEGURIDADE SOCIAL		4.354		-60.532	
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR				65.325	
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.				-3.420	
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS				836	
RECURSOS DE CONVENIOS					
RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL				15.696	
TOTAL	0	19.438	18.383	79.632	

FONTE: SIAFI e SECONT/SF

Nota:

CELSO APARECIDO RODRIGUES
Diretor Financeiro

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

PORTARIA
Nº 008 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar os Servidores, **ANTÔNIO CARLOS DE NOGUEIRA FILHO**, Técnico Legislativo, Matrícula 4353, **ANTÔNIO CARLOS COSTA SANTOS**, Analista Legislativo, Matrícula 3366 e **MARIA IRANI CARNEIRO VIEIRA**, Analista Legislativo, Matrícula 4657, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 016349/03-2.

Senado Federal, 21 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR - GERAL Nº 009, DE 2004.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial incumbida de promover, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o inventário físico-financeiro dos Almojarifados do Senado Federal, relativo ao exercício de 2003.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial de trabalho os servidores: **Hélio Rodrigues Figueiredo Júnior**, Matrícula 5324, na qualidade de Presidente, **Zaneth Nazaré de Oliveira Araújo**, matrícula 5312, **Ana Maria Bandeira de A. H. de Oliveira**, matrícula 5235, **José de Ribamar Cipriano da Silva**, matrícula 5314, **Cláudio de Azevedo Silva**, matrícula 4096, **Luciano Freitas de Oliveira**, matrícula 3245, **Nidoval Pinto da Silva**, matrícula 1703 e **Antônio Ariuton Batista Neto**, matrícula 5349, na qualidade de membros.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de Janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral.

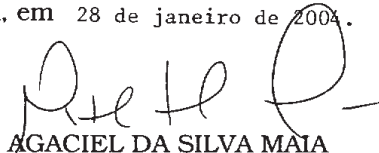
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 089 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 000443/04-2,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a LEONORA SABOIA DE CERQUEIRA LIMA, na condição de ex-esposa pensionada, na proporção de 1/2 (um meio), e reservar uma cota de 1/2 (um meio) inominada, dos proventos que percebia o ex-servidor HAROLDO CERQUEIRA LIMA, matrícula 01621, a partir da data do óbito, 22/12/2003.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

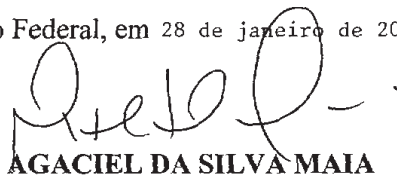
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 090 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000283/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 091 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000934/04-6,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 083, de 26/01/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2926, de 27/01/2004, que nomeou **LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eurípedes Camargo.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



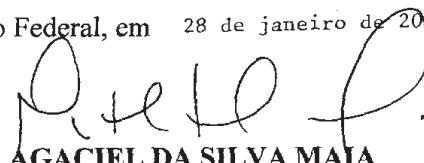
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 092 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000933/04-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIO BAIOCCHI FRACARI**, matrícula n.º 34806, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Eurípedes Camargo, a partir de 26 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



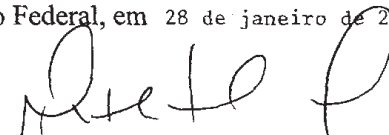
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 093 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000939/04-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA MARIANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



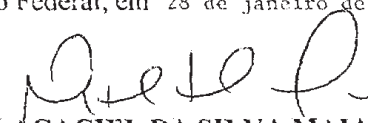
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 094 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **000839/04-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MILMA DE AZEVEDO BEZERRA VITOR RAMOS**, matrícula n.º 34.313, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho, a partir de 23 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



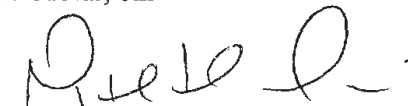
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 095 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001029/04-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARGARIDA ALACIQUE RIBEIRO DE MORAIS**, matrícula n.º 35100, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 096 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001041/04-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAGDA BRAZ DE QUEIROZ**, matrícula n.º 34396, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

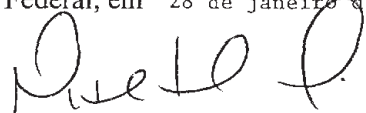
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 097 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001044/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA SELMA BARROS DA SILVA**, matrícula n.º 33712, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



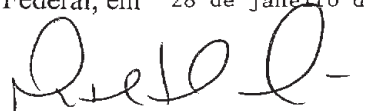
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 098 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001039/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ZÉLIA LOPES DE SOUZA BELCHIOR**, matrícula n.º 34439, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



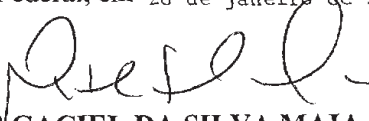
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 099 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001025/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDRÉIA MOURA ZEMUNER**, matrícula n.º 33158, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, a partir de 27 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



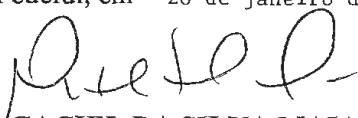
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 100 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001028/04-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LAURIE JEANETTE MILLER**, matrícula n.º 33081, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



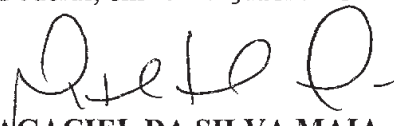
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 101 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001037/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA**, matrícula n.º 33050, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



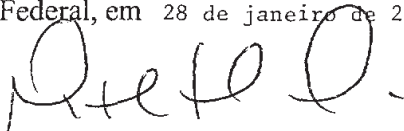
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 102 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001038/04-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAIMUNDO NONATO MOURÃO BEZERRA**, matrícula n.º 33248, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 103 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001003/04-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS ANTÔNIO GADELHA LINS CAVALCANTE**, matrícula n.º 34039, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 23 de janeiro de 2004.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



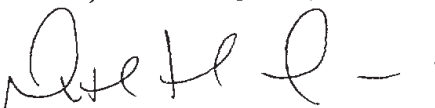
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 104 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001008/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ MENDES FERREIRA FILHO**, matrícula n.º 34133, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



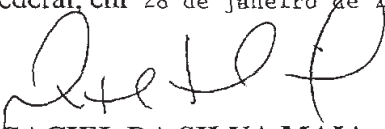
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 105 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001035/04-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 33196, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



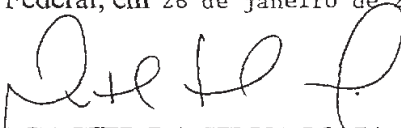
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 106 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001034/04-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE HOLLANDA**, matrícula n.º 34515, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 107 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001031/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELOISA HELENA SILVÉRIO DE MELO**, matrícula n.º 33737, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



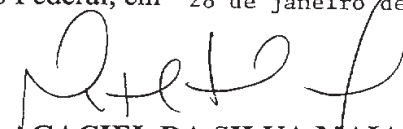
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 108 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001032/04-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCELO PIRES MENDONÇA**, matrícula n.º 35078, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



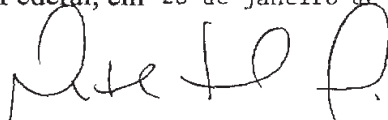
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 109 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001033/04-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SÉRGIO LUIZ GONÇALVES**, matrícula n.º 33118, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



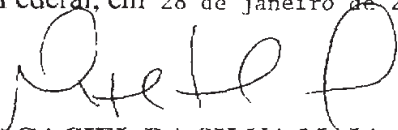
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 110 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001045/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CONCEIÇÃO MARIA RIBEIRO**, matrícula n.º 35006, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



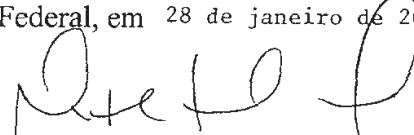
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 111 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001043/04-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAMILA BOMFIM DE ALMEIDA ARAÚJO**, matrícula n.º 34562, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



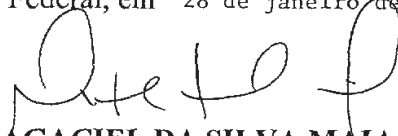
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 112 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001042/04-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DELVITO GODINHO OTONI**, matrícula n.º 33824, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



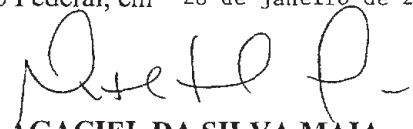
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 113 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001040/04-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA**, matrícula n.º 34380, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

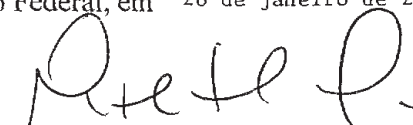
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 114 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001046/04-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA MAGDA DA SILVA TORRES GALVÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

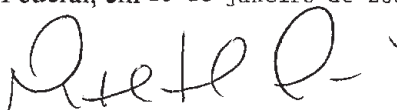
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 115 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001047/04-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO AGUIAR DOS SANTOS SÁ** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Cristóvam Buarque.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



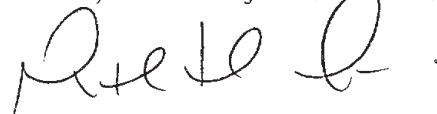
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 116 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001009/04-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTIANI BECKER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



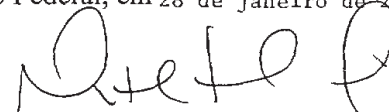
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 117 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000998/04-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDMILSON DE SOUZA MAGALHÃES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



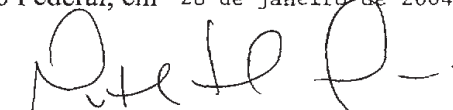
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 118 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000965/04-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA DENIZE MARTINS COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



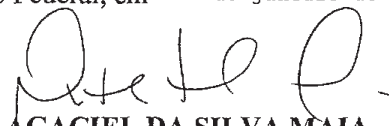
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 119 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000966/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JUNIVAN COELHO NOGUEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

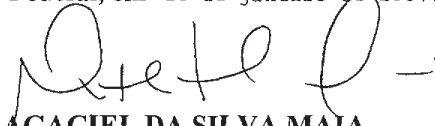
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 120 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000960/04-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FIRMINO FERREIRA SAMPAIO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodolpho Tourinho .

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

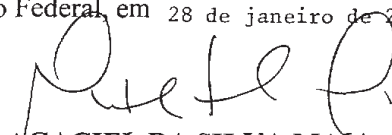
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 121 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001011/04-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCIO BAIOCCHI FRACARI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



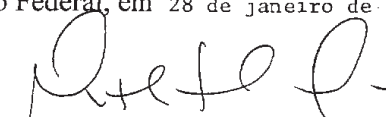
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 122 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001010/04-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 123 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **01024/04-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TEREZINHA DE JESUS COELHO NOGUEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 124 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001007/04-1**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 066, de 22/01/2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2924, de 23/01/2004, que nomeou **MARCELO MILLER BARRETO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 125 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 022081/03-8,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiária por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/2 (um meio) da pensão temporária concedida a MEG RYSE CABRAL DE VASCONCELOS, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA CARDOSO CABRAL, na qualidade de cônjuge, alterando a cota de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro) da pensão vitalícia, conforme Título Concessório de 14/01/2004, dos proventos que percebia o ex-servidor DJALMA PERÁCIO CABRAL, matrícula 00256, a partir da data da maioridade, 28/01/2004.

Senado Federal, 28 de janeiro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral


SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e oito do mês de janeiro de dois mil e quatro, quarta-feira, às quatorze e trinta horas, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 154**, adotada em 23 de dezembro de 2003 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que “Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências”, com a presença dos Senhores Deputados Rafael Guerra e Amauri Robledo Gasques, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Maria de Fátima Maia de Oliveira (matrícula 2839), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas, em exercício, (Senado Federal).

Sala das Comissões, 28 de janeiro de 2004.


Maria de Fátima Maia de Oliveira

Serviço de Apoio às Comissões Mistas


SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e oito do mês de janeiro de dois mil e quatro, quarta-feira, às duas horas e trinta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 156**, adotada em 23 de dezembro de 2003 e publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, que “Altera o caput do art. 1º da Lei nº 10.429, de 24 de abril de 2002, que institui o Auxílio- Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - PROF AE”, com a presença da Senhora Deputada Laura Carneiro, **a reunião não foi realizada por falta de quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Maria de Fátima Maia de Oliveira (matrícula 2839), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas, em exercício, (Senado Federal).

Sala das Comissões, 28 de janeiro de 2004


Maria de Fátima Maia de Oliveira
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA
PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO
PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO
PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ
PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO
PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO
PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS
PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS
PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO
PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL
PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ
PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA
PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO
PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUI
PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes
PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE
PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA
PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS
PT - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE
PFL - Renildo Santana
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS
PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ
PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE
PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL
PMDB - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL
PMDB - Valmir Amaral
PT - Eurípedes Camargo
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS
PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PMDB - Leomar Quintanilha

AMAPÁ
PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA
PMDB - Amir Lando
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA
PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLYCY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <u>Senador TIÃO VIANA</u> (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLYCY (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 170 PÁGINAS